



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**GIOVANNA LIZ OLIVEIRA MANTOVANI**

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:  
DISCURSOS E ACONTECIMENTOS DA CASA DA MULHER BRASILEIRA**

**CAMPO GRANDE/MS  
2018**

**GIOVANNA LIZ OLIVEIRA MANTOVANI**

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:  
DISCURSOS E ACONTECIMENTOS DA CASA DA MULHER BRASILEIRA**

Relatório de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório.

**CAMPO GRANDE/MS  
2018**

**GIOVANNA LIZ OLIVIERA MANTOVANI**

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DISCURSOS E  
ACONTECIMENTOS DA CASA DA MULHER BRASILEIRA**

Relatório de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
(Orientador)

---

Profa. Dra. Marisa de Fátima Lomba Farias  
Universidade Federal da Grande Dourados  
(Membro Titular)

---

Profa. Dra. Zaira de Andrade Lopes  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
(Membro Titular)

Campo Grande/MS, 24 de outubro de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

À Casa da Mulher Brasileira (CMB) de Campo Grande/MS e à Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU), por me autorizar, acolher e possibilitar conhecer esse importante trabalho realizado de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Agradeço à coordenadora da CMB, Tai Loschi, a todas as servidoras que atuam na instituição, principalmente às do Setor Psicossocial e às mulheres atendidas, pela oportunidade de ouvir suas narrativas e histórias de vida. Vocês me ensinaram muito!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por acreditar e subsidiar a pesquisa.

À minha família, por sempre me apoiar e incentivar. Muito orgulho, gratidão e amor por vocês, Gabriel, Antônio, Jenifer e meus pais, Papito e Márcia – exemplo de mulher e maior encorajadora de minha caminhada acadêmica.

Ao Sid, meu gato, companheiro de tantas horas de estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pelo privilégio de aprender com pessoas comprometidas com a construção de uma Psicologia crítica e com a transformação da realidade social.

Aos colegas do mestrado, turma 2016.2, em especial aos da linha de pesquisa Psicologia e Processos Educativos.

Ao Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/UFMS) e a seus participantes, gratidão pelas trocas e aprendizados.

À Professora Dra. Zaira de Andrade Lopes e à Professora Dra. Marisa de Fátima Lomba Farias, que gentilmente participaram da banca de qualificação e defesa desta Dissertação. Referências de mulheres feministas e profissionais comprometidas com a luta pelo fim das violências contra as mulheres, com a denúncia das desigualdades e por melhores condições de vida para todas nós. Agradeço pelas considerações e sugestões de leitura que contribuíram muito com este trabalho.

Por fim, e especialmente, minha eterna gratidão ao Professor Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, meu orientador, que durante esse período de convivência se mostrou uma pessoa incrível. Sempre disposto a orientar, a ajudar, a ouvir, a ensinar e a compartilhar, não só seus inúmeros conhecimentos sobre Foucault, Psicologia e pesquisa, mas também sobre a vida. Obrigada, Professor!

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo problematizar os artefatos (atendimentos, dados estatísticos e fichas de atendimento) produzidos pela Casa da Mulher Brasileira (CMB), do município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, que correspondem aos propósitos do enfrentamento à violência contra as mulheres (VCM) e da promoção de sua autonomia e autoestima. A instituição foi *locus* de nossa investigação, mas nosso foco foi o Setor Psicossocial, embora nesse espaço ainda exista outros serviços, como Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Defensoria Pública e alojamento de passagem, entre outros. A pesquisa teve como base epistemológica, alguns procedimentos arqueológicos e algumas problematizações realizadas a partir do referencial teórico e metodológico postulado por Michel Foucault. Tomamos como subsídio a análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Banco de dados do IRÍS – Sistema de Gestão da Casa da Mulher Brasileira, no qual consta o número de atendimentos e procedimentos realizados pela instituição de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016, além de outras informações sobre as mulheres, como: tipologia da violência, vínculo com autor da agressão, idade, cor/raça, escolaridade, renda mensal média individual e localidade em que moram (bairro). Estas informações sobre as mulheres correspondem aos atendimentos realizados entre janeiro e julho de 2017, mesmo período em que foram acompanhados os atendimentos do Setor Psicossocial, o que possibilitou conhecer os procedimentos de acolhimento, triagem e demais encaminhamentos. A partir da análise dos dados levantados, observamos um elevado índice de reincidência de violências contra as mulheres em seus relacionamentos, quando comparado ao número de medidas protetivas concedidas (4229) e revogadas (2137), aproximadamente de 50% dos casos. Foi possível constatar ainda que, em maioria, essa violência ocorre entre as mulheres de faixa etária compreendida entre de 21 a 40 anos. Já na relação dos vínculos com o autor da agressão, há predominância, cerca de 64% dos casos, da violência perpetrada por cônjuge/companheiro ou ex-cônjuge/ex-companheiro da vítima. Na categoria tipologia da violência sofrida, ganham destaque aquelas de cunho psicológico, correspondendo a cerca de 30% dos casos, seguidas da moral, 26%, física, 22%, patrimonial, 7%, e a violência sexual, 2% dos registros. Concluimos que o atendimento do Setor Psicossocial é fundamental, pela quantidade de mulheres que reincidem em seus relacionamentos violentos, porém talvez os serviços prestados pela CMB não sejam suficientes para cumprir com as atribuições estabelecidas em sua elaboração, se não houver conjuntamente uma mudança em nossas práticas sociais, que historicamente registram opressão, agressão e inferioridade das mulheres em relação aos homens. Também destacamos que, apesar dos dispositivos jurídicos existentes e do apoio psicológico oferecido pela Instituição, no final cabe a cada mulher em situação de violência escolher o que é melhor para si, com respeito a suas escolhas.

**Palavras-chave:** Violência contra as mulheres; Casa da Mulher Brasileira; Políticas públicas; Arqueologia.

## ABSTRACT

This study aims to problematize the artifacts (attendances, statistical data and attendance sheets) produced by the House of the Brazilian Woman, of the municipality of Campo Grande, in the State of Mato Grosso do Sul, which correspond to purposes of the struggle against abuse against women (VCM) and promotion of their autonomy and self-esteem. The institution was locus of our investigation, but our focus was the psycho-social sector, although in this space there are still other services, such as the police station for assistance to women (DEAM), Public Defender's Office and accommodations, among others. The research was based on some epistemological and some archaeological procedures performed from the theoretical and methodological point of view postulated by Michel Foucault. We have taken statistical data analysis provided by the IRÍS database – A Management system of the Brazilian Woman, in which there are the number of attendances and procedures performed by the institution from February 2015 to December 2016, in addition to other information about women, such as: type of abuse, relationship to the author of the abuse, age, color/race, education, individual average monthly income and location in which they live (bairro). This information corresponds to the calls made between January and July 2017, which in that period were accompanied by psycho-social sector calls, which allowed us to verify procedures, screening and other referrals. From the analysis of the data collected, we observed a high rate of recurrence of abuse against women in relationships, When compared to the number of protective measures granted and withdrawn, approximately 50% of the cases. We found that this abuse occurs mostly among women in the age group between 21 and 40 years. In the list of relationship to the author of the aggression, there is a predominance, about 64% of cases, in which the abuse is perpetrated by the spouse/partner or ex-spouse of the victim. Under the category of types of abuse suffered, the psychological abuse corresponds to around 30% of the cases, followed by 26% of moral abuse, 22% of physical abuse, 7% of destruction of property, 2% of sexual abuse lifted from the records. We conclude that the Psychosocial Sector is fundamental, for the amount of women who return to their abusive relationships, but maybe the services provided by CMB are not sufficient to comply with the duties set out in the development, if there is no change in our sexist social practices, that historically register oppression, aggression and inferiority of women compared to men. We also highlight that, despite legal devices and psychological support offered by the institution, in the end it is up to each woman in situation of violence to choose what's best for herself, with respect and without questioning her choices.

**Keywords:** Abuse towards women; House of the Brazilian Woman; Public policies; Archaeology.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B.O – Boletim de Ocorrência

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAM – Centro Especializado no Atendimento à Mulher

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CMB – Casa da Mulher Brasileira

CRAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

DEPCA – Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente

FACH – Faculdade de Ciências Humanas

FUNSAT – Fundação do Trabalho de Campo Grande

GEIARF – Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LMP – Lei Maria da Penha

MS – Mato Grosso do Sul

MS – Ministério da Saúde

NUDEM – Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

ONU – Organização das Nações Unidas

SEGOV – Secretaria do Governo e Relações Institucionais

SEMU – Subsecretaria de Políticas para a Mulher



SIM – Sistemas de Informações de Mortalidade

SPM/PR – Secretaria de Políticas para as mulheres da Presidência da República

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

UNESCO – Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

VCM – Violência Contra a Mulher

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2 - Tipologia da violência sofrida .....	90
Gráfico 3 – Vínculo com o(a) autor(a) da violência. ....	92
Gráfico 4 – Cor/Raça.....	94
Gráfico 5 – Faixa Etária.....	95
Gráfico 6 – Escolaridade .....	96
Gráfico 7 – Renda mensal média individual .....	97
Gráfico 8 – Cadastro de pessoas por região .....	98

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 MULHERES: CONDIÇÕES DE VIDA, VIOLÊNCIAS, ESTADO E ENFRENTAMENTOS .....</b>	<b>19</b>
1.1 Mulheres: uma arqueologia inicial ao passado e ao presente – Os escritos.....	20
1.2 Mulheres: discursos da Biologia e do Patriarcado .....	30
1.3 Movimentos de mulheres, feministas, garantias de direitos e luta.....	36
1.4 As mulheres: enfrentamento à violência, aparatos institucionais e marcos regulatórios.....	40
1.5 Foucault e o poder disciplinar .....	44
<b>2 A CASA DA MULHER BRASILEIRA .....</b>	<b>49</b>
2.1 Percursos e anotações do Setor Psicossocial na Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS.....	52
2.2 A Psicologia e o atendimento às mulheres em situação de violência: saberes e práticas.....	64
2.2.1 A prática de profissionais da Psicologia em programas de atendimento às mulheres em situação de violência .....	64
2.2.2 A urgência de uma Psicologia Feminista no atendimento às mulheres .....	68
2.3 Foucault e a Psicologia.....	71
<b>3 A INSTITUIÇÃO CASA DA MULHER BRASILEIRA E SEUS DADOS .....</b>	<b>79</b>
3.1 Foucault: problematizações e o saber estatístico.....	80
3.2 Números de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira .....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>111</b>





## APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Dissertação é resultado de pesquisa desenvolvida sobre a violência contra as mulheres (VCM) e tem como *locus* de investigação a Casa da Mulher Brasileira (CMB) do município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ao Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/CNPq), e teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O interesse pelo presente tema – VCM, se deu a partir do ano de 2016, quando cursava o último semestre da faculdade de Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Naquele ano, tive a oportunidade de realizar o estágio supervisionado em Psicoterapia Contemporânea (plantão psicológico) e esta experiência permitiu estabelecer a integração entre elementos teóricos aprendidos em sala de aula e a prática, ao propiciar, entre suas atividades atendimentos na clínica, sob orientação de um professor supervisor.

Dentre os atendimentos por mim realizados, houve um dos casos que foi bastante significativo. Tratou-se de uma senhora que estava com problemas em seu relacionamento conjugal, porque o companheiro, segundo ela, era ciumento e agressivo. Durante o atendimento queixava-se que a relação não ia bem, que brigavam muito, mas, apesar de tudo, não conseguia terminar a relação, mesmo que por vezes decidida sobre o fim.

Lembro-me que, durante o período que a acompanhei, ficava ansiosa aguardando o momento de atendê-la e ouvir o que tinha acontecido, com esperança de que sua narrativa fosse diferente. Desejava que ela conseguisse mudar aquela situação, que tivesse rompido com o ciclo de violência que vinha se submetendo, pela concessão, entre dúvidas e medos. Entretanto, naquele momento pareceu-me que sempre que a mulher estava decidida a dar um basta na relação, encontrava justificativas para permanecer. Até a última sessão que realizamos eles continuavam juntos.

Acredito que isso faz parte do fazer psicológico, aprender a administrar nossas expectativas e respeitar a vontade dos outros, indo aos extremos, do ideal ao real, declinando sobre as escolhas de cada um.

Muitas vezes, durante os atendimentos, acreditamos saber o que é melhor para o outro ou não entendemos por que pessoas aceitam certas situações que julgamos ser ruins. Por isso, deve ser exercício diário da(o) psicóloga(o) compreender que um de nossos papéis é acolher as demandas de cada sujeito, além de ter o compromisso social em promover o respeito, a liberdade e a igualdade ao utilizar ferramentas que nos auxiliem a atuar de maneira ética e responsável enquanto profissionais.

Daí surgiu o estudo que embasa o presente Relatório de Dissertação. A partir de tentativas de compreender por quais motivos e de que formas mulheres foram e são submetidas às diferentes práticas de violências, que na maioria dos casos são produzidas por parte de seus companheiros ou familiares, como foi constatado durante este estudo, além de refletir sobre o papel das(os) profissionais da Psicologia que atuam nesse contexto. Acreditamos que não há uma única resposta para todos esses questionamentos levantados, mesmo porque as possibilidades de perguntas e de respostas não se esgotam.

A violência é um fenômeno presente em todos os lugares e se configura de diversas formas, por isso torna-se difícil tentar defini-la. Qualquer ser humano, independentemente de sua cultura, classe ou raça, pode praticar e sofrer violência. Esta se manifesta por meio de diferentes ferramentas. Pode ser uma produção coletiva ou individual e é constituída pela cultura e influenciada por inúmeros fatores (MINAYO, 1998).

Por estes motivos, a violência envolve elementos complexos e multifacetados e se dá a partir de relações em redes de processos quase inesgotáveis, e sempre esteve presente nas sociedades e nos exercícios das práticas sociais, em culturas determinantes, envolvendo diferentes aspectos objetivos e subjetivos. Falamos que é complexa, porque a VCM tem caráter específico e múltiplo ao mesmo tempo; é específica por ser exercida contra mulheres e múltipla em suas diferentes maneiras de produção e manifestação.

Ao tratar das diferentes dimensões da produção da violência, a partir do que já foi enunciado, no caso contra as mulheres, as primeiras denúncias que surgiram no Brasil ocorreram a partir do movimento de mulheres e feministas, que emergiu nas décadas de 1970-1980, servindo de base para que durante os últimos anos uma série de medidas com a finalidade de combatê-la venha sendo criada por parte do Estado (PINTO, 2003).

Uma dessas medidas de enfrentamento à violência é a criação do Projeto da Casa da Mulher Brasileira, que teve sua primeira unidade implantada no município de Campo Grande/MS, em fevereiro de 2015. Enquanto instituição, integra, no mesmo local, serviços especializados para atendimento à mulher em situação de violência, como Setor Psicossocial, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Defensoria Pública, Ministério Público e alojamento de passagem, entre outros.

O Setor Psicossocial da referida instituição foi nosso foco de interesse, porque nele atuam profissionais das áreas de Psicologia e de Serviço Social, que realizam as atividades relacionadas ao acolhimento, à triagem e demais encaminhamentos das mulheres que procuram a CMB.

Cabe destacar que falamos mulheres em situação de violência, uma vez que, para além de serem consideradas usuárias ou assistidas por esse Programa, devemos considerá-las como sujeito, capacitadas a transformar sua realidade a partir da garantia de seus direitos e do acesso aos serviços especializados (PASINATO, 2015).

Para proceder nossa investigação, os escritos de Michel Foucault (1926-1984) foram utilizados como um andaime teórico e metodológico, assim como alguns conceitos por ele enunciados ao longo de suas obras, destacando “A Hermenêutica do sujeito” (1982) e “Segurança, território e população” (1978), que serviram de alicerce para problematizar algumas questões pertinentes ao tema.

Foucault (2010) considera que

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc). (FOUCAULT, 2010, p. 242).

Dizemos problematização pelo fato de essas não se esgotarem e por ser difícil tentar captá-las por completo (se é que existe uma totalidade das coisas). Essa problematização acontece entre os desencontros da prática e da teoria, da não correspondência do que se fala e do que se faz. Problematizar é questionar como, por que e em que momento algo se manifestou.

Os estudos realizados por Foucault não estabeleciam técnicas *a priori*. O método deve ser usado como ferramenta conforme a pesquisa vai caminhando e após



se ter compreendido o que realmente se vai investigar (tema), por isso os elementos que constituem a pesquisa se formam no decorrer desse processo.

Foucault (2010) afirma que não existe uma teoria geral para analisar as relações de saberes/poderes e para investigar seus objetos, e que

Eu sou, se quiserem, um empirista cego, quer dizer, estou na pior das situações. Não tenho teoria geral e tampouco tenho instrumento certo. Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. (FOUCAULT, 2010, p. 227).

Quanto aos procedimentos e elementos previamente instituídos, estes não fazem parte desse tipo de investigação. Ao utilizar o arcabouço foucaultiano devemos observar a realidade a ser percebida e os saberes e práticas culturais e sociais que a constituem.

A esse respeito, Osório (2010) diz:

Ao apropriar-se dos princípios epistemológicos, neste caso de Michel Foucault, o pesquisador necessita de uma clara compreensão de fatos sociais concretos, como comportamentos, lutas, motivos que estabeleceram conflitos, decisões tomadas e táticas utilizadas, sempre enfatizando as estratégias e técnicas recorridas frente ao fenômeno em estudo. (OSÓRIO, 2010, p. 109-110).

Foucault procurou realizar em seus estudos uma ontologia histórica, uma vez que se ocupava dos acontecimentos, do que ocorre, dos entes, de arquivos e de documentos para subsidiar suas problematizações. Já a arqueologia e a genealogia são como ferramentas, elementos adotados por ele.

A arqueologia busca perceber como certos discursos foram formados, que condições possibilitaram a emergência de determinadas “verdades”. Trata-se de uma análise do contexto histórico, que não necessariamente possui uma continuidade ou linearidade (CASTRO, 2009).

A arqueologia é, mais precisamente, uma análise das condições históricas de possibilidade (do *a priori* histórico) que fizeram que em um determinado momento somente determinados enunciados tenham sido efetivamente possíveis e outro não. (CASTRO, 2009, p.177).

Osório (2010, p. 110), ao refletir sobre a maneira que Foucault examinava certos discursos antes “engavetados”, cita a arqueologia como instrumento caracterizado por “uma espécie de atividade histórica-política. Busca responder como os saberes aparecem, se transformam e são sustentados”. A arqueologia faz análise dos

discursos, problematiza os enunciados e procura apreender regras e funcionamento desses saberes.

Já a genealogia faz análise dos modos como o poder é exercido, das práticas sociais que constituem modos de sujeição. Possui um caráter espacial e temporal. Segundo Foucault (2005),

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 2005, p. 15).

A genealogia,

[...] possibilita evidenciar a existência de diversos dispositivos, configurados pelas formas mais variadas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas, entrelaçadas, configuradas e indispensáveis a sua sustentação e atuação de maneira eficaz, pontuando propósitos que não necessariamente garantam os mesmos interesses, inclusive aqueles que são entoados modernamente em nome de um dito coletivo, em defesa das minorias sociais. (OSÓRIO, 2010, p. 119).

Enquanto procedimentos teóricos e metodológicos, a arqueologia e a genealogia foucaultiana, segundo Guareschi e Huning (2009):

[...] nos apresentaram análises de como determinadas práticas foram historicamente produzindo rupturas, demarcação de campos discursivos e saberes oficiais sobre os sujeitos, enredados em campos de exercício de poderes. A proposta foucaultiana de construção de uma história do presente desconstrói verdades acatadas e possibilita a produção de novas articulações na análise do que nos tornamos e de nossas práticas. (GUARESCHI; HUNING, 2009, p. 175).

Sendo assim, a arqueologia dos saberes se complementa à genealogia dos poderes. Com isso, existem dois termos enunciados por Foucault que gostaríamos de comentar, já que fazem parte do título do presente Relatório de Dissertação, que são: discursos e acontecimentos.

Foucault (2015, p. 131) entende discursos como um “[...] conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”.

Os discursos emergem seguindo regularidades, são estabelecidos a partir do que cada tempo/espaço considera como verdadeiro. De acordo com Castro (2009),

enquanto parte da metodologia, a análise de discursos está relacionada à arqueologia e à genealogia, posto que envolve o dito e o não dito.

Os discursos estão presentes também nos arquivos utilizados como instrumentos para realizar a análise arqueológica. O arquivo pode ser composto por um conjunto de discursos e enunciados, e relaciona-se também aos acontecimentos.

De acordo com Foucault (2010), o arquivo:

[...] define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. (FOUCAULT, 2010, p. 147-148).

Foucault (2015) se utiliza do conceito de acontecimento de maneiras distintas. Pode ser uma forma geral de atividade filosófica, pois realiza a tarefa de analisar o que acontece; e pode ser um modo de investigação histórica da arqueologia, descrevendo práticas. Ambos sentidos estão relacionados. Os acontecimentos estão presentes nas práticas discursivas e não discursivas.

Castro (2009, p. 26) considera que o acontecimento “caracteriza-se também por encontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias que permitiram formar, em um momento dado, o que depois se apresentará como evidente”.

Portanto, ao se ocupar dos discursos e acontecimentos da Casa da Mulher Brasileira/CG/MS, buscamos perceber as relações entre discursos e práticas que ocorrem na referida instituição. Além disso, acreditamos que os discursos e os acontecimentos estão presentes ao longo deste Relatório, expressos nas fontes consultadas e nas observações relatadas.

A partir de um conjunto de ferramentas conceituais de Foucault e alguns autores que analisam suas bases epistemológicas, enquanto uma possibilidade de estruturação deste Relatório de Dissertação, o mesmo está organizado em três capítulos e mais as Considerações Finais. Esses capítulos contêm itens específicos, possibilitados por incursões arqueológicas, assim nominadas:

No **Capítulo 1**, com o título “Mulheres: Condições de vida, violências, estado e enfretamentos”, são apresentados subsídios que permitem realizar algumas considerações acerca das condições de vida das mulheres na sociedade. A partir dos pressupostos arqueológicos postulados por Foucault, nosso propósito foi utilizar

certos discursos para refletir como determinadas práticas e relações de saberes/poderes do passado continuam presentes na sociedade contemporânea, respeitando as diferenças de cada tempo e espaço.

Este capítulo possui o subitem 1.1, “Mulheres: uma arqueologia inicial do passado e do presente – os escritos...”, em que é realizada uma contextualização histórica das condições de vida das mulheres, em especial na Idade Média (século X ao XV).

No subitem 1.2, “Mulheres: Discursos da Biologia e do patriarcado”, falamos como determinados discursos das ciências biológicas e do patriarcado são utilizados para legitimar a suposta “inferioridade” das mulheres em relação aos homens.

Ainda neste Capítulo 1, o subitem 1.3, “Movimento de mulheres, feministas, garantias de direitos e lutas...”, falamos da emergência do movimento de mulheres e feministas no Brasil, nas décadas de 1970-1980, e das denúncias das condições de violências que as mulheres viviam.

No subitem 1.4, “Enfretamento à violência, aparatos institucionais e marcos regulatórios” tratamos sobre a criação, por parte do Estado brasileiro, de mecanismos para combate à violência contra as mulheres em resposta às reivindicações feitas pelos movimentos sociais de mulheres.

Por último, no subitem 1.5, “Foucault e o poder disciplinar”, é dito como os mecanismos de segurança atuam em nossa sociedade.

No **Capítulo 2**, com o título “A Casa da Mulher Brasileira”, o objetivo foi descrever as operatividades da CMB e relatar as observações realizadas nos atendimentos do Setor Psicossocial, a fim de compreender como se estabelecem as práticas das psicólogas frente ao seu público-alvo (mulheres em situação de violência), e como essas realizam o processo de acolhimento e triagem.

Também está subdividido em itens, sendo que no 2.1, “Percursos e anotações do Setor Psicossocial na Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande”, é relatada a experiência de acompanhar os atendimentos do Setor Psicossocial de janeiro a julho de 2017.

O 2.2, “A Psicologia e o atendimento às mulheres em situação de violência: saberes e práticas” está subdividido em 2.2.1, “A prática de profissionais da Psicologia em Programas de atendimento às mulheres em situação de violência”, e 2.2.2, “A urgência de uma Psicologia Feminista no atendimento às mulheres”. Nestes são

utilizados saberes como subsídios para pensar quais ferramentas a Psicologia dispõe e como deve atuar nos atendimentos às mulheres em situação de violência.

O item 2.3 deste mesmo Capítulo, “Foucault e a Psicologia” fala dos escritos de Foucault acerca dos saberes e práticas *psi*, e sobre os modos de subjetivação dos sujeitos.

No **Capítulo 3**, com o título “A instituição Casa da Mulher Brasileira”, colocamos em discussão os dados estatísticos de números de atendimentos realizados pela CMB, na tentativa de observar o cumprimento de seu propósito de enfrentamento à violência contra as mulheres e a promoção de autonomia e autoestima.

No item 3.1, “Foucault: problematizações e o saber estatístico”, é feita a problematização do uso da estatística como ferramenta de governo, alicerçada a partir dos escritos de Foucault e das análises realizadas sobre os números de atendimentos prestados.

No item 3.2, “Números de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira”, é analisada parte dos dados disponibilizados pela instituição, que contém informações sobre o número de atendimentos e procedimentos realizados desde sua inauguração (fevereiro de 2015) até o mês de dezembro de 2016.

Ainda neste Capítulo 3, no item 3.3, “Informações sobre as mulheres – em números”, são analisados os arquivos que correspondem às mulheres atendidas pela CMB no período de janeiro a julho de 2017, nos quais constam informações como idade, raça/etnia, vínculo com o autor da agressão, tipologia da violência, renda mensal média individual e bairro em que moram.

Por último, as Considerações Finais evidenciam algumas observações de cada capítulo deste Relatório, os elementos que mais se destacaram durante este estudo de uma problematização que não se esgota aqui.

## 1 MULHERES: CONDIÇÕES DE VIDA, VIOLÊNCIAS, ESTADO E ENFRENTAMENTOS

O objetivo deste capítulo é levantar subsídios que possibilitem realizar algumas reflexões das condições das mulheres na sociedade contemporânea, a partir de um movimento do método arqueológico proposto por Michel Foucault na obra “As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas” (1966/2000). O autor designa um tipo de análise que depende sempre de uma problematização investigada – as mulheres submetidas às práticas de violências que só poderão ser alicerçadas pelas práticas históricas, por serem efetivas como campo de conhecimento, visto que suas buscas ocorrem em função,

[...] do domínio da epistémé moderna com um espaço volumoso e aberto segundo três dimensões. Numa delas, situar-se-iam as ciências matemáticas e físicas [...] haveria, em outra dimensão, ciências (como as da linguagem, da vida, da produção e da distribuição de riquezas) [...]. Quanto à terceira dimensão seria a da reflexão filosófica. (FOUCAULT, 2000, p. 479).

Numerosas condições constituíram estas práticas de conhecimento e também os modos operantes das práticas sociais fruto das determinações culturais, como um espaço volumoso e aberto que implica os modos de vida das pessoas na atualidade, entre essas as relações desiguais de sexos, feminino e masculino.

Falar da conjuntura que possibilitou a criação e implantação de políticas públicas para as mulheres, é considerá-la como um dos segmentos sociais que registra historicamente a submissão sobre a tutela de diferentes discriminações, produzindo mecanismos estratégicos de violências por intermédio de seu corpo, tanto de forma coletiva como individual, deixando de ser um campo filosófico para uma prática política.

Enquanto uma luta histórica de diferentes interesses, as questões enunciadas podem inferir como ferramentas utilizadas que colocam a mulher como alvo do poder político e objeto do discurso científico relacionado a quatro táticas punitivas, que segundo Foucault (2015) estão voltadas à exclusão, na medida em que:

[...] como sentença de determinados indivíduos em algum lugar comum, privando-o da hospitalidade, exilando-o e expulsando-o da própria realidade; imposição de uma compensação, para que, caso as regras sejam descumpridas, exigir-se-á uma reparação por meio de um conjunto regrado de compromissos coercitivos; marcação, com vistas a reduzir o indivíduo a uma humilhação, deixando vestígios no seu “corpo visível ou simbólico”; encarceramento, como forma de exclusão utilizada a partir do final do século XIX. (FOUCAULT, 2015, p. 8).

Com isso, as condições que levam os sujeitos à precarização, conforme Foucault (2015) coloca, privam de alguns direitos e reconhecimentos e impõem um conjunto de regras a partir do seu não reconhecimento como sujeitos, em que a operatividade ocorre por intermédio da coerção e da marcação, sempre levando-o a dispositivos de humilhação, porém eles deixam vestígios de suas determinações.

Para tratar de alguns desses elementos que impõem as condições que mulheres ocuparam e ocupam na sociedade, sob o prisma histórico, busca-se inicialmente esboçar uma visão geral a respeito da condição de vida das mulheres da Idade Média (séculos X a XV), por ser o período que a repressão da sexualidade é estabelecida pelo cristianismo, que já induzia uma condição secundária à mulher.

Para dar conta de alguns artefatos desta contextualização, realizamos uma revisão bibliográfica, enquanto saberes sobre os sexos que circundam pelas ciências biológicas e pelas ciências humanas, utilizados para legitimar a condição de “inferioridade” das mulheres em relação aos homens, também foram levantados subsídios do movimento de mulheres e de feministas que emergiu no Brasil nos anos 1970.

Uma resposta a esse movimento de mulheres foi a estruturação, por parte do Estado, de aparatos institucionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres, por intermédio de leis, projetos e programas enquanto documentos que registram a intervenção estatal nesta relação de conflito social como tentativas de controle da produção das violências.

Ainda nesse capítulo, por último, retomamos a perspectiva teórica adotada neste estudo, quando trazemos os escritos de Michel Foucault acerca do poder disciplinar para fundamentar as discussões sobre os marcos regulatórios engendrados pelo Estado, na tentativa de coibir a violência contra as mulheres (VCM).

### **1.1 Mulheres: uma arqueologia inicial ao passado e ao presente – Os escritos...**

Inicialmente, escrevemos sobre a situação de vida das mulheres na Idade Média, para refletir como certos discursos, práticas e relações de saberes/poderes ainda se fazem presente na sociedade contemporânea (guardadas as devidas proporções), fazendo uma interlocução, quando possível, com as dinâmicas das questões atuais.

Como já foi dito, a contextualização arqueológica das condições das mulheres na Idade Média foi realizada a partir de artefatos bibliográficos e os subsídios não devem ser tomados como únicos. Há uma multiplicidade de olhares, de leituras, de propósitos e, principalmente, interesses dos registros referentes às mulheres, e este é apenas um conjunto de excertos da composição da própria história. Com isso, não é um exercício de universalização das condições em que as mulheres foram submetidas, mas as estratégias e as condições que começaram a ser criadas por outros mecanismos sob os quais são e foram submetidas.

Estudos vêm sendo realizados em diferentes áreas do conhecimento e trazem representações sobre as mulheres em vários contextos, contribuindo desta maneira para a elaboração de uma “nova” história, em uma tentativa de dar outros sentidos a antigos acontecimentos. Buscar uma “outra história” das mulheres é reconhecer sua importância na história e considerar sua existência como distinta da dos homens, apesar de estarem em constante interação (PERROT, 2007).

Michel Foucault desenvolveu suas produções usando a arqueologia como questão relacionada ao método de análise e como instrumento de descrição. A arqueologia, realizada por ele como ferramenta de suas investigações, pode ser considerada também como sinônimo de história, como já foi enunciado neste capítulo.

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constituiu no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção dessa crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir. [...]. Ora, a meu ver é isso que deve ser feito: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais. (FOUCAULT, 2005, p. 10-11).

A história está presente em suas obras para auxiliar na compreensão do sujeito – real objeto de suas investigações, e na forma como ele se constitui. Portanto, sujeito e história se relacionam, “na realidade, esses dois aspectos estão tão entrelaçados em uma relação que falar de história, em Foucault, é falar do sujeito e vice-versa, falar do sujeito é falar de história” (CASTRO, 2009, p. 204).

Além disso, Foucault (2008) não concebia a história como algo progressivo, linear, constante ou guiado para alguma finalidade. Do mesmo modo, a noção de totalidade é inexistente quando se pensa em história, porém esta história carrega em si um *locus* determinado para falar do sujeito, do homem, do indivíduo, como se fossem sinônimos – é o corpo, por isso, segundo Osório (2015):



O corpo investido de tentativas de elaboração do conhecimento, que por sua natureza é contrainstintivo e contranatural, sempre ocorrendo em movimento de fora para dentro, em uma variedade de oportunidades que varia entre cada indivíduo, já que a sua elaboração e apropriação, visam regularizações de diferentes ordens e interesses pautados na cultura de cada sociedade, demarcando uma conjugação de saberes e práticas de diversos elementos que as compõem, sofrendo ou não uma seleção previa de compreensão de sua real existência e validade, pelo significado atribuído por cada indivíduo. (OSÓRIO, 2015, p. 22).

A partir disso, há uma conjunção de saberes e práticas sobre o exercício de práticas de violência que não se reduz somente ao corpo físico, mas aos elementos psicológicos que compõem esse corpo. Embora visem regularizações normativas, elas escapam pela cultura machista dominante na sociedade.

A historiadora Michelle Perrot começou a estudar a história das mulheres na França, em 1970. Nesta época, a produção a respeito desse tema era escassa. Em sua obra “Minha história das mulheres” (2007), fala dos modos de vida de mulheres nos espaços público e privado, além de tratar sobre o corpo, o trabalho, a alma, a criação e a ausência das mulheres na história do Ocidente em determinados tempos e espaços.

Com sua narrativa questiona o que mudou nas relações entre os sexos, de que forma e por quais motivos. Esses questionamentos esbarram diversas vezes na condição da mulher não ser sujeito de si e objeto dos outros. É um relato de acontecimentos e fatos que ocorreram na sociedade, que comumente esqueceu, silenciou, fez invisível o feminino. “As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos fora do acontecimento” (PERROT, 2007, p. 16).

Para contar sobre a história, Perrot (2007) utiliza arquivos e documentos como fontes para seus registros, porém a presença de mulheres nestes é minúscula, o que explica, em parte, seu reconhecimento nos acontecimentos do passado, sem visibilidade além daquelas estabelecidas pelos valores de cada época. Como é o caso do acesso à educação e à escrita ter ocorrido mais tardiamente, pois antes eram exclusivas ao homem.

No caso brasileiro, esta ocorrência se deu também pelo limite ao acesso de escolaridade, no máximo ao ensino primário, até os anos 1950, dado que a mulher se inseria na sociedade com finalidades bem definidas: casar para procriar e garantir a

produção da espécie humana, ser lides doméstica e receptora da felicidade do lar, responsável também pelo apaziguamento dos conflitos familiares, desenvolvendo assim diferentes funções (LOURO, 2017).

A maioria dos escritos existentes sobre as mulheres era produzido por homens, logo os discursos apresentavam o olhar masculino sobre as mesmas e, em sua maioria, estavam carregados de estereótipos do que significava ser mulher em determinado tempo e espaço da sociedade, enquanto um papel delimitado (PERROT, 2007).

Essa ausência nos relatos pode estar vinculada também ao fato de as mulheres estarem destinadas a ocupar apenas os espaços privados, zelando por seus lares e famílias, como já foi dito. Em muitas sociedades, como até hoje, eram desconsideradas, já que os registros históricos apontam para a preponderância masculina sobre o feminino, que privilegiava os homens enquanto as mulheres seguiam em segundo plano.

Contudo, esse cenário foi se transformando. A partir do século XIX, a história assumiu caráter científico e com o acesso das mulheres às universidades, nos anos 1960 e 1970, na França e nos Estados Unidos, estas começaram a ocupar espaços e transformaram-se em sujeitos e objetos dessas pesquisas e estudos (PERROT, 2007).

Enquanto objeto, as análises recaem sobre o corpo, que sofre por intermédio da condição de sujeito, de homem e de mulheres. Indivíduos colocam-nos como objeto da produção de saberes possíveis, deixando de ser o que é, entrando no jogo, na condição de *locus*, não exatamente pelo que é, mas por sua representação social, passível de exercícios de poderes – na medida em que o saber e o poder são faces diferentes de uma mesma moeda (OSÓRIO, 2015).

Foucault (1999) reforça em seus escritos que o corpo humano se enquadra

[...] numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é também uma “mecânica do poder”; está nascendo; ele define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”. (FOUCAULT, 1999, p.119).

Historicamente, a condição da mulher sempre foi exercida por tentativas de formar corpos dóceis, prontos para submissão, na medida em que ela compõe uma anatomia política e um campo de poder e domínio por parte da maioria dos homens.

Perrot (2007), ao tratar do corpo, considerando a noção de historicidade a este vinculada, fala das diferenças e mudanças que ocorreram no decorrer de um tempo histórico. Traz aspectos relacionados à idade, à sexualidade e à maternidade como quaisquer outros mecanismos de sujeição. Os exemplos a seguir dizem respeito ao período da Idade Média (séculos X a XV), mas podem ser percebidas semelhanças na sociedade contemporânea.

Na Idade Média, a taxa de mortalidade de mulheres era maior do que a dos homens. Naquela época, era comum mulheres morrerem no parto, devido a complicações da gravidez e a falta de recursos, “a maternidade era devastadora, ainda mais que, em caso de dificuldades, se preferia salvar a criança antes da mãe” (PERROT, 2007, p. 42). O aumento da expectativa de vida das mulheres, nesses casos, pode estar relacionado ao desenvolvimento da ginecologia e da obstetrícia, bem como outros avanços da área de saúde.

O sexo feminino era desvalorizado desde a gravidez. Anunciar a chegada de um filho era motivo de alegria, já o fato de nascer uma filha era pouco comemorado. A menina era considerada como mão de obra da família, para ajudar a mãe nas tarefas domésticas e no cuidado de irmãos mais novos, se houvesse. Ela também recebia “menor valor” na comparação entre os sexos (PERROT, 2007, p. 42).

Retomamos, então, o princípio basilar do cristianismo (século V), em que a mulher não era vista como a imagem de Deus, por isso deveria ocupar um espaço atrás do homem. As novas meninas eram ensinadas a trabalhar no lar e a ajudar suas mães no cuidado da casa e da família, trabalho que muito se assemelhava à servidão. Além da servidão do trabalho, mulheres também sofriam com a servidão psicológica e emocional.

Tiburi (2018, p. 19) diz que “As mulheres são convencidas, por meio de uma combinação perversa entre violência e sedução, que a família e o amor valem mais do que tudo quando, na verdade, o amor de devoção à família serve para amenizar a escravidão” a que são submetidas e ao mesmo tempo exerce um papel de consolo a essa condição precária.

O processo de sexuação das crianças ocorreu desde cedo e acompanhou sua aprendizagem e desenvolvimento, no qual foram transmitidos valores e

comportamentos referentes aos papéis esperados para cada sexo, feminino e masculino, a partir da cultura dominante. Antes de nascer, regados por elementos das práticas sociais, eram definidas cores do enxoval, brinquedos e cuidados diferenciados, além de ser um projeto do adulto.

Nesse sentido, Perrot (2007, p.43) diz que “não é fácil delinear a vida real das meninas. Elas passam mais tempo dentro de casa, são mais vigiadas que seus irmãos, e quando se agitam são chamadas de “endiabradas”. As mesmas compõem uma condição de risco social permanente, como é o caso de engravidarem, sempre serão responsáveis sozinhas, como se não houvesse um parceiro para tal, e serão consideradas como irresponsáveis, inconsequentes e outros adjetivos pejorativos.

Os comportamentos, inclusive na atualidade, são descritos de acordo as imposições morais e religiosas latentes. Esses discursos acerca do feminino expressavam o que os homens acreditavam ser ideal, além de ser um campo de domínio. Sobre a educação das mulheres, Perrot (2007) diz que essa começava logo na infância, pela própria família, para torná-las úteis e dóceis. Eis um reforço à ideia de castração, que, de forma geral, representa ser inconsciente, mas está contida e induzida pelas práticas culturais.

Um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, e os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício. (PERROT, 2007, p. 93).

Os papéis e funções desempenhadas pelas mulheres na sociedade medieval estavam vinculados ainda à posição hierárquica que faziam parte, tendo em comum o regramento imposto e o fato de todas serem consideradas dependentes juridicamente dos homens.

O homem era responsável pelo sustento da família, o “cabeça” da família. “Não obstante, sua imensa participação na sociedade, até o fim da Idade Média e mesmo depois dela, do ponto de vista jurídico, as mulheres deveriam permanecer sob a custódia dos homens” (MACEDO, 2002, p. 46).

A maneira de viver a sexualidade de jovens adolescentes acontecia de forma diferente para ambos os sexos. As moças deviam preservar sua virgindade, sendo controladas pelos pais. A mulher que mantivesse relações sexuais antes do casamento era (e ainda é) estigmatizada como “mulher fácil”, além de que o seu prazer devia ser contido, visto que “as mulheres cuja sexualidade não tem freios são

perigosas. Maléficas, assemelham-se a feiticeiras, dotadas de “vulvas insaciáveis” (PERROT, 2007, p. 66).

Os rapazes, por sua vez, eram incentivados para que iniciassem sua vida sexual o mais cedo possível, sendo sinônimo de orgulho para a família e a garantia de sua masculinidade. A mulher era tida como “presa” para os homens na Idade Média (PERROT, 2007, p. 45).

As solteiras tinham suas vidas decididas pela família, que arranjava o casamento. A união se dava por acordo de interesses, na maioria das vezes econômicos. Na Idade Média, além da imposição familiar, as igrejas contribuíram para a instituição do casamento ao estabelecê-lo como um dos sagrados sacramentos (MACEDO, 2002).

Esse período histórico teve forte influência de valores religiosos, que impunham ideias de pecado sobre temas relacionados ao sexo e às práticas de sexualidade, com o propósito de controlar e disciplinar os corpos. A moral cristã condenava o prazer, considerado algo que impedia a busca por Deus. Se a mulher estivesse casada “não podia tratar seu marido como se fosse seu amante. Por meio do casamento seu corpo tornava-se posse do esposo, mas sua alma deveria permanecer na posse exclusiva de Deus” (MACEDO, 2002, p. 27). A união devia ser indissolúvel. Essa ideia se faz presente ainda hoje, porque em casamentos religiosos há o discurso do “até que a morte nos separe”.

Esses saberes que vêm circulando ao longo do tempo, podem influenciar na permanência de mulheres em relações conjugais violentas, em que se naturaliza certos comportamentos e atitudes agressivas como se fossem inerentes ao casamento, devendo à mulher suportar tudo, a fim de mantê-lo e preservar a família.

O casamento por amor e a ideia do amor romântico surgiu posteriormente, no século XIX<sup>1</sup>. A mulher era criada para se casar e assumir o papel de mãe, e a maternidade era tida como o momento de maior realização na vida feminina. Caso não se concretizasse, “temida, vergonhosa, a esterilidade é sempre atribuída à

---

<sup>1</sup> O amor é uma construção social, por isso inúmeras são as formas de amar. A psicanalista Regina Navarro Lins (2017) fala que o amor romântico é aquele em que se idealiza a pessoa amada, criando expectativas de que este sentimento será para a vida inteira, na qual duas pessoas se completam, tornando-se um. “Esse ideal amoroso só passou a ser uma possibilidade no casamento a partir do século XIX, pois antes disso os casamentos se davam por interesses econômicos e políticos” (LINS, 2017, p. 25).

mulher, esse vaso que recebe o sêmen, que se supõe sempre fecundo” (PERROT, 2007, p. 47).

Por se acreditar que o destino da mulher era ser mãe, o coito interrompido era algo condenado pela igreja e não havia a existência de métodos contraceptivos, até porque as práticas estavam relacionadas diretamente à reprodução da espécie. Uma possível gravidez indesejada podia resultar em um aborto ou em um infanticídio, práticas comuns antigamente (apesar de veladas) e que atualmente são reprovadas, mas em muitas culturas permanecem até a atualidade, com as mesmas estratégias ou outras com os mesmos propósitos.

O aborto era realizado “às ocultas e em condições sanitárias quase sempre deploráveis, ligadas à clandestinidade” (PERROT, 2007, p.71). Algumas dessas condições ainda existem nos dias de hoje, afinal o aborto é uma realidade em nossa sociedade, apesar de ser crime em alguns países como no Brasil, podendo a mulher sofrer processos judiciais e condenação.

Se a mulher tem condições de realizá-lo em clínicas particulares e clandestinas, o aborto é realizado sem grandes riscos, mas as que não contam com os mesmos recursos são submetidas a condições precárias, além de arriscarem suas vidas realizando tais procedimentos.

Sobre a influência de aspectos doutrinários e religiosos que condena o aborto, este era praticado em alguns locais “sem anestesia, como se fosse necessário punir as mulheres” (PERROT, 2007, p. 74). Essa discussão sobre o aborto ganhou maior visibilidade em junho de 2018 no Brasil, após a Argentina aprovar um Projeto de Lei que descriminaliza essa prática, no mesmo período acima mencionado. O Projeto prevê a garantia de que o aborto seja realizado até em 14 semanas de gestação<sup>2</sup>.

A luta das mulheres é para que essa prática seja segura, gratuita e livre, uma vez que mesmo em países nos quais é proibido, o aborto continua acontecendo e muitas vezes pode resultar em mortes e hospitalizações devido a complicações no procedimento.

Antes do desenvolvimento da Medicina, os partos ocorriam, em maioria, nas casas, com a presença de parteiras. Os homens estavam ausentes desses

---

<sup>2</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-06/camara-argentina-aprova-projeto-que-descriminaliza-o-aborto>. Acesso em julho/2018.

acontecimentos. A partir do século XVIII, “o parto medicalizou-se, masculinizou-se, hospitalizou-se” (PERROT, 2007, p.74).

O hospital foi considerado local de referência e segurança para os nascimentos ocorrerem, houve uma mudança nos métodos do parto e os antigos saberes e poderes das parteiras foram desconsiderados em nome de um rigor científico e do modelo biomédico (PERROT, 2007). Essa questão está presente na atualidade (não deixando de considerar as diferenças entre esses períodos arqueológicos), em que as doulas (parteiras da modernidade) não têm sua profissão reconhecida e muitas vezes são proibidas de prestar assistência nos partos.

Passando para a questão biológica dos sexos, enquanto um exercício binário (seleção e categorização) Perrot (2007, p. 62) diz que a “pequena diferença anatômica que inscreve os recém-nascidos num ou noutro sexo é que faz com que sejam classificados como homem ou mulher” – pela genitália.

O sexo feminino era considerado inferior ao masculino e seus corpos incompletos ou inacabados, utilizando os modelos de corpo para afirmar essa desigualdade. Sua anatomia e biologia era considerada secundária até na questão reprodutiva, na qual a mulher não era mais que um receptáculo no processo de reprodução.

Estudos de mulheres e feministas buscam romper com essas definições e com o naturalismo inerente ao corpo. Isso é necessário, pois senão “a mulher se confunde com seu sexo e se reduz a ele, que marca sua função na família e seu lugar na sociedade” (PERROT, 2007, p. 64).

O corpo se tornou alvo do poder, descobriu-se que ele podia ser moldado, rearranjado, treinado e submetido para se tornar ao mesmo tempo tão útil quanto sujeito. O corpo foi dobrado pouco a pouco pelo poder, de maneira sutil, por meio de várias técnicas de dominação. Esta criação não é inédita, as relações de força agem e agiram desde sempre, mas com a modernidade o corpo passou a ser dividido, separado, medido e investigado em cada detalhe (FOUCAULT, 1975).

O corpo da mulher sempre foi considerado objeto, “corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade” (PERROT, 2007, p.76). Devido a isso, o corpo feminino está submetido a inúmeras violências, que podem ser exercidas de incontáveis formas. Uma dessas formas é a violência praticada contra as mulheres

por seus companheiros. No fim do século XIX, na França, por exemplo, a violência doméstica e familiar era algo comum, várias mulheres apanhavam de seus maridos.

A esse respeito, Perrot (2007) diz que

A quantidade de mulheres que apanhavam dos maridos era imensa. Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor de sua casa – desde que fizesse com moderação. Tal comportamento era tolerado pela vizinhança, principalmente nos casos em que as esposas tinham reputação de seres donas-de-casa relaxadas. (PERROT, 2007, p. 77).

Pensar sobre a situação das mulheres na Idade Média faz considerar que essa história diz respeito a todas e todos na atualidade, uma vez que está relacionada a questões sobre sexualidade, modelos de feminino e masculino, família, relações afetivas e relações de poder como um exercício constante de práticas sociais representadas por uma cultura machista.

Ao considerar o tempo e o espaço dos processos que se constituíram em um formato peculiar sobre as condições das mulheres ou do feminino, as bases se alojam em uma concepção pelo plural, nas brechas dos limites pela diversidade existente na época, tendo como pilares questões relacionadas à idade, à posição social, à atividade desempenhada e ao avanço da sociedade moderna pela precariedade humana.

São modelos de seleção sempre adotados pela sociedade ocidental, entre os papéis do masculino e feminino como lugares próprios e peculiares, redistribuídos por uma estrutura social, a princípio fixa e organizada em uma hierarquização determinada, obedecendo princípios éticos cristãos, independentemente de serem válidos ou não.

Isso permitiu colocar a mulher em condição de um modelo de feminino, na medida em que passou a ser guiada por práticas culturais, com preponderância do conservadorismo machista acrescido do regramento da Igreja Católica Romana com o seu predomínio cultural e religioso sobre a mentalidade popular, no vácuo de pensamentos e científicas, fazendo parte das doutrinas, como também um dispositivo de controle.

Esses padrões e regras do que é “ser mulher”, ainda que existentes em um tempo e espaço específicos, podem servir de referência ao se problematizar a condição das mulheres hoje. As construções de modelos de feminino e masculino



fazem parte de processos culturais, sociais e de relações de poder, na qual quase sempre a mulher é tida como inferior.

A desigualdade entre os sexos feminino e masculino não se restringe apenas ao período da Idade Média. As justificativas utilizadas para legitimar o discurso de que mulheres são inferiores aos homens são abundantes, como o encontrado nas diferenças biológicas e anatômicas do corpo feminino e masculino, que naturaliza essas relações de dominação e submissão.

Após breve menção a respeito da condição histórica de vida das mulheres, elaborada como proposta para reflexão de como certas relações de saberes/poderes continuam existindo em relação ao sujeito-mulheres, mesmo considerando as diferenças culturais, econômicas, históricas e sociais, determinadas por cada espaço e tempo, que permitiram sua emergência, iremos agora tratar de questões relacionadas aos discursos das ciências biológicas e do modelo de sociedade formatado como patriarcado, que legitimam a suposta inferioridade feminina e contribuem para a existência da violência contra as mulheres dando continuidade a outros artefatos da arqueologia, como poderá ser observado no próximo tópico.

## **1.2 Mulheres: discursos da Biologia e do Patriarcado**

As práticas culturais que circulam sobre a violência em relação às mulheres têm em seu bojo as “verdades” e usam como justificativa que a natureza biológica, diferente entre mulheres e homens, implica em deveres e direitos também diferentes para ambos os sexos.

Determinados valores e comportamentos são construídos ao longo de um tempo histórico, no qual quase sempre a relação entre mulheres e homens é assimétrica, conforme visto no item anterior. Entretanto, há de ser evidenciado que, de maneira geral, viver em sociedade implica em estabelecer relações de concessões, que mais uma vez recaem sobre o corpo em sua operatividade, na medida em que, segundo Osório (2015, p. 25),

Isso se dá, pelas questões as quais o corpo, além de complexo, incita outros corpos, ao ser colocado sempre na condição de submissão, por constantes vigílias, pelas técnicas mais tradicionais de exames, mas sim pelos aspectos emocionais que os outros corpos se aproximam dele. Criam-se diferentes estratégias de disciplinamento (regularização) operacionalizadas por estratégias indicadas pelas práticas culturais, independente de quem as operacionalize, como um consenso, desprovidas de qualquer análise preliminar que indique sua validade ou necessidade para aquela situação. Enquanto um valor operativo, ele não pode ser exercido senão dentro dos

limites estreitos do corpo, como um asilo do frio e do calor, da paixão e do ódio, das necessidades básicas de sobrevivência, em meios artificiais, sem nenhuma margem de segurança, pelos riscos constantes aos quais o corpo é posicionado passivamente ao disciplinamento. (OSÓRIO, 2015, p. 25).

Ao retomar as condições das mulheres, agora pelas relações das práticas culturais, como um mecanismo de disciplinamento do corpo, a escritora referência para pensar a condição das mulheres e o feminismo, Simone de Beauvoir (1908-1986), escreveu a obra “O segundo sexo” (1949/2016), que conta com dois volumes: O primeiro denominado “Fatos e mitos”, e o segundo “A experiência vivida”.

Beauvoir diz que a definição do que é ser mulher é uma construção social e histórica, assim nega a existência de uma “essência” feminina ou de uma determinação biológica. Logo, os seres humanos do sexo feminino não são necessariamente mulheres, ou seja, ser fêmea não define uma mulher.

As tentativas de disciplinamento das mulheres pelos homens ocorrem pela submissão, são sujeitadas às estratégias de domínio masculino. Assim como uma suposta inferioridade e fragilidade da própria mulher, foram e são produzidas pelas práticas culturais e sociais. A mulher é considerada sempre em relação ao homem, não só como objeto de prazeres e depositária de desejos, mas objeto de controle. Esses saberes necessitam ser desconstruídos, questionados, uma vez que legitimam a desigualdade entre os sexos, colocando em evidência as características negativas atribuídas às mulheres.

Ao iniciar sua obra questionando o que é uma mulher, Beauvoir (2016) fala que o mundo é dividido em duas categorias de sujeitos diferentes e que isso é evidenciado em seus corpos, roupas, atitudes, ocupações e papéis sociais. Para a autora, a diferença entre mulheres e homens não é sinônimo de desigualdade em documentos de identidade e registros de cartório, fora desse contexto a relação entre os sexos é díspar. Os homens são referência ao se pensar a espécie humana e o modelo de sociedade, “a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos” (BEAUVOIR, 2016, p.11).

O pensamento humano é marcado por categorias, como oposição e dualidade, por exemplo, portanto “nenhuma coletividade se define nunca Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si” (BEAUVOIR, 2016, p.13). E assim toda determinação imposta à mulher sempre tem caráter negativo. Beauvoir (2016) diz que a mulher é a outra, a alteridade realiza-se no feminino.

Homens e mulheres jamais tiveram igualdade de condições no mundo. Tudo o que era escrito e produzido sobre mulheres era feito por homens, por isso a autora acredita “que para elucidar a situação da mulher são ainda certas mulheres as mais indicadas” (BEAUVOIR, 2016, p.24). Para afirmar a necessidade de a história das mulheres ser contada por elas mesmas, devemos passar à condição de ser autoras e protagonistas dessa própria história.

No primeiro volume da obra “O segundo sexo”, Beauvoir (2016) discute o que os discursos da Biologia, da Psicanálise e do Materialismo Histórico produzem acerca da mulher, já que a mesma parece ter um destino fisiológico (ser mãe), psicológico e econômico previamente estabelecido. A autora ainda diz que é necessário refletir em que afeta nossa existência o fato de nascermos mulheres.

Ao trazer certos conhecimentos biológicos sobre o processo de reprodução dos seres humanos e de espécies de animais, Beauvoir (2016) faz com que pensemos não por lugares comuns e explicações essencialistas, mas considerando o movimento cultural, social e histórico que constituiu a representação da fêmea no reino animal e da espécie única em que a mulher é classificada.

Pode-se declarar que a diferença entre fêmeas e machos acontece na parte reprodutora, na qual o funcionamento fisiológico é diferente, porém em algumas espécies isso não se dá de maneira clara. A esse respeito, a filósofa diz que “o termo fêmea é pejorativo não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo” (BEAUVOIR, 2016, p. 31). A mulher torna-se reduzida apenas a ele – útero e ovários.

Beauvoir (2016) discorre também sobre o aparelho reprodutivo e o processo de procriação de variadas espécies até chegar à mulher e ao homem (fêmea e macho – Biologia), apontando semelhanças e diferenças nos processos de outras espécies (escala animal).

Afirma que abelhas e formigas são matriarcais e que os machos morrem após a fecundação. Pelo fato de alguns machos serem devorados pelas fêmeas em certas espécies após o coito (como por exemplo, aranha gigante e louva-a-deus), surgiu o mito da feminilidade devorante, que está relacionado à Psicanálise e ideia de castração<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Os estudos da Psicanálise de Freud consideram o desenvolvimento da libido – energia sexual em fases, porém o autor não estudou a sexualidade da mulher, orientando sua descrição a partir do modelo masculino. O “complexo de castração” está presente em uma das etapas no desenvolvimento da

Nos matriarcados dos formigueiros e das colmeias, os machos são uns importunos exterminados em cada estação: no momento do voo nupcial, todos os machos saem do formigueiro e alçam voo em busca das fêmeas; se as atingem e fecundam, morrem logo depois, esgotados; se retornam, as operárias os impedem de entrar, matam ou deixam que morram de fome. (BEAUVOIR, 2016, p. 45).

Os mamíferos, por sua vez, apresentam vidas mais complexas. Na hora do coito, o macho fica por cima, reforçando seu domínio e “superioridade”.

A diferença fundamental entre o macho e a fêmea dos mamíferos está em que, no mesmo rápido instante, o espermatozoide, pelo qual a vida do macho transcende-se em um outro, desgarrar-se de seu corpo e se torna estranho a ele; assim o macho, no momento em que supera sua individualidade, nela se encerra novamente. (BEAUVOIR, 2016, p. 49).

A divisão binária entre os sexos, antes das explicações com fundamento científico, era baseada em mitos sociais. Com a descoberta da paternidade pela ciência, o homem reivindicou sua posteridade e se responsabilizou pela geração da vida, sendo a mulher apenas responsável por carregar essa “semente” e garantir seu desenvolvimento (BEAUVOIR, 2016).

Entretanto, atualmente é sabido que “na grande maioria das espécies, os organismos masculinos e femininos cooperam em vista de reprodução” (BEAUVOIR, 2016, p. 38). Desta forma, “macho e fêmea aparecem, portanto, como dois tipos complementares. É preciso considerá-los de um ponto de vista funcional para apreender-lhes a singularidade” (BEAUVOIR, 2016, p. 44).

Essa pesquisa realizada pela autora, sobre a participação da fêmea e do macho no processo de reprodução, mostra que esta ocorre de maneira diferente em inúmeras espécies. Quando olhamos como acontece a reprodução na espécie humana, mulher e homem têm importância fundamental, ambos participam.

Isso mostra que discursos essencialistas, usados para atribuir menor importância à mulher, não possuem fundamento científico e são mais uma maneira de manter o protagonismo masculino. Desta forma, a diferença anatômica entre os corpos feminino e masculino serve para justificar as desigualdades entre os sexos e legitimar a dominação masculina tanto na objetividade quanto na subjetividade.

---

sexualidade (estágio autoerótico) e ocorre por volta dos cinco anos de idade, período no qual a menina descobre a diferença anatômica dos sexos e reage à ausência do pênis, sentindo-se frustrada, como se fosse um “homem mutilado” (BEAUVOIR, 2016, p. 70).

O sociólogo Pierre Bourdieu (2017), em sua obra “A dominação masculina”, analisa a questão da hegemonia masculina a partir da diferença biológica entre os sexos, afirmando que

[...] a diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída. (BOURDIEU, 2017, p. 24).

Esse sistema estabelece a superioridade do sexo masculino entre os dois sexos distintos como algo natural, “na medida em que os princípios de visão e divisão que ele propõe estão objetivamente ajustados às divisões pré-existentes, ele consagra a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, oficial” (BOURDIEU, 2017, p.21).

Outra autora que considera as questões de reprodução na espécie humana e fertilidade, é Françoise d’Eauboone (1977) na obra “As mulheres antes do patriarcado”, na qual discorre sobre a influência da descoberta da paternidade pela Medicina para a instituição do patriarcado<sup>4</sup> como sistema predominante em nossa sociedade.

No início de sua obra D’Eauboone (1977) questiona se as civilizações sempre seguiram um modelo de sociedade patriarcal ou se não houve um meio-termo nessas relações entre os sexos, se não existiram formas intermediárias no passado.

Ao considerar a história, existiu e ainda existe a concepção binária das sociedades divididas entre patriarcais e matriarcais. A oposição entre matriarcado e patriarcado mostra a necessidade da existência do outro para que possamos nos reconhecer, fazendo referência ao diferente. A respeito disso, a autora questiona:

[...] o homem teria sido sempre chefe de família, senhor da ou das mulheres, com todas as estruturas secundárias que este eixo familiar e social implica, ou teria existido antes esta forma de comunidade humana ou cultura centrada na mulher e sua fecundidade. Neste caso, a mulher teria então reinado incontestavelmente, divinizada com o nome de Grande Mãe, possuidora da terra e dos homens, até o aparecimento do patriarcado. (D’EAUBONNE, 1977, p. 7).

Na contemporaneidade, o patriarcado – sistema em que o homem é o centro das relações e sinônimo de poder e potência, predomina em quase todas as culturas

---

<sup>4</sup> A filósofa Marcia Tiburi fala em seu livro *Feminismo em comum: para todas, todes e todos* (2018) que o patriarcado é a ideia que homens são superiores às mulheres, um sistema que está presente na cultura e nas instituições, rodeado por jogos de poder. Pode também ser considerado um dispositivo mantido por pessoas que querem perpetuar-se no poder e afirmar sua superioridade sexual, de raça/etnia e de classe.

e sociedades. O patriarcado organiza as sociedades e está presente de forma quase universal na atualidade, com isso

[...] o patriarcado é um verdadeiro esquematismo do entendimento, um pensamento pronto, que nos é dado para que pensemos e orientemos nossa ação de um determinado modo, sempre na direção do favorecimento dos “homens brancos” e de tudo que sustenta seu poder. (TIBURI, 2018, p. 41).

Na tentativa de investigar outras possibilidades para as sociedades que não estejam centradas nas estruturas patriarcais, D’Eaubonne (1997, p.11) alerta que “torna-se cada vez mais urgente reconsiderar as primeiras sociedades humanas e a maneira como pôde evoluir nelas a relação entre os sexos”.

Para isso, recorre ao estudo dos mitos, lendas e saberes existentes na antiguidade (período paleolítico, neolítico e megalítico), que tinham a figura da mulher como principal personagem, para compreender de que maneira ocorreu essa passagem das sociedades matriarcais para patriarcais. Fala da relação entre a agricultura e as mulheres, e de como estas tinham o poder de fertilizar a terra. A mulher era símbolo da fecundidade. Contudo, essa história é contada no masculino, o homem representa a sociedade, o coletivo.

Como é que até agora ninguém viu ainda a consequência que traria uma simples mudança de formulação em conformidade com a verdade histórica, e que poria no feminino o que continua escrito no masculino por esses etnólogos, antropólogos, historiadores, que reconhecem e escrevem que a agricultura foi uma descoberta das mulheres, permaneceu por muito tempo um trabalho exclusivo das mulheres. (D’EAUBONNE, 1977, p. 12).

A descoberta da paternidade pela ciência e a atribuição da agricultura como atividade dos homens foram utilizadas para instituir o patriarcado. Assim, as mulheres foram negadas, devido à “apropriação pelo patriarcado das duas fontes de vida, fertilidade e fecundidade” (D’EAUBONNE, 1977, p. 14).

Com o advento do patriarcado, o macho reivindica acremente sua posteridade; ainda se é forçado a concordar em atribuir um papel à mulher na procriação, mas admite-se que ela não fez senão carregar e alimentar a semente viva: o pai é o único criador. (BEAUVOIR, 2016, p. 36).

D’Eaubonne (1977) ainda diz que o papel que cada sexo desempenha na reprodução é uma recente descoberta científica no Ocidente. A inferioridade e subordinação das mulheres, além de utilizadas pelo discurso biológico, estavam arraigadas na moral religiosa. Antes da descoberta da ciência que considerava a participação de ambos os sexos (feminino e masculino) na reprodução, realizada em

1906, na França, existiam aqueles que acreditavam que era responsabilidade exclusiva dos homens e os que atribuíam à mulher o princípio da vida.

A mesma autora denomina como “discurso falocrático” os saberes que consideravam os homens como únicos responsáveis pela reprodução e a mulher apenas um “receptáculo” desse processo. D’Eauboone (1977) diz:

Atribuir ao homem a fertilização da terra, até então reservada às agricultoras, e a de dominar a fecundação animal e humana pelo conhecimento do processo de paternidade que retirava às mulheres o seu poder de agente exclusivo da procriação e de intermediária entre humanidade e divindade. (D’EAUBOONE, 1977, p. 15).

Mulheres se constituem em contato com uma ordem patriarcal, em que existe uma naturalização de sua suposta “inferioridade”. A sociedade patriarcal cria sujeitos que acreditam ser destino e obrigação das mulheres tornarem-se “donas de casa” e mães, garantindo a propagação da espécie, cabendo ainda às mulheres serem delicadas, gentis e submissas.

[...] as mulheres não imaginam uma ruptura completa e definitiva com as condições opressoras de violência, uma vez que internalizam concepções da ideologia patriarcal, que medeiam as definições do masculino e do feminino e de suas atribuições nos diferentes espaços sociais. (LOPES, 2009, p. 31).

Aos homens, por sua vez, é ensinado o desenvolver do “princípio do macho”, no qual a sensibilidade não é permitida e a agressividade é reforçada, o que pode se transformar mais facilmente em produtores de mecanismos de violências, muitas vezes velados, na tentativa de afirmar sua superioridade nas relações, pautadas no sexo biológico, e exercer diferentes estratégias de poder ao se sentirem ameaçados ou fragilizados, mais ainda quando pressentem os riscos de domínios.

A violência contra as mulheres tem forte influência desses valores, que subordinam, exploram e as dominam em relação aos homens, com a finalidade de perpetuar seu poder e hierarquia social. Essas condições de violência que as mulheres vivem, começaram a ser denunciadas com a organização de movimentos de mulheres e feministas que reivindicavam uma sociedade com igualdade e liberdade, a partir dos anos de 1970 no Brasil. É sobre o início desse movimento que trataremos a seguir.

### **1.3 Movimentos de mulheres, feministas, garantias de direitos e lutas**

No Brasil, a partir dos anos de 1970, por meio de manifestações realizadas pelos movimentos de mulheres e de feministas, houve denúncias sobre as condições

de vida inaceitáveis e a violência que as mulheres eram submetidas, acumuladas durante toda história da sociedade brasileira.

Ao falar acerca de diferenças existentes entre o movimento de mulheres e o movimento feminista das décadas de 1970 e 1980, Lopes (2009) diz:

Enquanto o primeiro organizou-se para, a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe, intervir na esfera pública da sociedade [...]; o segundo buscava questionar a opressão da mulher na sociedade e lutar pela mudança dos papéis atribuídos ao sexo. (LOPES, 2009, p. 79).

Cynthia Sarti (2004) faz uma contextualização histórica do movimento de mulheres que teve início nos anos de 1970, assim como suas características e desdobramentos, marcadas por avanços e retrocessos. O feminismo brasileiro surgiu em um período de ditadura militar e se opunha ao modelo de sociedade instituído, altamente autoritário e controlador.

Enquanto um movimento que representou o segmento, teve influência de concepções dos ideais marxistas, entrecruzando em oposição ao regime da ditadura em vigor na época, inspirou-se na crise do pensamento europeu sobre a realidade humana e explicações de fenômenos que se manifestavam na sociedade, indicando sua precariedade (SARTI, 2004).

Por estas brechas, se instauraram e serviram de referência os movimentos feministas existentes na Europa e nos Estados Unidos, causando “impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher” (SARTI, 2004 p. 36), principalmente porque independentemente de classes sociais houve uma união entre elas, formou-se um movimento interclasses, povoando um conjunto de manifestações em diferentes espaços públicos.

Vários fatores promoveram a emergência do movimento de mulheres no Brasil, entre eles a situação de submissão e violência as quais se encontravam, suas condições precárias de vida como mães, donas de casa e trabalhadoras, em tríplice jornada de trabalho. Escravas não só do lar (SARTI, 2004).

Nessa conjuntura de resistência e transgressão feminina aos papéis socialmente impostos, as mulheres começaram a refletir e questionar as relações entre os sexos, posicionando-se contra a opressão social que viviam, objetiva e subjetivamente engendradas (SARTI, 2004).



Os caminhos entre os direitos das mulheres e as lutas para a igualdade das minorias em geral sempre estiveram entrelaçados, nos quais as marcas são as práticas culturais discriminatórias por uma cultura enraizada de repressão a essas minorias, desigualdade e de patriarcado em uma sociedade conservadora e preconceituosa.

Durante séculos as mulheres eram propriedade de seus pais, maridos, irmãos ou quaisquer que fossem os chefes da família, desde que representassem o macho. Nesse período de reivindicações do movimento de mulheres, sua luta era focada em algumas carências extremamente significativas à época: direito à vida política, à educação, ao divórcio e ao livre acesso ao mercado de trabalho (SARTI, 2004).

No contexto do golpe militar de 1964, o que estava em jogo para o movimento feminista eram as denúncias das violências causadas pela imposição do regime da ditadura militar, das violências sofridas em âmbito doméstico e conjugal, além das reivindicações por melhores condições de vida, saúde e saneamento básico. Já questões como sexualidade e aborto eram discutidas em grupos menores e rodas de conversa de mulheres (SARTI, 2004).

A partir da década de 1970 o movimento incorporou questões que necessitam de melhoramento até os dias de hoje, entre elas o acesso a métodos contraceptivos, saúde preventiva, igualdade entre mulheres e homens, proteção à mulher vítima de violência, equiparação salarial, apoio em casos de assédio, entre tantos outros temas pertinentes à condição da mulher. São aproximadamente cinco séculos de história da sociedade brasileira que se explicita pelos preconceitos em relação às mulheres.

A autora considera ainda como importante marco para o fortalecimento do movimento de mulheres brasileiras, a declaração feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, no Ano Internacional da Mulher, e o reconhecimento de questões das mulheres para serem tratadas como problema de ordem social e política, já que as práticas culturais permaneciam inalteradas pelos registros históricos (SARTI, 2004).

Miriam Grossi (1994) é outra autora que considera o movimento feminista brasileiro, em “Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil”. A antropóloga utiliza estudos acadêmicos e registros sobre a militância de mulheres para falar sobre o movimento feminista que denunciou a violência contra as mulheres no Brasil nos anos de 1970 e 1980.

A autora parte do pressuposto de que o início do movimento feminista esteve ligado ao meio acadêmico, e que mulheres presentes nesses movimentos estavam também envolvidas nas universidades e com as questões políticas da época.

Segundo Grossi (1994),

Esta relação se manteve, pelo menos durante a primeira metade dos anos 80, sendo que parte significativa de artigos e teses sobre feminismo e violência contra a mulher foi produzida neste intenso diálogo entre militância e academia. (GROSSI, 1994, p. 473).

A princípio, as reivindicações dos movimentos feministas no Brasil estavam relacionadas à denúncia do assassinato de mulheres vítimas de seus companheiros e à impunidade existente nestes casos. As manifestações realizadas pelos movimentos tiveram resultado e no ano de 1985 foram criadas as Delegacias de Mulheres, espaço de denúncia das violências sofridas por elas, geralmente vividas em relações conjugais (GROSSI, 1994).

A autora chama a atenção para o fato de as pesquisas realizadas naquela época (anos 1970 e 1980), relacionadas à VCM, terem em comum o dilema de mulheres que buscavam essas Delegacias, registravam o boletim de ocorrência denunciando a violência vivida, mas dificilmente se separavam dos parceiros/agressores, recorrendo a esses mecanismos na tentativa de impedir novas agressões e não de dar um fim à situação. Ainda faz alguns questionamentos que continuam atuais e talvez até sem respostas, como:

[...] porque é tão difícil conscientizar as mulheres de sua situação de dependência e subordinação, mesmo quando elas têm condições materiais de viverem autonomamente? Porque muitas mulheres, após denunciarem os maridos, querem "tirar a queixa" no dia seguinte porque "as coisas melhoraram" e afinal elas "amam seus maridos"? (GROSSI, 1994, p. 476).

Atualmente, o feminismo no Brasil é um movimento amplo, inúmeras são suas lutas. O feminismo, mesmo usado no singular, corresponde a uma pluralidade que se reinventa e se redefine em tempos e espaços. Não é uma unidade, mas uma construção em comum de diversas singularidades, por isso Tiburi (2018, p. 43) considera que "todo feminismo é particular e geral ao mesmo tempo".

Apenas o movimento feminista e a união de mulheres são capazes de fazer as mulheres falarem por si e sobre si, sem mistificações. Por isso, o feminismo deve lutar contra a violência praticada por homens, constituindo uma consciência coletiva ativa e radical, na qual militância e resistência são palavras de ordem (TIBURI, 2018).

No tópico seguinte, trataremos da criação de alguns aparatos institucionais engendrados pelo Estado para enfrentamento da violência contra as mulheres. Consideraremos que estes são parte de resultados de reivindicações realizadas por movimentos de mulheres e feministas.

#### **1.4 As mulheres: enfrentamento à violência, aparatos institucionais e marcos regulatórios**

Após menção ao movimento de mulheres e feministas no Brasil, falaremos das ferramentas criadas pelo Estado para o enfrentamento das condições de violência coletiva e individual que mulheres vivem, acumuladas historicamente.

Esses marcos regulatórios foram criados a partir de reivindicações feitas por mulheres, evidenciando condições sociais e culturais de um tempo histórico. Usamos como base os documentos oficiais sobre a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), a Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015) e o Programa Mulher, Viver sem Violência (assinado em 13 de março de 2013).

Em resposta às manifestações dos movimentos de mulheres e feministas, o Estado brasileiro começou a estruturar aparatos regulatórios e norteadores de caráter público para enfrentamento à violência contra as mulheres, explicitando determinadas relações de poderes/saberes como forma de inibir as relações contidas nas práticas sociais.

No âmbito da igualdade de direitos, alguns documentos são identificados como importantes vitórias para a luta pelo fim da desigualdade entre mulheres e homens. Na primeira República Alemã de Weimar, instituída em 1919, foi documentado pela primeira vez a igualdade de direito entre mulheres e homens na sociedade conjugal e a garantia de direito do voto feminino (TELES, 2006). Naquele momento histórico ainda se estabeleceu significado para diferenças e desigualdades, sendo que

As diferenças de natureza biológica ou cultural não significam a superioridade de algumas pessoas em relação a outras; as desigualdades são fruto da arbitrariedade e das injustiças sociais, criando condições de inferioridade para alguns grupo e classes sociais. Assim sendo, devem-se respeitar as diferenças, enquanto as desigualdades terão de ser combatidas e eliminadas, fazendo prevalecer o princípio da igualdade. (TELES, 2006, p. 23).

Essa Constituição de Weimar não vigorou por muito tempo, embora permaneça como referência para a construção dos direitos humanos em diversos segmentos que

se organizam em torno ao direito à diversidade, às diferenças, subsidiando vários movimentos sociais.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), que ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará<sup>5</sup>, reconheceu que a VCM é uma violação dos direitos humanos e pode ocorrer em âmbito privado, não apenas nos espaços públicos, sendo compromisso do poder público e da sociedade combater todas as formas de violência, apesar de ainda faltarem inúmeras condições para que isso se efetive.

Em 2001, o Brasil foi condenado por omissão e tolerância em casos de violência contra a mulher pela Organização dos Estados Americanos e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos devido à violação de direitos estabelecidos pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994).

Lembramos também que Maria da Penha foi vítima de tentativa de homicídio duas vezes por seu companheiro à época, em 1983. Ele permaneceu impune por 18 anos após o ocorrido e só depois foi julgado (TELES, 2006, p. 36). Hoje a Lei que faz o enfrentamento à violência familiar e doméstica leva o nome de Maria da Penha, símbolo de luta e resistência.

Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha (n. 11.340/2006) é um dispositivo legal criado para prevenir e coibir a violência familiar e doméstica contra a mulher, e busca uma regularização mínima de controle da violência a que as envolvidas são submetidas. De acordo com a Lei Maria da Penha, são diversos os focos sobre as formas de violência, a saber: violência psicológica, física, moral, sexual e patrimonial<sup>6</sup>.

A Lei Maria da Penha oferece à vítima um tratamento em rede integral e multidisciplinar, sendo reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações do mundo no combate à violência. É válida para todas as mulheres, independentemente de etnia, classe, raça, cultura, orientação

---

<sup>5</sup> A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher foi promulgada pelo Decreto n. 1.973, de 01/08/1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm)

<sup>6</sup> A definição completa sobre as formas de violência contra as mulheres estabelecidas pela Lei Maria da Penha pode ser encontrada no artigo 7º, da Lei n. 11.340/2006. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>

sexual, religião, idade ou nível educacional, para transexuais e casais de mulheres, segundo o que estabelece o artigo 2º.

A VCM é um fenômeno oculto em determinadas instituições sociais, como a família, por exemplo, mas essa realidade vem se transformando e o que era algo velado passou a ter conhecimento público, ganhou visibilidade e foi assumido como um problema de ordem social.

Outra iniciativa importante criada pelo Governo Federal para o enfrentamento à violência contra as mulheres é a Lei do Femicídio (Lei n. 13.104), sancionada em 9 de março de 2015. Essa ferramenta legislativa torna o assassinato de mulheres por questão de gênero um crime hediondo, e abrange os abusos físico, emocional e/ou sexual. O agressor pode ser penalizado com 12 a 30 anos de reclusão. Se o crime for cometido contra menores de 14 anos e maiores de 60, contra mulheres grávidas ou com alguma deficiência, a Lei prevê aumento de um terço da pena.

Wânia Pasinato (2011), em seu texto “Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil” comenta sobre as mortes de mulheres, e destaca que essas estão inseridas em um contexto de relações de poder e no modelo de dominação patriarcal. Apesar do feminicídio ser uma categoria homogênea – assassinato de mulheres, a socióloga considera que é preciso relacioná-lo a algumas interseccionalidades, como idade, classe, raça/etnia e orientação sexual. Ainda concebe o feminicídio não como fato isolado, mas sim decorrência de um *continuum* da violência, ou seja, mulheres são submetidas a inúmeras agressões no decorrer de suas vidas e a morte é a última delas.

O serviço da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o ligue 180, foi criado em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Tem a finalidade de servir como canal direto de informação e orientação sobre serviços públicos e direitos da população feminina, e transformou-se, desde março de 2014, em um disque-denúncia, funcionando todos os dias da semana, incluindo feriados, 24 horas por dia.

Esta Central também recebe denúncias de violência, orienta mulheres sobre a legislação vigente e realiza o envio de denúncias para a Segurança Pública ou o Ministério Público de cada estado. O serviço pode ser feito em todo o Brasil e em outros 16 países.

De acordo com o balanço semestral, realizado em 2014 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a Central de Atendimento à

Mulher fez 485.105 atendimentos, com média mensal superior a 40 mil registros, demonstrando as práticas de delito e abuso contra as mulheres.

De todos os municípios brasileiros, em média 69% foram atendidos. No estado de Mato Grosso do Sul, dos 78 municípios existentes (segundo dados do IBGE, 2010), 51 foram atendidos, totalizando 65,38%. Campo Grande foi a capital com maior taxa de atendimentos registrada no serviço em todo o país.

Mais uma medida adotada nos últimos anos pelo Estado brasileiro para o enfrentamento à VCM refere-se ao Programa “Mulher, viver sem violência”<sup>7</sup>, lançado pela ex-Presidenta Dilma Rousseff, em 13 de março de 2013 e tem como propósito: “ampliar e integrar os serviços públicos voltados à população feminina em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da justiça, da rede socioassistencial, da saúde, da promoção da autonomia financeira e da segurança pública” (BRASIL, 2013).

Enquanto Programa de Governo ganhou sua legitimidade por intermédio do Decreto n. 8.086, de 30 de agosto de 2013, sendo coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Agregou ações de implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e atuou em parceria com os Ministérios da Saúde, Justiça, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Entre 2013 e 2014, 26 unidades da federação, com exceção do estado de Pernambuco, aderiram ao Programa Mulher, Viver sem Violência (2013), que está estruturado nos seguintes eixos: campanhas continuadas de conscientização (de caráter preventivo, procura realizar ações que desconstruam e modifiquem padrões e estereótipos sexistas, perpetuadores da violência contra as mulheres e das desigualdades de poder entre mulheres e homens); implementação da Casa da Mulher Brasileira e unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

O Programa Mulher, Viver sem Violência (2013) também teve encargo educativo, realizou esclarecimentos e palestras sobre a Lei Maria da Penha; ampliou a Central de Atendimento à Mulher; implantou e manteve centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteiras secas (oferecendo serviços especializados de

---

<sup>7</sup> <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>.

atendimento às mulheres nos casos de tráfico, violência de gênero e situações de vulnerabilidades derivadas do fenômeno migratório); organizou e humanizou o atendimento às vítimas de violência sexual.

Foram diretrizes do Programa Mulher, Viver sem Violência (2013): a integração dos serviços oferecidos às mulheres em situação de violência; fomento à autonomia das mulheres e à garantia da igualdade de direitos entre mulheres e homens; promoção de direitos das mulheres em situação de violência, em especial do acesso à justiça; atendimento humanizado e integral à mulher em situação de violência, preservando o respeito aos princípios de dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da não revitimização e transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Houve também a disponibilização de transporte à mulher em situação de violência para o acesso aos serviços, quando não integrados, da rede especializada de atendimento; as Diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; os eixos estruturantes do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a corresponsabilidade entre os entes federados.

Foi a partir do Programa Mulher, Viver sem Violência (2013) que a primeira Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada no município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, em fevereiro de 2015. A instituição é o *locus* de estudo desta pesquisa e será tema principal do segundo capítulo deste trabalho.

## **1.5 Foucault e o poder disciplinar**

Na obra “Segurança, Território e População” Michel Foucault (1978/2008) questiona o que é “segurança”, e em sua explicação dá exemplo de uma lei que diz “não matarás, não roubarás”, afirmando que esta tem a finalidade de proibir e punir aqueles que não a obedecem e desta forma tornar a sociedade mais segura.

A partir disso, é estabelecido um conjunto de discursos e práticas para controlar, esquadrihar e punir os sujeitos, visando corrigir determinados comportamentos (seguindo o exemplo citado acima como não matar e não roubar) e prevenir que novas ocorrências se estabeleçam, ainda que não se garanta a inibição destas ocorrências.

O sistema estabelece códigos que determinam o que é permitido e o que é proibido, nessa divisão vão se desenvolvendo ferramentas disciplinares e dispositivos de segurança, embora seja

[...] uma exclusão que se fazia essencialmente, embora também houvesse outros aspectos, por um conjunto mais uma vez jurídico, de leis, regulamentos, conjunto religiosos também de rituais, que em todo caso traziam uma divisão, e uma divisão do tipo binária. (FOUCAULT, 2008, p. 13).

Foucault (1978) afirma que desde o início do século XVIII o sistema jurídico, ao punir, não necessariamente estava tentando disciplinar o culpado, mas sim toda a população, em função de que

Quando se impunha uma punição dita exemplar, era precisamente porque se pretendia obter um efeito corretivo, se não sobre o culpado propriamente – porque se ele fosse enforcado a correção era pouca para ele -, pelo menos sobre o resto da população. (FOUCAULT, 2008, p.10).

É como se a punição de uma pessoa fosse um exemplo para os demais, tentando impor o medo como ferramenta de controle. Da mesma forma, o sujeito é condenado antes mesmo de receber o julgamento, pela sociedade que se organiza por valores morais e pelo preconceito.

Ao pensar nesses mecanismos de segurança (Lei Maria da Penha, Lei do Femicídio), trazendo a problemática atual da violência contra as mulheres, nossa sociedade também produziu mecanismos de combate a esse fenômeno. Toda normatividade se dá por uma demanda social, diante dos elevados índices de violência e das crescentes reivindicações dos direitos sociais. O Estado brasileiro, por sua vez, criou dispositivos que integram medidas para prevenir e coibir a violência familiar e doméstica contra as mulheres, ainda mais que:

Para manter o controle sobre a população, o Estado adota estratégias e técnicas, de forma que a partir de diferentes mecanismos de controle social, estabelecem relações de saber-poder. O Estado é a instituição propriamente dita, culturalmente entendida como gestor público, é responsável pela guarda da sociedade a qual abriga, criando e implementando programas, políticas e leis que regem a ordem de uma dada conduta social. (OSÓRIO, 2010, p.123).

Ainda que o Estado brasileiro reconheça que a violência contra as mulheres existe e tente estabelecer formas de seu controle, é importante destacar que a punição não se dá só pelo delito insurgido, mas também à violência que as mulheres sofrem pelos agressores, que devem ser condenados por seus atos.



No final do século XIX e início do XX, Foucault (2005; 2008) assinala a emergência de uma nova tecnologia de poder que tem por alvo a gestão da vida das populações, “maximizando os efeitos do poder disciplinar, fortemente presente nos séculos XVII e XVIII” (NASCIMENTO, TEDESCO, 2009, p. 7), investido sobre os corpos na produção e corpos dóceis e úteis, conforme analisado por Foucault em “Vigiar e Punir” (2004).

Essa nova tecnologia de poder, característica dos estados modernos, visualiza os fenômenos numa série de acontecimentos prováveis cujas técnicas e procedimentos serão inseridos num cálculo de custo que, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido – como no dispositivo legal – vai se fixar de um lado com uma média considerada ótima e estabelecer os limites do “aceitável”, estatisticamente falando, além dos quais torna-se necessário intervir (FOUCAULT, 2008).

No entanto, para garantir essa segurança será preciso apelar para toda uma série de técnicas de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, da classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc., isto é, todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-lo funcionar (FOUCAULT, 2008).

Em vista disso, o poder não agirá por meio do interdito, mas pela produção de subjetividades. Essa tecnologia objetiva a padronização dos comportamentos, com a finalidade de mantê-los dentro da média estatística da população. As instituições modernas são os instrumentos usados para esse processo de normalização, justificadas pelas verdades produzidas nas ciências humanas, que estabelecem padrões universais de sujeito, concebidos como naturais e, portanto, inalteráveis.

Nesse momento,

[...] as ciências, análises ou práticas com o radical “psico”, tem seu lugar nessa troca histórica dos processos [procedimentos] de individualização. O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo. (FOUCAULT, 2004, p. 161).

A relação verdade/subjetividade, na Modernidade, diferentemente das relações que se estabeleceram na Antiguidade<sup>8</sup>, se pauta pela sujeição aos discursos com pretensões de verdade, sendo tentativas de impor um saber, “com isso, o indivíduo deixa [...] de ser sujeito de sua própria vida, na medida em que deixa de ser uma forma que cada um deveria elaborar, trabalhar e constituir-se, como uma estética da existência” (OSÓRIO, 2010, p. 89).

A LMP, a Lei do Feminicídio e o Programa Mulher, Viver sem Violência são dispositivos de intervenção estatal, políticas públicas, diante de necessidades que emergem em razão dos riscos aos quais as mulheres estão expostas em nossa sociedade, proporcionando certa segurança social.

No entanto, afirma Foucault (2006),

[...] nossos sistemas de cobertura social impõem um determinado modo de vida ao qual ele submete os indivíduos, e qualquer pessoa ou grupo que, por uma razão ou por outra, não querem ou não podem chegar a esse modo de vida se encontram marginalizados pelo próprio jogo das instituições. (FOUCAULT, 2006, p. 131).

No atual contexto de retração do chamado Estado Social e fortalecimento do Estado Penal, presenciamos “o fenômeno da judicialização das práticas cotidianas, pelo qual o sujeito não mais se sente em condições de gerir suas relações, que agora passam a ser mediadas pelo espaço jurídico e pelo Estado” (NASCIMENTO; TEDESCO, 2009, p. 10).

Desta forma, mulheres que estão em situação de violência buscam os dispositivos criados para o enfrentamento dessa realidade com a intenção de mudar o contexto em que vivem, esperando que o Estado resolva suas lides<sup>9</sup>.

A partir do século XIX, com a generalização das tecnologias disciplinares por todo o corpo social, o Estado é chamado a exercer um controle sobre a vida das populações, maximizando suas forças vitais.

---

<sup>8</sup> “A moral dos gregos está centrada em um problema de escolha pessoal e de uma estética da existência. A ideia do *bios* como material para uma obra de arte estética é algo que me fascina. Também a ideia de que a moral pode ser uma estrutura muito forte de existência sem estar ligada a um sistema autoritário, nem jurídico em si, nem a uma estrutura de disciplina. A elaboração ética de si é antes o seguinte: fazer da própria existência, deste material essencialmente mortal, o lugar de construção de uma ordem que e mantém por sua coerência interna. Mas da palavra obra devemos aqui reter mais a dimensão artesanal do que “artística”. Esta ética exige exercícios, regularidades, trabalho; porém sem efeito de coerção anônima. A formação, aqui, não procede nem de uma lei civil nem de uma prescrição religiosa [...] é uma escolha pessoal de existência” (FOUCAULT, 2006a, p. 643-644).

<sup>9</sup> De acordo com dicionário jurídico do site “Direitonet”, lide corresponde a um conflito manifestado em juízo, é uma ferramenta pela qual se exercita o direito a uma ação. Pode também significar demanda, pleito judicial e litígio. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/873/Lide>. Publicado em 09/nov./2009.

Ocorre assim a emergência de campanhas de saúde pública, de previdência social, etc., que assistem a população de maneira positiva, mas, igualmente, o Estado faz uso de outros dispositivos, como o penal, para aqueles que não se encaixam na norma familiar: “no momento mesmo em que se encerra a família celular num espaço afetivo denso, investe-se essa família, em nome da doença, de uma racionalidade que a liga uma tecnologia, a um poder e um saber médicos externos” (FOUCAULT, 2002, p. 317).

São indiscutivelmente micropoderes que ao longo do tempo foram constituindo o homem moderno, em que os hábitos se tornaram automatizados, a ponto de serem considerados como “normais”.

Ao término deste capítulo, fica evidente, pelos discursos e registros históricos sobre as condições das mulheres, que estas sempre foram submetidas a diversos dispositivos de sujeição pela violência, e os marcos regulatórios não evitaram que essas práticas fossem interrompidas; pelo contrário, as estratégias têm se alterado e os propósitos de controle sobre as mulheres têm permanecido.

No próximo capítulo trataremos sobre o *locus* de pesquisa – a Casa da Mulher Brasileira, localizada no município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, e dos relatos das observações realizadas no Setor Psicossocial.

## 2 A CASA DA MULHER BRASILEIRA

Em continuidade às considerações referentes ao método arqueológico proposto por Foucault (2010) como fio condutor dos procedimentos alinhavados neste estudo, destacamos que as arqueologias são móveis, pois deslocam-se pelos discursos e pelas práticas em suas camadas e contornam os saberes procurando descrever e individualizar os enunciados discursivos.

Para dar conta da arqueologia, o presente capítulo tem como objetivo descrever acerca das operatividades, enquanto práticas, da Casa da Mulher Brasileira. Para isso, são utilizados alguns documentos oficiais que envolvem sua criação e implementação, além de registros realizados no caderno de campo sobre as observações feitas durante acompanhamento aos atendimentos do Setor Psicossocial, no período de janeiro a julho de 2017.

Um dos propósitos foi investigar as práticas das profissionais da área de Psicologia que atuam no referido Setor, que tem como apoio os serviços de acolhimento e triagem das mulheres que estão em situação de violência. Por último, neste capítulo, falaremos sobre quais ferramentas a Psicologia dispõe para atender mulheres em situação de violência.

Para realizar essa discussão, usamos como subsídio escritos e documentos que abordam a questão dos saberes e das práticas *psi*, entre eles o documento Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência (CFP, 2013). Os escritos de Foucault também foram utilizados para realizar considerações sobre a Psicologia e os modos de subjetivação dos sujeitos.

A Casa da Mulher Brasileira (CMB), criada a partir de um dos eixos do Programa Mulher, Viver sem Violência, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, Ministério da Justiça e Cidadania, representa um projeto comum e articulado de ações entre União, estados e municípios para a integração operacional do sistema de justiça e políticas públicas sociais, como já apresentado no Capítulo 1.

Enquanto espaço de atendimento e acolhimento humanizado, tem a finalidade de prestar assistência integral às mulheres em situação de violência, possibilitar seu acesso aos serviços especializados e assegurar, na medida do possível, as condições para o enfrentamento à violência, autonomia econômica e o empoderamento feminino, conforme previsto no Programa.

Considerando a estrutura proposta e sua organizacionalidade, é uma gestão compartilhada, envolvendo os três poderes públicos. Enquanto dispositivo institucional, atua de acordo com as premissas legais e diretrizes da Lei Maria da Penha (n. 11.340/2006).

A Casa da Mulher Brasileira situada em Campo Grande/MS, foi inaugurada em 03 de fevereiro de 2015 e representa um dos anseios das mulheres sul-mato-grossenses na tentativa da efetivação de uma política pública integrada aos diferentes serviços e às áreas envolvidas no atendimento às mulheres. É um modelo tido por muitos como revolucionário no enfrentamento à violência, em razão de integrar e articular os dispositivos públicos voltados às mulheres em situação de violência em um mesmo local.

De acordo com informações do *site* da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (2015)<sup>10</sup>, a Casa da Mulher Brasileira integra num mesmo espaço serviços especializados, como:

1) Acolhimento e Triagem: o serviço da equipe de acolhimento e triagem é a porta de entrada da Casa da Mulher Brasileira. Forma um laço de confiança, agiliza o encaminhamento e inicia os atendimentos prestados pelos outros serviços da Casa, ou pelos demais serviços da rede, quando necessário. 2) Apoio Psicossocial, a equipe multidisciplinar presta atendimento psicossocial continuado e dá suporte aos demais serviços da Casa. Auxilia a superar o impacto da violência sofrida; e a resgatar a autoestima, autonomia e cidadania. 3) Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) é a unidade da Polícia Civil para ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e sexual, entre outros. 4) Os juizados/varas especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça responsáveis por processar, julgar e executar as causas resultantes de violência doméstica e familiar, conforme previsto na Lei Maria da Penha. 5) Promotoria Especializada do Ministério Público promove a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres. Atua também na fiscalização dos serviços da rede de atendimento. 6) Defensoria Pública, onde o Núcleo Especializado da Defensoria Pública orienta as mulheres sobre seus direitos, presta assistência jurídica e acompanha todas as etapas do processo judicial, de natureza cível ou criminal. 7) Promoção da Autonomia Econômica: esse serviço é uma das “portas de saída” da situação de violência para as mulheres que buscam sua autonomia econômica, por meio de educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho. As mulheres sem condições de sustento próprio e/ou de seus filhos podem solicitar sua inclusão em programas de assistência e de inclusão social dos governos federal, estadual e municipal. 8) Central de Transportes, possibilita o deslocamento de mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira para os demais serviços da Rede de Atendimento: saúde, rede socioassistencial (CRAS e CREAS), medicina legal e abrigo, entre outros. 9) Brinquedoteca, acolhe crianças de 0 a 12 anos de idade, que acompanhem as mulheres, enquanto estas aguardam o atendimento. 10) Alojamento de Passagem, espaço de abrigo temporário de curta duração (até 24h)

---

<sup>10</sup> <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia/implementacao-da-casa-da-mulher-brasileira>

para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que corram risco iminente de morte e 11). Os serviços de saúde atendem as mulheres em situação de violência. Nos casos de violência sexual, a contracepção de emergência e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/aids devem ocorrer em até 72h. Além do atendimento de urgência, os serviços de saúde também oferecem acompanhamento médico e psicossocial. (BRASIL, 2015).

Segundo as Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento do Programa Mulher, Viver sem Violência (2015), documento referência nos atendimentos prestados pela CMB, o empoderamento

[...] no nível individual, refere-se à habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida. Diz respeito ao aumento da capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas. Assim, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação e implica mudanças nas relações de desigualdades de gênero. (BRASIL, 2015, p. 22).

Recentemente, a expressão empoderamento passou a ter significações múltiplas, e pode variar segundo a subjetividade/objetividade dos sujeitos envolvidos, das culturas, do período histórico. Por isso, escolhemos utilizar esta expressão de acordo com as Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento do Programa Mulher Viver sem Violência (2015).

Apesar de usarmos como referência a expressão utilizada no documento oficial, esse empoderamento é difícil de ser alcançado, visto que não é apenas em nível individual que deve ocorrer, mas também no coletivo, influenciado de uma forma determinante pelas práticas sociais, reforçado pelo agravante da precariedade e descontinuidade das políticas públicas que prestam assistência às mulheres, o que dificulta o acesso aos serviços especializados das políticas públicas do Estado brasileiro e a garantia dos direitos humanos.

Segundo reportagem vinculada no jornal eletrônico Rede Brasil Atual<sup>11</sup>, o governo Temer reduziu em 61% a verba destinada ao atendimento de mulheres em situação de violência no ano de 2017. Isso tem como efeito o prejuízo da garantia de continuidade de programas voltados à essa população e à criação de novas ferramentas, em caráter preventivo, que façam futuramente o enfrentamento à violência contra as mulheres, embora não seja nenhuma exclusividade

---

<sup>11</sup> <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/04/temer-reduz-em-mais-da-metade-verbas-para-politicas-publicas-as-mulheres> publicado 02/04/2017, 13h44.

governamental, ocorrendo com a saúde, a educação e a segurança, por exemplo, que são de responsabilidade do Estado brasileiro enquanto gestor público.

A Casa da Mulher Brasileira tem como objetivo proporcionar às mulheres em situação de violência atendimento humanizado e acolhimento em serviços de referência; oferecer espaço de privacidade e escuta qualificada durante o atendimento, propiciando confiança às mulheres; disponibilizar informação prévia a respeito dos possíveis e diversos atendimentos realizados pela instituição, assegurar seu entendimento sobre o que será feito em cada etapa, respeitar sua decisão sobre a execução de qualquer procedimento; estimular a capacitação e a formação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres; combater as diversas maneiras de exploração e apropriação mercantil da vida e do corpo das mulheres, como o tráfico e a exploração sexual (BRASIL, 2015).

Dispõe, assim, da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, estabelecendo medidas de proteção e assistência às mulheres ao realizar a unificação dos procedimentos criminais e judiciais cíveis. Conta ainda com medidas extrapenais de natureza preventiva, na expectativa de transformar a realidade em decorrência de uma mudança do contexto cultural vigente de uma sociedade machista.

Estima-se que este espaço demarca um tempo histórico e social, a princípio em regime de exceção, uma vez que atualmente vive-se um processo de desmonte das políticas públicas e perda de direitos sociais. Neste momento, outras quatro unidades da Casa da Mulher Brasileira estão em funcionamento, em Brasília (DF), Curitiba (PR), São Luís (MA) e Fortaleza (CE). Outras duas estão em previsão de inauguração ainda em 2018, em São Paulo (SP) e Boa Vista (RO)<sup>12</sup>, embora o objetivo seja ter uma CMB em cada capital dos estados brasileiros.

## **2.1 Percursos e anotações do Setor Psicossocial na Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS**

Neste momento serão relatadas percepções a respeito das práticas do Setor Psicossocial da CMB, no qual atuam psicólogas e assistentes sociais, a partir de

---

<sup>12</sup><http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-03/governo-federal-garante-recursos-para-casa-da-mulher-brasileira-em>. Publicado em 09/03/2018 - 17:41, por Marli Moreira.

registros realizados durante os acompanhamentos dos atendimentos às mulheres em situação de violência, a fim de verificar como as profissionais atuam diante da diversidade de casos e dos inúmeros atendimentos, tendo como apoio o documento das Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento do Programa Mulher, Viver sem Violência (2015), com a intenção de estabelecer um comparativo entre o previsto e o executado durante os atendimentos.

Nas Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento do Programa Mulher, Viver sem Violência (2015) está escrito que o Serviço de Apoio Psicossocial, formado por equipe multidisciplinar – psicólogas e assistentes sociais da CMB, deve oferecer atendimento às mulheres em situação de violência, promover a preservação da autonomia, autoestima e cidadania da mulher, além de apoiá-la na superação do impacto da violência vivida. Sempre que viável, o atendimento deve ser realizado em dupla, para que uma profissional realize as perguntas pertinentes ao caso e a outra possa fazer anotações a respeito do relato da mulher.

O acolhimento deve objetivar a realização de uma escuta qualificada<sup>13</sup> da queixa, compreensão da demanda em toda sua complexidade e o reconhecimento do contexto de violência em que a mulher está inserida, para construir em parceria com ela um plano de segurança pessoal. A mulher deverá ser informada e encaminhada para os demais setores e serviços existentes na Casa ou da rede de atendimento, de acordo com sua necessidade e vontade.

São atribuições da equipe de apoio psicossocial a realização de triagem e acolhimento; encaminhar as mulheres que precisam do Serviço de Promoção da Autonomia Econômica e amparar as crianças em situação de violência ao assegurar seu encaminhamento aos serviços de proteção previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Com o objetivo de entender como são realizados os atendimentos, após autorização da Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU), que está vinculada à Secretaria de Governo e Relações Institucionais (SEGOV), começamos a acompanhar o serviço do Setor Psicossocial, no qual participei de alguns atendimentos com a observação de sua dinâmica. Desta forma, presenciamos como

---

<sup>13</sup> A escuta qualificada, de acordo com o documento “Diretrizes gerais e protocolos de atendimentos” do Programa Mulher, viver sem violência, é um dos princípios do atendimento humanizado e consiste em a profissional fazer com que a mulher em atendimento não se culpabilize pela situação de violência vivida. A escuta qualificada envolve a ética, sigilo, discrição, proteção, honestidade e respeito à mulher e as suas escolhas (BRASIL, 2015, p. 27).



as psicólogas atuam e conhecemos, a partir dos discursos de mulheres que por lá passaram, suas histórias de vida.

Os atendimentos prestados foram averiguados *in loco*, no período destinado à pesquisa, possibilitando o entendimento de como funciona o processo de triagem, acolhimento e possíveis encaminhamentos realizados aos demais setores da instituição e da rede de saúde, além de reconhecimento da variedade de situações e casos aos quais as mulheres são submetidas. Cabe lembrar que o atendimento realizado no Setor Psicossocial tem um caráter emergencial e não é oferecido atendimento psicológico contínuo.

Nesse contexto, salientamos que o procedimento da pesquisa aconteceu por uma abordagem social e a técnica de coleta de dados e informações foi constituída em processo, por registros e observações, conforme detalhado a seguir.

No dia 22 de novembro de 2016 estivemos pela primeira vez na Casa da Mulher Brasileira, no município de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, e em reunião com a coordenadora geral da instituição manifestamos o interesse em realizar o estudo. Foi apresentado o anteprojeto de pesquisa, submetido para seleção do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Curso de Mestrado (2016.2), da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FACH/UFMS).

Durante a conversa estabelecemos detalhes sobre os documentos necessários para autorização da realização da pesquisa. A responsável pela gestão da Casa comentou que “aquele era um momento de transição na gestão da Casa, devido ao período de eleições para governo municipal”.

Alegando falta de repasse de verbas do Governo Federal, a instituição quase fechou as portas no mês de dezembro de 2016, devido à ausência de recursos financeiros para subsidiar a infraestrutura de manutenção, como contas de luz e água, por exemplo, o que foi notícia dos meios de comunicação da época sobre a precarização do funcionamento e a falta de condições operacionais da Casa da Mulher Brasileira<sup>14</sup>.

Em 17 de janeiro de 2017 foi dado início à pesquisa, com acompanhamento dos atendimentos. Naquele momento, o Setor Psicossocial contava com 7

---

<sup>14</sup> Informações coletadas do jornal eletrônico “capitalnews”. Disponível em: <http://capitalnews.com.br/cotidiano/governo-federal-atrasa-repasse-e-casa-da-mulher-brasileira-corre-risco-de-fechar/298203>.

funcionárias, sendo 4 psicólogas e 3 assistentes sociais. O número de funcionárias estava reduzido por causa das mudanças políticas, interferindo nos atendimentos. Algumas servidoras que atuavam neste Setor eram concursadas e outras convocadas (contratos provisórios).

Diante disso, vale informar sobre a nomeação de servidoras concursadas da psicologia e assistência social, que ocorreu em agosto de 2017, contribuindo para melhoria nos atendimentos<sup>15</sup>. Embora ainda não garantam as demandas da CMB.

No período de 17 de janeiro a 28 de julho de 2017, estivemos 41 vezes na CMB, para realizar as observações, e acompanhamos 130 atendimentos. Estes aconteciam, na maioria das vezes, aos finais de semana, em virtude da necessidade de cumprimento de créditos do mestrado.

O Setor Psicossocial funciona 24 horas por dia, todos os dias, incluindo sábados e domingos. O número de procura por atendimento se acentuava aos finais de semana, em função do maior tempo de convivência do agressor – que na maioria dos casos é companheiro da vítima. Essa informação foi relatada por servidoras da instituição.

Não houve oportunidade de participar dos atendimentos multidisciplinares (psicólogas e assistentes sociais), embora nas Diretrizes esteja previsto o atendimento com uma equipe multidisciplinar. Isso já demonstra um comprometimento dos serviços, apesar de ocorrer em função do excesso de demanda por atendimento e o número inferior de profissionais para o elevado número de necessidades. Todo trabalho de investigação ocorreu ao acompanhar outra profissional da Psicologia e ao transitar pelos diferentes espaços da instituição.

A depender da quantidade de mulheres a serem atendidas, era necessário reduzir o tempo da triagem e do acolhimento para conseguir atender a todas. Houve vezes que presenciamos a servidora pedir para a mulher em atendimento “relatar de maneira breve o motivo que a trouxe a CMB”, uma vez que outras mulheres esperavam pelos mesmos serviços.

No começo do atendimento, a profissional apresentava-nos a quem seria atendida e dizia a razão de estarmos presentes naquele momento, perguntando se

---

<sup>15</sup> Matéria do site da Prefeitura de Campo Grande “CASA DA MULHER BRASILEIRA CONTRATA SERVIDORES CONCURSADOS E INSTITUI COMPROMISSO DE IGUALDADE DE GÊNERO” (Campo Grande, 10/08/2017 às 15:41). Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/casa-da-mulher-brasileira-contrata-servidores-concursados-e-institui-compromisso-de-igualdade-de-genero/>

poderíamos acompanhar a etapa de acolhimento e triagem. Durante esse período, nenhuma das mulheres se manifestou contrária à permanência da pesquisadora junto ao atendimento.

Pelo fato de esta pesquisa tratar de violências sofridas por mulheres, consideramos importante definir o que é entendido por essas formas de violência estabelecidas segundo a Lei Maria da Penha. Optamos, então, por apresentar trechos de narrativas das mulheres que explicitam as práticas dos exercícios de violências existentes, estes se encontram entre aspas.

Os discursos são referentes aos atendimentos observados durante a pesquisa e foram anotados em caderno de campo. Não contêm informações que identifiquem as mulheres atendidas, muito menos retratam todo o contexto dos casos, porém são falas que chamaram a atenção devido ao grau das condições em que as violências foram delineadas.

Relembramos que a violência psicológica é entendida como qualquer conduta que cause dano emocional, angústia, ansiedade ou que tente controlar os comportamentos, crenças, decisões. Pode se usar de humilhação, chantagem, ameaça, perseguição, insulto, isolamento, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro comportamento que prejudique a saúde psicológica da mulher. Os depoimentos abaixo refletem a violência psicológica a qual mulheres foram submetidas:

- “Uma vez ele disse que ia pegar minha cabeça e estourar na parede” (sic).
- “Por eu ter que chegar até aqui, tenho medo do que ele possa fazer comigo e com meus filhos” (sic).
- “Você acabou com minha vida, e eu vou acabar com a sua, e se não for você, eu vou em cima do seu sangue (referindo-se às filhas e netos)” (sic).
- “Tenho vontade de comprar um revólver e encher sua boca de bala” (sic).
- “Proibiu de falar de divórcio. Disse que se eu falasse disso ou pedisse ajuda, estupraria meus filhos, depois os mataria na minha frente e depois mataria meus pais” (sic).
- “Se eu quiser te matar eu mato, sei como funciona a Lei aqui” (sic).
- “Olha só como eu fico só de lembrar deste homem, não posso nem falar o nome dele” (sic).

- “Eu tinha que ficar de joelhos repetindo, sou biscate sim, sou vadia sim” (sic).

Por sua vez, a violência sexual se configura como qualquer conduta que obriga a mulher a participar, presenciar ou manter relação sexual sem seu consentimento, mediante uso da força, ameaça, impedimento de a mulher fazer uso de qualquer método contraceptivo ou que a force à gravidez ou ao aborto – ato que anula ou limita o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais, como poderá ser observado a seguir:

- “Ele não respeita a minha vontade e me obriga a fazer sexo com ele” (sic).

- “Não realizou penetração, não tirou minha roupa, mas passou a mão no meu corpo todo sem que eu permitisse” (sic).

A violência física é entendida por qualquer conduta que lese e cause danos à saúde corporal da mulher, como tapa, chute, mordida, soco, puxão de cabelo, empurrão, tais como os registros a seguir:

- “Ele me bateu uma semana seguida, todos os dias, só porque era homem” (sic).

- “Uma vez ele tacou uma enxada para acertar minha cabeça” (sic).

- “Teve uma vez que ele me empurrou e quando eu caí ele me deu um chute” (sic).

- “Ele tira sangue da minha boca na frente do meu filho” (sic).

- “Eu não podia sequer me levantar do sofá para beber água sem pedir para ele, senão ele me batia por horas e dizia que eu tinha que ter pedido para ele antes” (sic).

A violência patrimonial é a ação de reter, danificar ou destruir documentos pessoais, objetos, bens, valores, recursos econômicos, instrumentos de trabalho, entre outros. Como pode ser percebido nas falas das mulheres:

- “Ele tira dinheiro do leite das crianças para ir beber” (sic).

- “Queima minhas roupas, sapatos, mercadoria. Diz que vai botar fogo na minha casa” (sic).

- “Meu marido jogou minhas coisas na rua, disse que se eu não saísse de casa por bem sairia por mal” (sic).

E há a violência moral, que se configura como injúria, calúnia ou difamação feita contra a mulher. Exemplo:

- “Ele me xinga de burra e não tem paciência” (sic).
- “Ele me chama de lixo, vagabunda, xinga meu filho” (sic).

Esses são os cinco tipos de violência contra as mulheres engendrados pela LMP e que se operacionalizam na prática, não como categorizações, mas como condições de modos operantes cujo propósito é o controle ou o domínio sobre alguém. Em alguns trechos de narrativas podemos notar a ocorrência de mais de um tipo de violência, como os descritos abaixo:

- “Quando chegava em casa bêbado, por qualquer coisa zangava, brigava comigo e me xingava, ou batia nas crianças até tirar sangue da cara” (sic).
- “Ontem ele chegou em casa e começou a quebrar tudo, jogou uma garrafa na parede, me mandou calar a boca e me chamou de vagabunda” (sic).

A elaboração e implementação da Lei Maria da Penha, em 2006, é resultado de décadas de reivindicações e lutas femininas contra as violências sofridas por mulheres, apesar de seu amplo reconhecimento, essa ferramenta jurídica não barrou o exercício dessas práticas. Ao estabelecer as formas existentes de violência também favoreceu seu reconhecimento pelas mulheres, embora muitas destas vítimas de violência não identifiquem a situação que estão vivendo como tal, pois envolvem outros elementos psicológicos relacionados à concepção de paixão e amor<sup>16</sup>.

Um fator que se mostrou comum durante os atendimentos é o de as agressões estarem vinculadas ao consumo de bebida alcoólica ou drogas por parte do agressor, que na maioria das vezes eram companheiros ou ex-companheiros da vítima.

No artigo “A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência”, Minayo e Deslandes (1998) investigam se existe uma articulação entre o uso de drogas, álcool e episódios de violência. Utilizando dados quantitativos e algumas pesquisas sobre o assunto, as autoras salientam que para realizar essa análise é necessário levar em consideração os tipos de drogas existentes e seus efeitos, a diferença entre ser um dependente ou fazer uso recreativo e, principalmente,

---

<sup>16</sup> No próximo capítulo do presente Relatório de Dissertação serão apresentados dados quantitativos cujas informações numéricas foram transformadas em gráfico, apresentando um conjunto de indicadores e variáveis sobre ocorrências dos tipos de VCM, registradas no período de janeiro a julho de 2017, que foram atendidos pela CMB.

considerar que o uso de drogas é um fenômeno cultural e histórico, influenciado por fatores econômicos, políticos e religiosos.

Ao tratar dos casos de violência conjugal em que o consumo de álcool e/ou drogas está vinculado, Minayo e Deslandes (1998) apontam que não há pesquisas que comprovam que o uso dessas substâncias por parte do agressor é determinante para que as agressões tenham ocorrido e que existe uma alta ocorrência nessas situações.

O uso de álcool pelo homem (e não de drogas em geral) apresentou-se como um significativo fator de risco para a violência entre marido e mulher, contudo o uso por mulheres não foi detectado como um fator de risco nas relações de violência entre parceiros. (MINAYO; DESLANDES, 1998, p. 38).

Apesar de ser socialmente aceita e amplamente consumida, a bebida alcoólica pode alterar a consciência e a percepção do usuário, provocando desentendimentos em interações sociais e o aumento da agressividade (MINAYO; DESLANDES, 1998).

O uso da bebida pode ainda ser utilizado como justificativa para a prática da violência, na tentativa de ausentar o agressor de sua responsabilidade social. Nota-se que existe uma prevalência do álcool em relação a outras drogas nestes casos, isso pode se dar devido à condição de legalidade da bebida comparada a outras substâncias.

Ao abordar a relação entre drogas, álcool e violência, é necessário também ponderar fatores individuais, como a personalidade das pessoas, uma vez que cada sujeito e organismo respondem de formas diferentes à influência dessas substâncias. Por isso,

O caminho que parece mais correto é analisar o que realmente acontece quando há um evento violento e são usadas drogas. Isso incluiria o esclarecimento dos motivos e intenções, conhecer as sequências e interações que redundaram em violência, bem como dados dos acontecimentos que precederam e sucederam o fato em questão. (MINAYO; DESLANDES, 1998, p. 40).

Outro fator que chamou a atenção durante a observação dos atendimentos foi a percepção de que algumas mulheres toleravam por anos a violência, outras, por sua vez, no primeiro episódio buscavam a Casa para registrar boletim de ocorrência ou para entrar com pedido de divórcio.

Houve também aquelas mulheres que tinham registrado inúmeras queixas na DEAM contra a mesma pessoa, contudo davam continuidade à relação “afetiva”, alegando acreditar na possibilidade de mudança dos comportamentos dos

companheiros. Algumas, que tiveram as medidas protetivas concedidas, após pedido de “desculpas” por parte do agressor retornaram à CMB em certo período, por vezes inferior a uma semana, para relatar novos casos de submissão à violência ou para pedir revogação das medidas protetivas, tendo em vista que havia se arrependido da “queixa” e perdoado o autor da agressão.

Tais atitudes, a princípio consideradas de uma incoerência significativa, podem ser compreendidas somente a partir das relações em que o ódio e o amor são separados por uma linha tênue. Nessas relações complexas, há o estabelecimento de uma sujeição e dependência ao outro, devido ao envolvimento de questões afetivas.

O corpo passa a ser do outro, não dele próprio. A sujeição, além de se transformar em um mecanismo de concessão, passa a ser a sobrevivência nas relações sociais, mas também não deixa de ser, antes de tudo, uma violência pessoal. Dependendo das formas de construir essas dinâmicas constantes das exigências e do grau valorativo que se atribui diante dos prazeres, das frustrações e das negações, nada foge ao uso do corpo. (OSÓRIO, 2013, p. 91).

As tentativas das psicólogas, frente à possibilidade de reconciliação da mulher com o agressor, eram de alertar para a existência de um “ciclo da violência”, que se configura em três fases: 1) O aumento da tensão é quando qualquer circunstância do cotidiano pode resultar em um desentendimento; 2) Seguido do ataque violento, que acontece quando o agressor ataca psicologicamente e/ou fisicamente a vítima (esses episódios vão se tornando cada vez mais frequentes e violentos); 3) A fase de lua de mel, em que o agressor pede perdão e promete mudar, mesmo não extinguindo os procedimentos de violência que poderão se manifestar posteriormente.

A cientista social Miriam Grossi (1998), apresenta em “Rimando amor e dor” algumas reflexões que são resultado de uma pesquisa que desenvolveu sobre a construção social da violência contra as mulheres no Brasil. A autora diz que, apesar de dados quantitativos mostrarem que o Estado está oferecendo assistência a mulheres em situação de violência, como a criação de programas e leis que promovem o enfrentamento desse fenômeno, e das mulheres buscarem esses serviços para acabar com essa situação, muitas não obtêm êxito e permanecem nessas relações.

Isso a fez questionar o porquê da continuidade de mulheres em relações afetivas violentas. Grossi (1998) acredita que, para além de justificativas que envolvem questões econômicas e familiares, há causas mais profundas, simbólicas, vinculadas ao campo das emoções e da afetividade, além de existir também um ciclo da violência.

O ciclo da violência chega a ser comum nas relações afetivas devido à sua elevada ocorrência. Diversas mulheres que buscaram atendimento no Setor Psicossocial da CMB se reconheciam nele. Este ciclo

[...] mostra que há uma circulação do poder no interior do casamento e não uma divisão estanque do mesmo. Olhando para as relações de poder no casamento a partir do modelo de ciclo da violência, acho que podemos compará-lo com a brincadeira infantil de “gangorra”, onde o jogo consiste em haver sempre um em cima e um em baixo. (GROSSI, 1998, p. 305).

Grossi (1998) acredita que o poder está circulando nessas relações violentas, pois, após ser agredida, a mulher reprime o companheiro por seu ato e tal atitude faz com que ele peça desculpa. Entretanto, envolvida afetivamente, a mulher o perdoa, o casal vive a fase de “lua de mel”, mas

[...] com o decorrer do tempo, o poder que a situação de vítima conferiu à mulher vai diminuindo no cotidiano do casamento e aos poucos o homem vai retomando o poder doméstico, impondo sua vontade, e a mulher se submetendo até que ocorra uma nova crise conjugal onde tudo recomeça. (GROSSI, 1998, p. 305).

Com a variedade de situações narradas pelas mulheres violentadas, houve momentos de emoção, raiva, alegria, tristeza, desespero, choro e esperança. Foram situações da precarização das condições das mulheres atendidas, visto que algumas estavam com marcas visíveis de agressão pelo corpo, outras pareciam não enxergar alternativa para situação que viviam (esperando que a instituição fosse resolvê-la instantaneamente), muitas iam com seus filhos buscar atendimento, porque não tinham mais ninguém que pudesse ajudar, e ainda havia aquelas que nem casa dispunham para morar.

Embora com dificuldades de externar a violência a qual era submetida, talvez por vergonha, medo, insegurança, a necessidade de “pôr para fora” todo aquele sentimento era maior. A fala certas vezes era acompanhada de copiosas lágrimas e momentos de silêncio.

Havia mulheres que procuravam a CMB logo após o episódio de violência, outras esperavam o companheiro sair de casa, ir trabalhar, para que não soubesse que a mulher estava na instituição, porque temiam que essa atitude gerasse novas agressões. Lembramos ainda de mulheres que iam acompanhadas de familiares, amigas, às vezes contrariadas por estar lá, outras vezes mais seguras, devido ao apoio recebido.



São histórias e histórias de vidas, caminhos trilhados de inúmeras formas. Realidades e circunstâncias inimagináveis até o momento de ter acesso pessoal à produção desses discursos. A frustração diante da impotência de não conseguir oferecer uma ajuda maior para algumas mulheres se fez presente, mas, ao mesmo tempo, alegrava-nos saber que para uma mulher estar ali pedindo socorro, existia uma vontade de mudar de vida. Algumas vezes, com o término do atendimento, ficávamos pensando o que aconteceria com a mulher quando deixasse a CMB: será que conseguiria mudar de vida?

O fenômeno da violência é complexo, e dificilmente mulheres conseguem se libertar desse ciclo sem o apoio de profissionais qualificados e acompanhamento contínuo, além de tentar estabelecer outras relações com os cuidados de si. Na obra “A hermenêutica do sujeito” Foucault (1982/2010) realiza uma contextualização dos diferentes significados atribuídos pelos gregos, período helenístico, e romanos (séculos I e II) referentes ao cuidado de si, em que advertiam que “é preciso que te ocupes contigo mesmo, que não te esqueças de ti mesmo, que tenhas cuidado contigo mesmo” (FOUCAULT, 2010, p. 6).

O cuidado de si está vinculado a uma prática de si. É necessário considerar o cuidado de si como específico, único para cada sujeito, porém este está em constante interação com outros, que o constituem como sujeito e são constituídos pelo mesmo, em um contexto em que as práticas sociais são determinantes.

Houve toda uma tendência a exercer, a difundir, a desenvolver a prática de si, fora mesmo da instituição filosófica, fora mesmo da profissão filosófica, e a constituí-la como um certo modo de relação entre os indivíduos, dela fazendo uma espécie de princípio de controle do indivíduo pelos outros, de formação, de desenvolvimento, de estabelecimento de uma relação do indivíduo consigo mesmo. (FOUCAULT, 2010, p. 140).

Com isso os determinantes sociais encurralam os sujeitos às condições de sujeição, não propiciando espaços que possibilitem o cuidado de si. Para cuidar de si é necessário antes conhecer a si mesmo, deve-se ter um olhar para si, estar atento aos pensamentos, se preservar.

Ao propormos que as mulheres em situação de violência devem estabelecer novas relações com os cuidados de si, é para que reflitam sobre suas vidas, sobre as relações afetivas que cultivam, sobre as violências a que são submetidas. Esse cuidado deve promover uma mudança de comportamento e atitude para que não precisem passar novamente por agressões e violências.

Acreditamos que esse processo envolve e só é possível com a participação e suporte de um outro ser, posto que ao mesmo tempo que o cuidado de si é uma atitude para consigo é também para com o mundo e com os outros (FOUCAULT, 2010).

Em sua tese, Lopes (2009) considera a importância da mulher em situação de violência se sentir apoiada e amparada por outras pessoas para conseguir romper com o ciclo da violência que vive. O “agente externo” pode ser uma pessoa que a vítima conhece (amigos, familiares, vizinhos), servidores da instituição em que a mulher foi atendida e até mesmo instituições religiosas, tidas por algumas mulheres como determinantes nesse processo de término da relação.

A formação de redes de apoio e solidariedade às mulheres também é fundamental no combate à violência e no processo de mudança da sociedade,

[...] é possível afirmar que as transformações pessoais estão inteiramente alicerçadas nos processos coletivos, para tanto, ações que tenham como objetivo o fim da problemática em discussão devem, necessariamente, focar procedimentos que atinjam todas as pessoas, inclusive aquelas que não estão diretamente vinculadas a ela. (LOPES, 2009, p. 187).

Existe a possibilidade de aquelas mulheres que passaram pelo Setor Psicossocial, e que vão registrar boletim de ocorrência, de serem encaminhadas ao Centro de Atendimento à Mulher (CEAM)<sup>17</sup>. Este Centro funciona em outro lugar e oferece psicoterapia gratuita quinzenal às mulheres. Ressaltamos a importância do acompanhamento psicológico nesses casos, para que as mulheres consigam enfrentar a violência que vivem.

Durante os atendimentos foi observado que em alguns casos o serviço não indicava o CEAM como uma das alternativas de psicoterapia. Quando esse serviço era oferecido, houve mulheres que disseram não precisar e outras que aceitavam.

Em informações passadas pelo Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – NUDEM, consta que o CEAM conta atualmente com 3 profissionais da Psicologia que devem atender todos os casos de violência do Estado, ou seja, um número reduzido de psicólogas se comparado à grande demanda de atendimentos.

---

<sup>17</sup> O CEAM fica localizado na Rua Pedro Celestino, 437.

## **2.2 A Psicologia e o atendimento às mulheres em situação de violência: saberes e práticas**

As observações realizadas nos atendimentos do Setor Psicossocial fizeram-nos refletir sobre qual o papel da Psicologia no acolhimento de mulheres em situação de violência. Como as/os profissionais da Psicologia devem atuar diante desses casos? Como incentivar a mulher a buscar seus direitos, ao mesmo tempo fazê-la compreender as situações de violências vividas e fortalecer sua subjetividade<sup>18</sup>?

É importante enfatizar que, embora durante o presente Relatório de Dissertação tenhamos utilizado a Psicologia no singular, essa área do conhecimento está longe de ser uma unidade. Há uma diversidade de modos de pensar e agir, de objetos, técnicas, procedimentos, saberes e práticas.

### **2.2.1 A prática de profissionais da Psicologia em programas de atendimento às mulheres em situação de violência**

O documento Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência (2013) foi elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) a partir de pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

O mesmo serve como guia na prática de psicólogas(os) e é baseado em princípios éticos na luta pela garantia dos direitos humanos e no compromisso com a transformação da realidade social. Foi estruturado tendo como subsídio o relato de experiência e a construção coletiva de saberes e práticas de profissionais que já atuaram ou atuam no contexto das políticas públicas voltadas às mulheres (CFP, 2013).

Para elaboração do referido documento foi realizada pesquisa utilizando questionário virtual para consulta pública e atividades em grupos focais como instrumentos. 103 profissionais da Psicologia responderam ao questionário e, após a tabulação dos dados, constatou-se que as mulheres, cerca de 80%, representam a maioria atuando nesse contexto. Devido a isso, optou-se por tratar a categoria de

---

<sup>18</sup> A subjetividade pode ser compreendida como “um processo amplo de construção de sentidos, constituído de modo individual, coletivo, social, cultural e histórico, portanto se delinea diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, quando o sujeito se define e cria sentidos para sua própria ação no mundo” (FARIAS, 2009, p. 72).

profissionais da Psicologia no feminino, apesar de não desconsiderar a participação de homens.

O campo de atuação para psicólogas que trabalham com essa temática de políticas públicas e mulheres em situação de violência é amplo, porque podem estar presentes em Centros de Referência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), delegacias especializadas em atendimento à mulher, centros de referência e órgãos formuladores de políticas públicas, entre outros, além do *locus* de nossa investigação, o Setor Psicossocial da Casa da Mulher Brasileira.

De acordo com as Referências Técnicas para a Prática de Psicólogos(Os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência (2013) é necessário compreender que a VCM é resultado de relações de poder e dominação, que classificam os sujeitos segundo seu sexo, classe, raça, etnia e orientação sexual. Isso produz e legitima as desigualdades existentes.

O patriarcado é tido como um dos produtores dessas relações assimétricas, entendido como um dispositivo de “dominação e exploração das mulheres modelado por uma ideologia machista construída histórica e socialmente, que condiciona o homem a dominar e a mulher a subjugar-se a essa dominação” (CFP, 2013, p. 32).

No que diz respeito às práticas das profissionais que atuam nesse campo, é ressaltada a importância de um atendimento articulado à rede de enfrentamento e atendimento, em razão de a violência ser um fenômeno multifacetado. Necessita assim de intervenções multidisciplinares, para que a mulher possa ser atendida no âmbito do serviço social, judiciário, área da saúde, etc. (CFP, 2013).

O documento ainda faz a distinção entre rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e rede de atendimento, sendo que

O primeiro se relaciona à atuação articulada entre as instituições e serviços (governamentais, não governamentais e da sociedade civil) para o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o fortalecimento das mulheres e de seus direitos, a responsabilização dos autores de violência e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Já o termo “rede de atendimento” quer dizer o conjunto de ações e serviços de diferentes setores (assistência social, justiça, segurança pública, saúde etc.), que têm como objetivo a identificação, o atendimento e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência. (CFP, 2013, p. 52).

É recomendado, para um melhor atendimento a essas mulheres, quando realizado em rede, que profissionais de distintas áreas estabeleçam um diálogo,

trabalhem em equipe e façam discussão dos casos. Isso ajuda a desconstruir julgamentos e preconceitos presentes muitas vezes dentro das próprias instituições voltadas ao atendimento (CFP, 2013).

A Casa da Mulher Brasileira corresponde a esse modelo de atendimento articulado em rede. Assim, se mostra pioneira, uma referência a serviços e programas de enfrentamento à violência contra as mulheres de outras localidades do país.

As Referências Técnicas para a Prática de Psicólogos(as) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência (2013) salientam que é imprescindível levar em consideração as dificuldades presentes na rede de serviços, como as precariedades estruturais, os limites de recursos, a pluralidade de entendimentos sobre o tema em questão e os diferentes saberes e modos de intervir enfrentados pelas profissionais.

Ao atuar em um contexto tão complexo, muitas profissionais da Psicologia sentem dificuldade, incapacidade e receio devido à magnitude do problema – VCM, por isso “relevou-se a necessidade e a importância da capacitação dos profissionais para que a rede de atenção à mulher em situação de violência seja eficaz” (CFP, 2013, p. 24).

Devido a isso, é importante informar sobre uma medida que pode contribuir para o aperfeiçoamento dos atendimentos prestados pela CMB/CG/MS: a capacitação para as profissionais que atuam na Casa, realizada pela Subsecretaria de Políticas para Mulher, responsável pela gestão dos setores da CMB, como a recepção, o psicossocial, o alojamento, a central de transporte e a brinquedoteca. A formação continuada dos servidores da instituição teve como finalidade aprimorar o atendimento as mulheres em situação de violência e de promover o conhecimento das políticas públicas para as mulheres. Com carga-horária de 60 horas, a capacitação foi realizada de agosto a novembro de 2017.

Os atendimentos prestados devem ser pautados em diretrizes que visem a promoção de autonomia e autoestima da mulher, acolhimento de sua queixa, escuta qualificada, fortalecimento das mulheres e superação da situação de violência vivida. Esses pressupostos são encontrados nas Diretrizes Gerais e Protocolo de Atendimento do Programa Mulher, Viver sem Violência (2015), referência aos atendimentos prestados pela CMB.

As psicólogas necessitam considerar ainda não apenas o âmbito individual, mas também coletivo que constitui os sujeitos e suas relações.

Repensar suas práticas e modelos de intervenção tradicionais, especialmente os modelos clínicos voltados para o interpessoal, devendo agregar o desenvolvimento de novas práticas que incorporem a perspectiva social, a clínica ampliada, a clínica social ou ainda intervenções psicossociais articuladas com as práticas de outros profissionais e serviços. (CFP, 2013, p. 49).

Uma alternativa que pode se mostrar eficaz para o atendimento às mulheres em situação de violência é a roda de conversa ou grupo, que

[...] constitui um dispositivo potente de produção de relações, experiências e significados colocando o sujeito como ator principal do seu processo de desenvolvimento, no qual vivencia e exerce sua cidadania. Além disso, o compartilhamento de informações, sentimentos e conhecimentos entre os participantes na direção da construção da autonomia e na superação da situação de violência. (CFP, 2013, p. 92).

Acreditamos que rodas de conversa e grupo são poderosas ferramentas para o atendimento psicológico. Com estas ocorre a troca de vivências, o diálogo, o reconhecimento de que a pessoa não é a única passando por determinada situação, o apoio e o fortalecimento de vínculos entre os participantes.

Além de que, por envolver um maior número de participantes, torna-se uma alternativa aos serviços voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência, que têm grande demanda e quantidade reduzida de funcionárias, por exemplo.

Julgamos que a permanência de mulheres em relações afetivas violentas envolve múltiplos fatores, porém a submissão e a dependência afetiva existente é um dos fatores mais difíceis de superar. Terminar com o ciclo da violência é difícil e, por isso,

[...] considerar que muitas mulheres que decidem romper um relacionamento violento também estão se desfazendo de sonhos e expectativas em relação ao casamento e à família; recomeçar uma nova vida, desatrelada de tudo isso, demanda uma nova maneira de comportar-se no mundo, o que também é fonte de medo, ainda que agora seja do novo, do desconhecido e dos desafios que virão. Reconhecer todas as implicações desse fato é fundamental para encorajar a mulher no redirecionamento de novos projetos de vida. (CFP, 2013, p. 64).

É importante que a psicóloga fale da existência desse ciclo da violência. Várias mulheres se reconhecem nesse processo, e isso facilita sua conscientização sobre a necessidade de acabar com o mesmo. Contudo, há que se tomar cuidado para não generalizar essa situação e acreditar que todas as mulheres que buscam atendimento vivenciam o ciclo da violência da mesma maneira.

Todo o cuidado se faz necessário para que não haja uma pré-classificação de situações de violência em ciclos rígidos, que acabam por convencer os

profissionais a normatizar a experiência psicológica sem a devida compreensão da singularidade de cada vivência da situação de violência. (CFP, 2013, p. 69).

As consequências provocadas pelos episódios de violência são custosas de serem mensuradas, variam de mulher para mulher, mas podem afetar a parte emocional, cognitiva, social e afetiva, além da existência de sentimentos de insegurança, ansiedade, tristeza, medo e, em casos mais graves, transtorno do pânico, depressão e estresse pós-traumático (CFP, 2013).

Os saberes e práticas da Psicologia no atendimento às mulheres em situação de violência devem romper com visões essencialistas e naturalistas sobre os corpos. O sexo biológico não pode determinar papéis sociais para mulheres e homens, a(o) psicóloga(o) precisa estar atenta(o) para não reproduzir saberes e discursos normatizantes.

Somos seres constituídos pela influência de fatores sociais, culturais, históricos, subjetivos e estamos em constante transformação. É preciso desconstruir nossas crenças, valores, e não deixar que o que pensamos a respeito do outro interfira em nossa prática, que deve estar pautada na ética e no respeito às diferenças.

### **2.2.2 A urgência de uma Psicologia Feminista no atendimento às mulheres**

Neves e Nogueira (2003), no artigo “A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos”, realizam uma contextualização do período em que surgiu a Psicologia Feminista, os pressupostos que norteiam seus saberes e fazeres e sua luta pela emancipação das mulheres e a igualdade entre os sexos.

A segunda “onda” do feminismo, que ocorreu nas décadas de 1960-1970, no âmbito das universidades, na Europa e nos Estados Unidos da América, esteve marcada por críticas ao modelo de sociedade patriarcal instituído e ao modelo de ciência androcêntrica – homem como referência de ser humano, que dominava os saberes e práticas existentes (NEVES; NOGUEIRA, 2003).

Com o propósito de pensar outras maneiras de fazer ciência, que não reproduzissem o modelo acima citado – antrocêntrico, os estudos feministas deram origem a novos conhecimentos e métodos que consideravam as questões das mulheres e a influência de fatores externos na constituição das relações entre os



sexos. Assim, a Psicologia Feminista “representa um espaço de contestação e de dúvida acerca do que é considerado “conhecimento”, quem o define e como se obtém” (NEVES; NOGUEIRA, 2003, p. 46).

Essa nova Psicologia – feminista, fundada por mulheres e com mulheres, no final da década de 1970, contesta os critérios de cientificidade do modelo de ciência psicológica dominante na época e suas noções de neutralidade, objetividade, verdade universal e negação da subjetividade:

Ora a Psicologia feminista vem revogar esse pressuposto, assumindo que o conhecimento é socialmente construído e situado, que os actores e as atrizes sociais desempenham um papel primordial neste processo pró-activo e multi-componencial, e que é necessário atribuir um lugar de destaque às influencias de índole cultural, económica, política e social na construção da ciência. (NEVES; NOGUEIRA, 2003, p. 48).

Desta forma, acreditamos que as(os) psicólogas(os) devem sempre refletir de que forma seus valores, crenças e histórias de vida interferem em sua atuação. Não deixar que suas experiências pessoais sobreponham o código de ética e conduta que a Psicologia dispõe é indispensável para um bom trabalho.

As práticas terapêuticas na Psicologia não são (e não podem ser) livres de valores nem apolíticas, na medida em que não existem senão enquadradas em tempos históricos, especificidades culturais e conjunturas políticas, da mesma forma que as/os terapeutas não são *tábuas rasas*, sem passado nem presente. É precisamente nesta consciência de que não existe imparcialidade nos discursos e nas acções terapêuticas e de que a realidade terapêutica é também ela uma realidade social construída, que reside a grande diferença entre Terapias feministas e as Terapias tradicionais, sendo as primeiras profundamente reflexivas e as segundas altamente objectivistas. (NEVES; NOGUEIRA, 2003, p. 60).

A Psicologia Feminista tem como pressuposto que não existe apenas uma forma de analisar os fenômenos sociais, por isso faz uso de várias metodologias para realizar suas investigações, já que defende que cada sujeito é único e pode responder de maneiras distintas às abordagens existentes.

Essa ciência feminista:

[...] alia a singularidade individual à roupagem cultural, política e social não pode deixar de beneficiar da utilização e do desenvolvimento de diferentes metodologias no entendimento dos fenômenos sociais, em geral, e dos fenômenos psicológicos, em particular. (NEVES; NOGUEIRA, 2003, p. 50).

A Psicologia Feminista considera que o participante dessas investigações e intervenções terapêuticas é o que melhor sabe de seus modos de existência e de suas experiências, que devem ser reconhecidas e validadas pelo investigador. É o



investigado que concede significado às suas experiências pessoais, essa é uma característica da abordagem (NEVES; NOGUEIRA, 2003). Contudo, esse reconhecimento e respeito ao outro deveria se fazer presente em todas as epistemologias e metodologias *psi*.

Essa perspectiva elucubra também em suas análises da sociedade as relações de poder existentes, que na maioria das vezes está sob domínio masculino. É importante entender essas relações para que grupos oprimidos, como as mulheres, possam ter consciência dessas relações de poder e assim construir novas relações que transformem suas realidades (NEVES; NOGUEIRA, 2003).

A(o) psicóloga(o) que utiliza a Psicologia Feminista para orientar seus saberes e práticas, necessita estar comprometida(o) com a mudança social ao assumir um compromisso ético e político que busque a emancipação das mulheres e a equidade social.

A negação da objectividade e da universalidade, o reconhecimento da necessidade avaliar criticamente a Psicologia enquanto ciência e enquanto prática social, a adoção da pluralidade metodológica como possibilidade de criação de visões optativas e complementares, a preocupação com a simetria das relações de poder, o compromisso com a paridade e o investimento na mudança e no activismo social foram de facto factores verdadeiramente relevantes neste movimento de cisão entre as metodologias positivistas e as metodologias pós-positivistas, das quais distinguimos as feministas. (NEVES, NOGUEIRA, 2003, p. 52).

É a partir da aliança entre o movimento feminista e a Psicologia que

[...] começa a ser elaborado todo um processo de desconstrução e posterior reconstrução das práticas terapêuticas tradicionais, processo baseado na constatação de que a Psicologia havia sido negligente e omissa em relação ao papel que as mulheres desempenham na construção das realidades sociais. (NEVES; NOGUEIRA, 2003, p. 53).

Apesar da diversidade de metodologias existentes, a Psicologia Feminista segue alguns princípios gerais, como o respeito à diversidade das pessoas, dando importância às intersecções existentes (raça, classe, orientação sexual) e sua influência no âmbito pessoal e social; o favorecimento do reconhecimento e a consciência de como o machismo e o sexismo geram sofrimento na vidas daqueles por esses afetadas; a manutenção de uma relação igualitária entre o terapeuta e o cliente, a partir da promoção da autonomia e do fazer com que o mesmo acredite em sua experiência individual e no alcance de suas expectativas. O último desses princípios é o processo de promoção de empoderamento e valorização da mulher (NEVES; NOGUEIRA, 2003).

Sendo assim, concluímos que as terapias feministas na Psicologia são instrumento de mudança da sociedade, devido ao

[...] enfraquecimento dos desequilíbrios de poder em contextos terapêuticos delimitados e em contextos sociais abrangentes, na reabilitação de uma ideia não estereotipada de doença física e mental, na despatologização da condição feminina, na desconstrução de modelos de avaliação e intervenção profundamente discriminatórios, na eliminação de discursos científicos altamente restritivos e na construção de uma realidade terapêutica e social paritária onde a democracia, a igualdade e a justiça sejam valores imperativos. (NEVES, NOGUEIRA, 2003, p. 56).

Após conhecer a Psicologia Feminista, julgamos que essa possa ser uma das alternativas inovadoras e potencialmente transformadoras da realidade, visto que leva em consideração a influência do patriarcado e do machismo na constituição das relações interpessoais e afetivas, na qual a violência está presente em grande parte dos casos. Não estamos nos referindo apenas à violência física, mas também às outras formas que são mais tênues e veladas.

Desta forma, a abordagem retira a culpa da situação de violência vivida, que é colocada sobre a mulher, ao entender que a violência acontece devido a um contexto muito maior, que envolve a cultura e a sociedade. Várias mulheres têm vergonha de denunciar a violência sofrida, por sentirem-se culpadas, e ainda correm o risco de serem julgadas pelos funcionários dos serviços de enfrentamento à violência, que acreditam que a mulher é responsável sim pela situação e que, se quisessem, era só deixar o autor da agressão.

A(o) psicóloga(o) deve contextualizar a violência, jamais culpar a mulher. Seus saberes e práticas devem estar comprometidos com a denúncia da naturalização e do silenciamento da violência sofrida por mulheres, que ocorre em ambiente privado, doméstico e familiar. Acreditar que, para além de ser um problema pessoal da mulher, a violência é uma questão política, faz com que a(o) psicóloga(o) lute por condições melhores de vida para toda a sociedade.

### **2.3 Foucault e a Psicologia**

Utilizar dos escritos de Foucault para pensar a Psicologia não implica em colocá-lo como referência na produção das ciências psicológicas. “O que ele tem nos indicado, acima de tudo, é uma forma de olhar e interrogar as práticas legitimadas

pelo discurso psicológico, questionar “como funcionam” essas práticas e as condições de emergência e legitimação de tais saberes” (HÜNING; GUARESCHI, 2014, p. 176).

Por isso, as teorizações foucaultianas não têm a pretensão de encontrar uma resposta sobre qual a melhor maneira de se fazer Psicologia, se é que esta existe. Ela permite questionar seus saberes e práticas, pensar outras possibilidades e, como efeito, transformar seu campo de conhecimento.

Torna-se necessário declarar ainda que não acreditamos em uma divisão entre teoria e prática, ambas caminham juntas.

Essa perspectiva recusa a dicotomia teoria e prática já que a teoria (o conhecimento) está sempre implicada com uma ação sobre o mundo, a partir do que podemos argumentar que a produção teórica já se constitui como uma forma de intervenção, como uma prática que forja sujeitos. (HÜNING; GUARESCHI, 2014, p. 178).

A Psicologia, para se estabelecer como ciência, no século XIX, adotou o paradigma positivista e usou de técnicas e teorias para produzir, na maioria dos casos,

[...] medidas, testagens e previsões, instituindo uma racionalidade que tudo classificava em termos do comportamento, analisado com base no indivíduo, cindindo-o do social e centrando no primeiro as origens das patologias e transtornos da psique. (HÜNING; GUARESCHI, 2014, p. 160).

Para Foucault (1957/2002), a Psicologia estava amparada por um modelo de ciência que tinha como critérios a objetividade, a neutralidade, a experimentação e a generalização. O comportamento do indivíduo era foco das investigações *psi*, isso fez com que houvesse uma padronização dos fenômenos psíquicos.

A psicologia constituída como ciência positivista propõe, assim, a noção de um sujeito universal que tornaria inquestionável a generalização a partir de pesquisas fundadas metodologicamente em testes de probabilidades estatísticas. (HÜNING; GUARESCHI, 2014, p. 163).

Porém, a Psicologia não pode só estudar o indivíduo, mas igualmente a sociedade, além de considerar os elementos que a integram, como as práticas culturais, por exemplo. “Tanto a cultura como a ciência são tomadas como práticas que, ao produzirem sentidos, produzem efeitos de verdade, instituindo modos de ser e de compreender e explicar a si e ao mundo” (HÜNING; GUARESCHI, 2014, p. 165).

Para pensar os saberes e práticas *psi*, é preciso refletir de que modo os sujeitos constituem seus modos de subjetivação. Deve-se questionar a quais objetivos e finalidades os mesmos estão servindo. Fazer esse questionamento implica em assumir um posicionamento político que deve estar vinculado à ciência.

Os modos de subjetivação, são para Foucault “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2010, p. 236). Sendo assim, o sujeito se constitui a partir de exigências externas, como as normas, e a partir de relações interpessoais que estabelece com o outro e com o mundo ao longo de sua existência. Os modos de subjetivação são exercícios de constituição que fazem parte da forma que reconhece a si próprio, as relações que estabelece consigo.

Nardi e Silva (2014), no texto “Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos”, utilizam os escritos de Foucault para problematizar a precariedade dos modos contemporâneos de subjetivação dos sujeitos.

Foucault (1994) retoma os modos de viver dos gregos para pensar a experiência de si e a arte de viver. A arte de viver está associada à liberdade para viver e à criação de estratégias para lidar com os jogos de poder e verdade que fazem parte da existência. A arte de viver implica em uma reflexão sobre a vida, em resistir às formas de dominação para que essas não impeçam a liberdade do sujeito.

Na contemporaneidade essa noção resulta em uma falsa liberdade e autonomia, uma vez que os sujeitos são livres apenas para “escolher entre aquilo que está dado e exclui as possibilidades de invenção de novos modos de existência” (NARDI; SILVA, 2014, p. 151).

Para os gregos, a busca da verdade implicava em uma transformação do sujeito. Este deveria ter sua própria experiência para encontrar a verdade. Com o momento cartesiano, a experiência do sujeito não era mais necessária, separava-se a busca pela verdade de uma mudança de si (FOUCAULT, 2010).

Como efeito, a transição das práticas clássicas de si, em que o acesso à verdade implicava em cuidado e conhecimento sobre si mesmo, “para a dissociação entre experiência de transformação do sujeito e a busca da verdade, produziu uma fragilidade de nossa potência de resistência face às formas de dominação próprias à modernidade e à contemporaneidade” (NARDI; SILVA, 2014, p. 151).

A forma como o sujeito se relaciona com a verdade produz modos de subjetivação. Esses modos de subjetivação são também resultado das técnicas de si. Essas técnicas são “esquemas que o sujeito encontra na cultura e lhe são propostos, sugeridos ou impostos pela sociedade e grupo social” (NARDI; SILVA, 2014, p. 145), ou seja, o sujeito não cria suas técnicas, ele se adapta às existentes na sociedade, de acordo com que indicam como “o melhor”.

Essas técnicas de si passam pelos jogos de verdade para existir, ou melhor, por um conjunto de procedimentos e regras, que estabelecem o que é correto e o que é errado, o que é verdadeiro e o que é falso. “É assim que se inaugura um regime de verdades que, adquirindo uma legitimidade social, passa a sustentar e a caracterizar uma determinada forma de dominação” (NARDI; SILVA, 2014, p. 145).

Podemos pensar que a “inferioridade” das mulheres em relação aos homens passa pela existência desses jogos de verdade. Saberes das ciências biológicas são usados para legitimar que as diferenças biológicas e anatômicas entre os corpos femininos e masculinos correspondem a desigualdades. Desta forma, os homens se mantêm no poder e as mulheres em posições submissas a eles.

As técnicas de si também podem ser analisadas nesse contexto, em que a sociedade determina quais os papéis sociais que as mulheres devem desempenhar. Por exemplo, mulheres devem ser delicadas, femininas, cuidadoras do lar, mães, entre outras atribuições, assim mulheres se constituem a partir dessas relações de saber-poder que estabelecem determinadas verdades sobre ser mulher.

Ao fazermos uso das técnicas de si existentes, estamos assumindo determinadas verdades inerentes a elas que estão muitas vezes vinculadas a regras morais, operadas para sustentar o sistema de dominação presente na contemporaneidade. Quanto mais pessoas se identificam com essas verdades, mais fácil fica para dominar a sociedade, e, no caso do exemplo citado, as mulheres.

A verdade é, portanto, produzida por indivíduos livres, que organizam certo consenso e que se encontram inseridos em uma rede específica de práticas de poder e de instituições que as impõe e legitimam. Se a produção de verdade refere-se ao saber que os indivíduos utilizam para compreender a si mesmos, cada verdade sustenta, ao mesmo tempo, um ideal para cada grupo, cultura, sociedade. (NARDI; SILVA, 2014, p. 146).

Desse modo, as verdades são produzidas para justificar as formas de dominação existentes, mas podem também ser utilizadas como forma de resistência a esse sistema quando essas “verdades” postas são questionadas.

Quando denunciam o sistema de opressão masculino, as mulheres questionam as “verdades” impostas, produzem novos saberes e reivindicam condições de igualdade. O feminismo e suas inúmeras vertentes são modelo de resistência a esse sistema, e se configura como movimento filosófico, teórico e prático que luta por direitos e por democracia (TIBURI, 2018).

Ao assumir que o sujeito é atravessado pelas regras morais e verdades definidas socialmente ao construir sua forma de inserção no mundo, devemos compreender que, para que a ordem social seja transformada, para que se possa estabelecer a ruptura com uma determinada forma de dominação, é necessário desconstruir os regimes de verdade que naturalizam as relações sociais. (NARDI; SILVA, 2014, p. 155).

Ao pensar nas sociedades de controle, Foucault (2010) considera que essas se utilizam da produção de técnicas de si para controlar os sujeitos, criando normas e verdades a serem seguidas. Nessas sociedades, o poder é exercido de forma mais simbólica, fluida, subjetiva e não precisa mais das instituições disciplinares para fazer a adaptação da sociedade.

O exercício do poder dispensa as relações de visibilidade próprias ao esquadramento do espaço disciplinar para se apropriar unicamente da lógica que lhe é inerente. A partir desse momento, a lógica disciplinar não tem mais necessidade de produzir uma visibilidade permanente daqueles que exercem o poder ou daqueles os quais esse poder será exercido. (NARDI; SILVA, 2014, p. 146).

Assim, as técnicas de si são utilizadas como um dispositivo do poder na sociedade de controle. Esse controle é produzido pela

[...] incorporação da norma, sustentando-se em modos de dominação dependentes da construção da ideia de uma interioridade única, singular, autônoma do sujeito. Essa ilusão de interioridade produz a invisibilidade dos dispositivos de controle e possibilita a invasão da norma em todas as esferas da vida. (NARDI; SILVA, 2014, p. 146).

Porém, a disciplina e o controle não são considerados negativos por completo, eles fazem parte dos processos de constituição dos sujeitos. O que acontece é uma mudança nessas formas de exercer o controle e a disciplina, que na modernidade se incorporam às esferas mais úteis da vida a partir das técnicas de si (NARDI; SILVA, 2014).

A Psicologia, dependendo da maneira que é empregada como campo de saberes e de práticas, pode reforçar o exercício do poder nas sociedades de controle. Quando produz um modelo de indivíduo, determina que os modos de existência devem ser homogêneos.

O saber psicológico, ao estabelecer comportamentos tidos como “normais” ou “anormais” e etapas de desenvolvimento de acordo com a idade, produz uma periodização da vida. “Assim, reforça a ideia segundo a qual só resta ao indivíduo adaptar-se às novas exigências produzidas pelas constantes transformações das regras impostas [...]” (NARDI; SILVA, 2014, p. 150). Se essa adaptação não ocorrer, são excluídos.

Essa modelagem interior é feita a partir de processos de adaptação e normalização, “um dos principais efeitos políticos da invenção dos saberes psicológicos – que se assentam na ideia de uma interioridade essencialista do sujeito – é o de colocar em evidência e de legitimar a dicotomia entre indivíduo e sociedade” (NARDI; SILVA, 2014, p. 147).

A separação entre indivíduo e sociedade produz um sujeito descontextualizado, além de responsabilizá-lo exclusivamente por sua formação, como se não dependesse do outro (família, amigos, instituições) para se constituir. Essa dinâmica resulta em um “processo de individualização do social e de dessocialização do indivíduo” (NARDI; SILVA, 2014, p. 147).

Se pegarmos como exemplo a violência contra as mulheres, é possível que a partir dessa dicotomia entre indivíduo e sociedade, a serviço da Psicologia, passemos a considerar as mulheres como culpadas pela situação que se encontram, como se a existência de uma cultura patriarcal e machista de nada influenciasse na vida dessa mulher e na construção de seus relacionamentos afetivos.

É por isso que a(o) psicóloga(o) que atua no enfrentamento à violência contra as mulheres precisa entender que as relações interpessoais são constituídas pela influência do contexto histórico, social e cultural. Isso evita que se coloque a responsabilidade da situação vivida apenas na mulher.

A violência presente nos relacionamentos afetivos é naturalizada por um conjunto de normas e técnicas de si que entendem a violência como prova de amor ou como “normais” nos relacionamentos. Por isso, a existência de discursos como “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e “tem mulher que gosta de apanhar”.

Ao considerar a questão dos gregos, Foucault (2001) afirma que as técnicas de si eram indissociáveis de um cuidado de si, de uma busca por uma vida boa. As técnicas de si contemporâneas estão associadas à imposição de um modelo e à normalização dos indivíduos, dessa maneira “o uso das práticas e saberes psicológicos, tal como surgem na modernidade e são implementados de forma hegemônica na contemporaneidade, construíram um jogo de individualização que isenta o compromisso do sujeito no laço social” (NARDI; SILVA, 2014, p. 148).

Na perspectiva foucaultiana, segundo Nardi e Silva (2014) é necessário retomarmos os modos de existência e cuidado de si dos gregos (guardadas as devidas proporções), no sentido de conhecermos a nós mesmos, de trabalharmos sobre nós mesmos, de cuidarmos de nós mesmos na tentativa de resistir as formas de

dominação e transgredir as normas e condutas impostas pela sociedade. “Um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura elaborar, se transformar e se atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2010, p. 265).

Acreditamos que a prática *psi* deve ser voltada a essa finalidade, de fazer com os sujeitos se conheçam, busquem sua verdade, autonomia e felicidade. Uma prática voltada à promoção e ao respeito à alteridade.

A perspectiva ética como prática reflexiva da liberdade e como transformação da experiência da vida em obra de arte (a temática da estética da existência) é ferramenta poderosa de luta e de disputa nos jogos de poder e verdade hoje, uma vez que nossas sociedades são marcadas pelos dispositivos de controle que sustentam os modos de assujeitamento [...]. (NARDI; SILVA, 2014, p. 152).

Ao procurar por atendimento psicológico, existe no imaginário social que este está a serviço da pessoa para resolver seus problemas como em um passe de mágicas. Além de que se procura um(a) psicólogo(a) em casos de extrema necessidade, quando a situação vivida está insustentável. Ir ao(à) psicólogo(a) é uma esperança de que irá acabar com seus problemas.

No caso das mulheres que se encontram em situação de violência e passam por atendimento com psicólogas na CMB, temos a impressão de que algumas buscam atendimento quando não aguentam mais, quando chegam ao limite, quando foi a “gota d’água”. Desta forma, os atendimentos do Setor Psicossocial seriam uma espécie de pronto-socorro, um serviço de urgência. Dizemos isso porque existem mulheres que vivem anos uma situação de violência para só depois denunciá-la.

Procurar ajuda é o início de um processo em busca do autoconhecimento e fortalecimento da mulher, este não é linear ou universal, pode variar. Depende da história de vida da mulher, de seu estado psicológico e emocional, se tem amparo ou não. O importante é que a(o) profissional da Psicologia saiba escutar e acolher a mulher, não julgar, fazer com que ela perceba a situação que está vivendo e motive-a a buscar outros modos de vida, mais saudáveis.

A prática terapêutica precisa agir na resignificação e reinterpretção dos episódios de violência vividos pelas mulheres, para que entendam que esses não são sua culpa e responsabilidade, mas fruto de uma sociedade que as subordina e oprime. A(o) profissional da Psicologia não pode revitimizar a mulher, pelo contrário, deve favorecer sua autonomia e resiliência.



Em função disso, precisamos considerar a importância da Psicologia nesse contexto de violência contra mulheres. Seus saberes e práticas precisam compreender que a realidade social e cultural permeia essas relações afetivas violentas, e as mulheres são constituídas por essas influências. Por isso que diversas mulheres acreditam ser “normal” a existência de agressões nos relacionamentos, não enxergando motivos para pôr um ponto final na relação.

O próximo capítulo, como último movimento da arqueologia, a CMB é retomada a partir das análises das estatísticas produzidas e arquivadas no banco de dados do IRÍS – Sistema de Gestão da Casa da Mulher Brasileira, referentes aos atendimentos prestados pela instituição de 3 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016.

Ainda realizamos uma exploração de dados sobre as mulheres (tipologia da violência, vínculo com o(a) autor(a) da agressão, cor/raça, faixa etária, escolaridade, renda mensal média individual e cadastro de pessoas por região) atendidas em outro período, entre janeiro e julho de 2017, época em que foram feitas as observações aos atendimentos no Setor Psicossocial.

São relatórios quantitativos que servem como lastro sobre as análises anteriores para controle dos atendimentos e se transformam em peças importantes de análise empírico-analítica como subsídio para uma melhor compreensão da problematização em estudo.

### 3 A INSTITUIÇÃO CASA DA MULHER BRASILEIRA E SEUS DADOS

No capítulo anterior consideramos o dispositivo adotado pelo Estado – Casa da Mulher Brasileira, para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Como uma ferramenta analítica desenvolvida por Foucault (1988/2000) em sua obra "História da sexualidade", e especialmente em "A vontade de saber", o autor explicita o conceito de dispositivo como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Já que Foucault (2000) se refere a um conjunto de elementos heterogêneos, tais como discursos, formas arquitetônicas, leis, medidas administrativas e enunciados científicos, podemos entender que as práticas discursivas e não-discursivas contribuem para a construção do dispositivo, e é possível afirmar ainda que o conceito em questão reúne as instâncias do poder e do saber.

Portanto, o propósito deste capítulo é compreender como essa rede que compõe os dispositivos da Casa da Mulher Brasileira (CMB) do município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, operacionalmente acionados, transformam ou não as mulheres envolvidas, ao constituírem um movimento organizado institucionalmente, contra as práticas de violências a que são submetidas.

Com os elevados índices de atendimentos realizados pela CMB, a partir de sua criação e implementação, que ferramentas vêm sendo adotadas para fazer o enfrentamento da violência contra as mulheres? Os mesmos vêm cumprindo com os compromissos e funções atribuídas à instituição, de promoção da autonomia e cidadania das mulheres? Ou essas estatísticas geradas são apenas uma das ferramentas do Estado, que diz estar cumprindo com suas responsabilidades sociais de enfrentamento à violência?

Para realizar nosso propósito e responder as indagações levantadas, foram utilizadas informações fornecidas pelo Banco de dados do IRÍS – Sistema de Gestão da Casa da Mulher Brasileira, transformadas em gráficos de forma a facilitar as análises e considerações dos resultados.

São dados engendrados e fornecidos pela instituição que revelam o número total de atendimentos prestados, em períodos referentes ao intervalo compreendido

entre os meses de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016 e outras informações das mulheres atendidas referentes ao mês de janeiro a julho de 2017.

Cabe destacar que o Sistema IRÍS foi implementado em abril de 2016, e que até então a tabulação dos dados era realizada manualmente, consultando as fichas de atendimento da recepção, de registros e de encaminhamentos dos demais setores da Casa. Essas informações foram passadas por servidores da CMB.

A tabela completa com o fluxo de atendimentos de todos os setores, como Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, Guarda Municipal e Patrulha Maria da Penha, Polícia militar, brinquedoteca, alojamento e setor de transporte, entre outros, se encontra no Anexo A.

Optamos por trabalhar com o gráfico de dados como uma das melhores formas de visualização e comparação das informações que serão apresentadas a seguir. Para subsidiar os movimentos de problematização do presente estudo, os indicadores e variáveis foram as taxas de casos de violência contra as mulheres no Estado criadoras das demandas sociais por uma intervenção do poder público.

Na medida em que os dados estatísticos revelam os regimes de urgência, para os quais o Estado é chamado a intervir, a questão que se coloca é: a avaliação das políticas públicas de assistência segue a mesma lógica, sendo sua “eficácia” medida em termos estatísticos?

### **3.1 Foucault: problematizações e o saber estatístico**

Na obra “Segurança, território e população”, Foucault (1978/2008) faz uma contextualização histórica das práticas de governo do final da Idade Média (séculos XVI e XVII) na França e das mudanças ocorridas nessas práticas a partir do século XVIII.

Ao investigar sobre a emergência da estatística como forma de saber do Estado, Foucault (2008) expõe como se manifestou o movimento de mudança que levou o estado administrativo, que se preocupava antes em administrar o território, a passar seu foco de interesse à administração e ao controle da população, fazendo o uso de novas práticas e ferramentas.

Na Europa, a estatística se constituiu como instrumento da racionalidade do governo no século XVII, mesmo período que emergiu a ciência moderna e seu modelo

baseado na objetividade e no rigor, quantificando números e tornando-os quase que inquestionáveis (SPERRHAKE; TRAVERSINI, 2012).

A arte de governar estava ligada à administração da população e do território por parte de seus governantes, e a estatística era uma ferramenta utilizada nesta arte. Para Foucault (2008) a estatística representava para o Estado o conhecimento de seus recursos e forças em determinado espaço-tempo. “Esse conhecimento do Estado em seus diferentes dados, em suas diferentes dimensões, nos diferentes fatores do seu poder, [...] foi isso que se chamou precisamente ‘estatística’ como ciência do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 134).

A princípio, os dados estatísticos gerados com base nos registros existentes eram de sabedoria exclusiva do próprio Estado,

[...] de fato, o saber que o estado tem de constituir de si mesmo e a partir de si mesmo, esse saber correria o risco de perder certo número de seus efeitos e não ter as consequências esperadas se, no fundo, todo o mundo soubesse o que acontece. (FOUCAULT, 2008, p. 367).

Posteriormente, essas estatísticas são usadas pelo governo na produção de discursos para disciplinar e controlar os indivíduos e a população, engendrando verdades e passando-as ao povo.

Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família. (FOUCAULT, 2011, p. 281).

O saber estatístico é uma tecnologia de governo. As taxas, números, índices e estatísticas ocupam papel importante na produção de saberes. Foucault (2008, p. 138) afirma que “as estatísticas mostram que as populações têm suas regularidades próprias, seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes”.

Além de mostrar essas regularidades, podem operar apontando em que é necessário intervir e expressam os efeitos dessas intervenções, conforme dados já apresentados sobre as mulheres em situação de violência.

Traversini e Bello (2009) dizem que, dependendo da forma que são manipulados, os dados produzem efeitos diferentes. Por exemplo, as estatísticas podem ser empregadas na atualidade para a problematização das intervenções feitas pelo governo e também tratadas como fontes de análise sobre determinada questão,

em que se interpreta os dados e taxas e a partir das respostas obtidas produz-se novos saberes.

A estatística ainda pode servir como procedimento metodológico de uma investigação, tendo a função de “conferir legitimidade ao estudo realizado, uma vez que os números são, na sociedade contemporânea, um dos selos da objetividade e da cientificidade” (SPERRHAKE; TRAVERSINI, 2012, p. 74).

A estatística produz realidades e segue “regimes de verdade”, entendidos por Foucault (2011) como

[...] tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdade. (FOUCAULT, 2011, p. 12).

Essas estão presentes no âmbito da economia, da política, da educação, da saúde, da segurança e demais relações presentes na sociedade, entre outros. As estatísticas são usadas como ferramentas na geração de ações e na criação de políticas públicas, além de registrar o efeito dessas intervenções. O Estado, então, disponibiliza os resultados para a população, buscando apaziguá-los, como é o caso dos dados produzidos pelo governo tendo como foco o total de atendimentos e procedimentos, tentando demonstrar sua eficiência na intervenção da problemática social.

Considera-se que a estatística é uma das formas de linguagem, e os discursos que ela produz constituem realidades e subjetividades, por isso torna-se necessário refletir sobre o significado presente na representação dos dados e dos números socializados, porque esses discursos estatísticos são também formas de controle e classificação de indivíduos e fenômenos (SPERRHAKE; TRAVERSINI, 2012).

Ao utilizarmos as estatísticas para problematizar se os atendimentos prestados pela Casa da Mulher Brasileira estão cumprindo, a princípio, com suas responsabilidades sociais de enfrentamento à VCM, não tomamos esses números como verdade única e universal. O que existem são discursos produzidos pela influência das relações de saberes e poderes.

Essas estatísticas são ferramentas que subsidiaram nossas análises, possibilitando que questionássemos as intervenções e as condições políticas de suas práticas, tomadas pelo ângulo regulatório (uma vez que aparecem como mero

exercício profissional fundamentado em uma ciência), exercidas sobre os corpos desses indivíduos.

A analítica do poder em Foucault privilegia a dimensão das práticas efetivas e distancia-se das intenções dos sujeitos e dos objetivos pelas quais ela se exerce. Foucault (1978, p. 4) explica que “o poder é um conjunto de mecanismos e procedimentos que tem como papel ou função e tema manter – mesmo que não consigam – justamente o poder”.

Nesse sentido, a “disciplina” não pode se identificar com uma instituição, nem com um aparelho. Ela é “um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 177), não obstante seja “justificada” por toda uma rede de saber, que a utiliza da forma que quiser.

Partindo do entrelaçamento dos âmbitos discursivo (saberes) e não discursivo (poderes), podemos apreender a materialidade dos discursos com seus efeitos de poderes, uma vez que as práticas discursivas se cristalizam em tecnologias, em instituições e em comportamentos, sendo transmitidas e difundidas em aparelhos pedagógicos que as impõem e as mantêm (FOUCAULT, s/d, p. 6).

Ao refletir sobre a teoria de Foucault (2005; 2008) a respeito das instituições, é possível que a Casa da Mulher Brasileira, enquanto instituição de cuidado do outro, tenha sua gênese no poder pastoral<sup>19</sup>, em que há responsabilidade do pastor pela salvação das almas, com a exigência de saber tudo o que se passa no interior de cada um para o estabelecimento do sujeito e da subjetivação/subjetividade.

Desde as práticas de direção de consciência da Antiguidade Clássica, passando pelas práticas de confissão cristãs, analisadas por Foucault (2004, 2006a, 2007a; 2007b; 2007c; 2014a), observamos a presença marcante do Outro na constituição das subjetividades – que ganha o *status* do Eu, como individualidade fechada, na representação simples dos sujeitos – “desconstruindo a dicotomia entre interior e exterior” (MARASCHIN; PALOMBINI, 2007, p. 25).

---

<sup>19</sup> Foucault (2008, p. 145-146), reconstitui as grandes formas de poder no Ocidente: “primeiro, o Estado de justiça, nascido numa territorialidade de tipo feudal, que corresponderia grosso modo a uma sociedade da lei [...]; depois, o Estado administrativo, nascido numa territorialidade de tipo fronteira [...] que corresponde a uma sociedade de regulamentos e de disciplinas; e, por fim, um Estado de governo [...] que tem essencialmente por objeto a população e que se refere [a] e utiliza instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança”. Por governo compreende-se a condução da conduta da coletividade (população), daí a referência aos procedimentos do poder pastoral.

Assim, a dimensão da subjetivação/subjetividade abre caminhos para (re)pensar a ética e o espaço para uma intervenção do Outro na constituição da subjetividade e no próprio funcionamento psíquico. É, então, nesse cruzamento, que se encaminha no encontro de subsídios para a compreensão dos modos de subjetivação e de sujeição contemporâneos,

[...] em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si próprio e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas do eu são integradas em estruturas de coerção. (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Ao desembaraçar-nos das filosofias do sujeito, mediante a crítica desses saberes e práticas instituídas em nossas sociedades, abrimos a possibilidade de “forma a garantir outras significações do sujeito [...] rompendo a despersonalização imposta pelos outros e buscando uma afirmação de si” (OSÓRIO, 2010, p. 92).

Foucault (2010, p. 276) fala que as relações de poder “são, portanto, móveis, reversíveis e instáveis. Certamente é preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres”. É a partir dessas estratégias do poder que a resistência aparece como parte integrante deste mecanismo, pois onde há poder há também resistência.

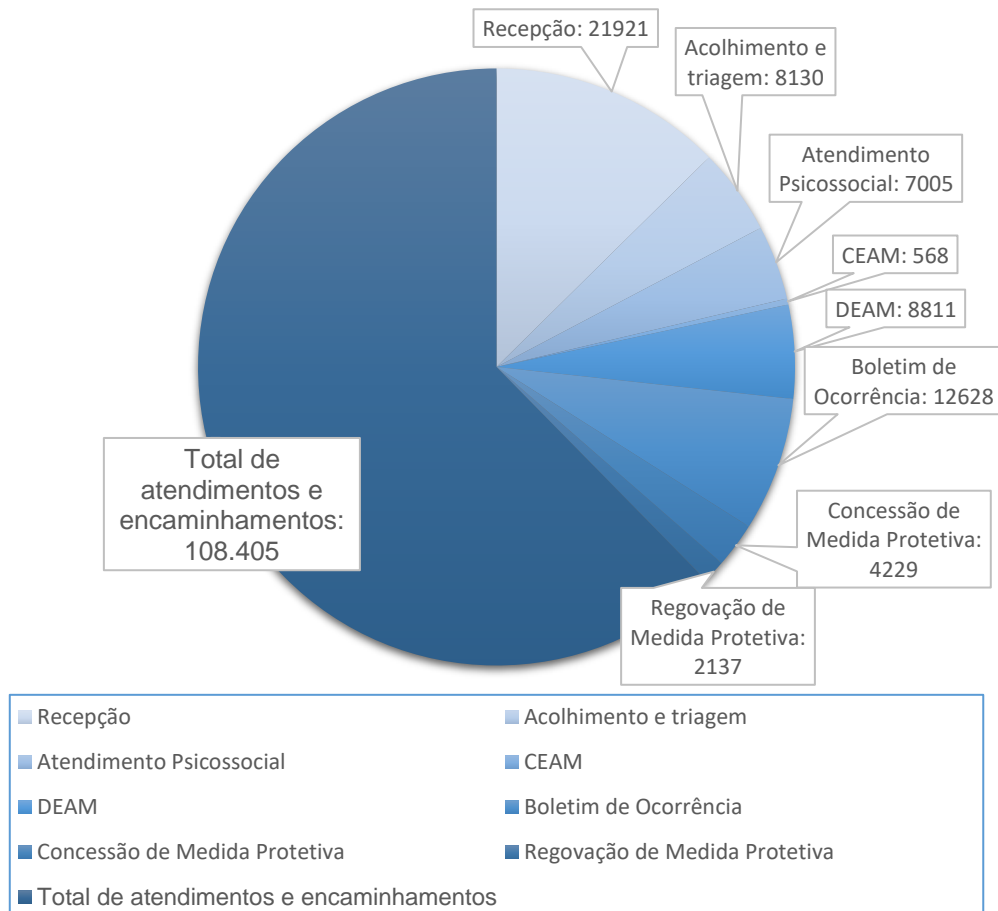
Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertem a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder. (FOUCAULT, 2010, p. 277).

Assim, o sujeito pode começar a refletir sobre suas condições de existência ao invés de tentar atender a imposições externas.

### **3.2 Números de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira**

O Gráfico 1, montado a partir dos dados quantitativos repassados pela CMB/Campo Grande, do estado de Mato Grosso do Sul, retrata a conjuntura das violências praticadas contra as mulheres e o número de atendimentos realizados por diferentes setores da instituição.

**Gráfico 1 – Número de atendimentos realizados pela instituição de 3 fevereiro 2015 a 31 dezembro 2016**



Fonte: IRIS/CMB – Organizado pela pesquisadora, 2018.

De 3 de fevereiro 2015 a 31 de dezembro 2016, 21.921 mulheres foram atendidas pela CMB/GC/MS, totalizando 108.405 atendimentos, procedimentos e encaminhamentos a setores da Casa, bem como aos demais setores da Rede.

Nesse período, o Setor Psicossocial realizou 8.130 acolhimentos e triagens, 7.005 atendimentos psicossociais, encaminhou 8.811 mulheres à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e lá 12.628 boletins de ocorrência foram registrados.

O momento atual, de judicialização da assistência e da expansão do Direito Penal, está relacionado ao modelo de sociedade que vem se desenhando no decorrer de um período histórico<sup>20</sup>. Existe uma enorme demanda por proteção.

<sup>20</sup> Foucault fala em Sociedade Punitiva (1973/2015), que a partir do século XVIII, na Europa, ocorreu a partir da emergência do aparato estatal judiciário que teve o propósito de corrigir e punir determinados



Como resultado, os altos índices de registros de boletins de ocorrência mostram que a DEAM se tornou um espaço de referência para mulheres vítimas de violência, estas encontraram uma maneira de reagir e resistir à situação de violência a que estão submetidas ao recorrer a essas ferramentas – boletim de ocorrência, em uma tentativa de impedir novas agressões.

Não há dúvida da importância desse mecanismo – boletim de ocorrência e medidas protetivas, contudo muitas mulheres que buscam atendimento retornam após um período para relatar novos casos de agressão ou para pedir a revogação das medidas protetivas, considerando que reatou o relacionamento e perdoou o autor da agressão, como se nota pelos dados das 4.229 medidas protetivas concedidas e das 2.137 medidas que foram revogadas, ou seja, quase 50% dos casos.

Circunstâncias que resultam, ao fim e ao cabo, na não universalização do acesso à justiça e em direitos para mulheres que terminam, muitas vezes, com um boletim de ocorrência em uma das mãos e uma medida de proteção na outra, sem que, para além desses papéis, existam políticas que deem mais efetividade à sua proteção e condições para que saiam da situação de violência. (PASINATO, 2015 p. 535).

A medida protetiva é uma ferramenta criada para coibir e prevenir a violência, podendo solicitar o afastamento do agressor do lar ou local de convivência, o estabelecimento de um limite mínimo de distância e a proibição de manter contato. Essas são algumas possibilidades de medida protetiva aplicadas após denúncia (registro de boletim de ocorrência) de agressão realizada pela vítima e verificação, feita pela DEAM, do risco ao qual a mulher está exposta.

Em informações publicadas pelo *site* do Poder Judiciário do estado de Mato Grosso do Sul, constatamos que a terceira Vara de Violência Doméstica e Familiar da CMB está realizando, desde 22 de janeiro de 2018, uma oficina reflexiva denominada “Grupo Atitude”, destinada às mulheres que fizeram o pedido de revogação das medidas protetivas.

O Grupo tem o objetivo de conscientizar as mulheres sobre o ciclo da violência, e ocorre semanalmente, às quintas-feiras, na Casa da Mulher Brasileira<sup>21</sup>. Acreditamos que essa pode ser uma tentativa de diminuir o número de mulheres que

---

indivíduos da sociedade, considerados inimigos sociais, e, desta forma, amenizar o perigo que a sociedade estava exposta. Com isso, surgiu a ideia de proteção social, em que os sujeitos recorrem aos aparatos criados pelo Estado para garantir sua segurança.

<sup>21</sup> “Mulheres que retiraram Medidas Protetivas passam por oficina em MS”, publicado em 02/03/2018 – 15:33. Disponível em: <http://www.tjms.jus.br/noticias/visualizarNoticia.php?id=4566>.

tem as medidas protetivas revogadas, usando da informação e do conhecimento como ferramenta de conscientização.

Os dispositivos jurídicos mencionados acima são importantes para casos de violência, contudo não consideram a relação íntima entre vítima e acusado, permeada de sentimentos e intimidade, questões que ultrapassam o papel vítima-agressor, ligadas a vínculos interpessoais e afetivos complexos.

Segundo Amorin (2008),

A Lei 11.340/06 amparou-se em rede de proteção do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Executivos Federais, Estaduais e Municipais, de equipes multidisciplinares e de organizações não-governamentais. Mas, estará esse extenso manto protetor suficientemente articulado para conceder proteção à mulher vítima da violência doméstica e familiar? (AMORIN, 2008, p.15).

Mais do que gerar estatísticas e números sobre a quantidade de atendimentos e procedimentos prestados pela Casa da Mulher Brasileira, é necessário refletir sobre a condição de vida dessas mulheres, as inúmeras relações, situações e fatores a que são submetidas, e não somente a violência vivida como evento específico e acontecimento isolado.

Devido a isso, acreditamos ser necessário buscar outras alternativas para além da judicialização, como a ampliação dos serviços de atendimento psicossociais para as mulheres, visto que apenas 568, das 21.921 mulheres atendidas pelo Setor Psicossocial, foram encaminhadas ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM).

Prevista pela Lei Maria da Penha, outra alternativa que poderia se mostrar efetiva, se fosse implementada, é o Programa de Reeducação e Recuperação de Agressores (em algumas localidades esse Programa existe). Investir em grupos para homens é uma tentativa de fazê-los refletir e mudar atitudes e ideias machistas e preconceituosas, evitando que novos episódios de agressão e violência ocorram.

O grupo para homens autores de violência contra a mulher é um modelo de investigação grupal que deve ter por objetivo provocar a desconstrução e a mudança de padrões naturalizados de gênero, violência de gênero e de masculinidade hegemônica. Nesses grupos, espera-se, por um lado, destacar e desconstruir a ideologia patriarcal/machista e, por outro, apresentar e possibilitar a construção individual e coletiva de processos de socialização que tem como referência a equidade de gênero e a formação de novas masculinidades. (ANDRADE, 2014, p. 181).

A partir dos anos 1990 pesquisas brasileiras sobre masculinidades e paternidade começaram a ganhar maior destaque, na pretensão de compreender o processo de construção social do masculino. As relações desiguais entre mulheres e homens, fundamentadas pelas diferenças biológicas entre os sexos, foi um dos motivos que fez com que surgissem estudos sobre os homens e as masculinidades (UNBEHAUM, 2001).

Essas pesquisas sobre homens, masculinidades e paternidade, contribuem para a construção de políticas públicas voltadas a essa população. Esses escritos indicam alguns fatores que influenciam na constituição de homens e suas masculinidades, como a relação com a família, a cultura local, condições econômicas e sociais. Apontam ainda para uma “crise da masculinidade”, na qual os homens sentem-se frustrados por não conseguirem atender às demandas sociais impostas, de provedor da família, por exemplo. Por não expressarem esses sentimentos e sua afetividade ser negada, podem tornar-se violentos e agressivos (UNBEHAUM, 2001).

A violência contra as mulheres em nossa sociedade manifesta-se com o objetivo de corrigir e punir comportamentos femininos que, de acordo com os agressores, não seguem o modelo socialmente esperado, de donas de casa, esposas ou mães submissas, podendo ser lidas também como efeito dos poderes de normalização que se fundam sobre determinadas verdades tidas como essência ou natureza humana (SAFFIOTI, 1999).

Mesmo com as tentativas de enfrentar as VCM apresentadas acima (serviço de apoio psicossocial, conscientização do ciclo da violência, capacitação e contratação de servidoras da CMB), há indícios de que é possível que os serviços oferecidos pela instituição não sejam suficientes para atingir as finalidades de responsabilidade social as quais se destina (devido ao fato de o atendimento ser apenas emergencial – Setor Psicossocial, reforçado pela falta de profissionais - no período que a observação foi realizada, considerando a alta demanda de atendimentos) se junto não houver uma mudança nos esquemas que envolvem e estruturam a violência como um fenômeno multifacetado em nossa sociedade.

Os profissionais da psicologia que atuam no contexto da VCM, precisam apoiar todas as mulheres e respeitar sua decisão, independentemente de quantas vezes ela buscar por atendimento. Mesmo se ela reincidir, é necessário estar ao seu lado para acolhe-la e encoraja-la a tentar outra vez, a recomeçar, a estabelecer outras relações com os outros e consigo, em busca de uma vida melhor.

Apesar do índice de reincidência de mulheres em relacionamentos violentos ser elevado, a CMB aceita a decisão da mulher, pois acredita na influência de valores patriarcais e machistas que constituem os sujeitos, suas relações afetivas e as práticas culturais que historicamente agridem, oprimem e humilham as mulheres. Então, se a mulher não quiser ou não conseguir romper o vínculo com o agressor, que na maioria dos casos é seu companheiro, não deve ser julgada, pois sabe-se como a existência do ciclo da violência pode dificultar o término da relação.

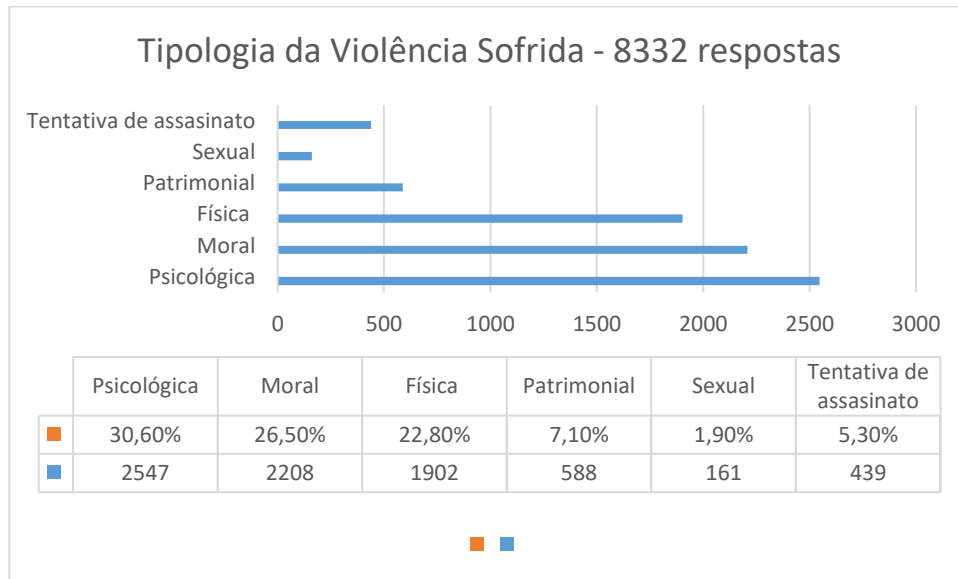
Por isso, a CMB está de portas abertas, todos os dias, 24 horas ao dia. Para que, quantas vezes for preciso, mulheres possam recorrer a instituição e ter seus direitos garantidos. A reunião em um só espaço de serviços especializados, concretiza a vontade de muitas mulheres que reivindicavam por um lugar de atendimento humanizado, que acolhe, escuta e auxilia as mulheres em situação de violência.

### **3.3 Informações sobre as mulheres – em números**

Agora serão analisados os dados quantitativos sobre as mulheres atendidas pela instituição, a partir de gráficos elaborados pela pesquisadora, que explicitam as incidências de número nos indicadores selecionados pela CMB, como referência para subsidiar o IRÍS – Sistema de Gestão da Casa da Mulher Brasileira. Os relatórios gerados pelo Sistema de Gestão encontram-se em Anexo B neste trabalho.

Esses números apresentam uma característica de banco de dados cujas referências tomam como variáveis tipologia da violência, vínculo com autor(a) da violência, cor/raça, faixa etária, escolaridade, renda média mensal individual e cadastro por região, do período compreendido de 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

## Gráfico 2 - Tipologia da violência sofrida



Fonte: IRIS/CMB – Organizado pela pesquisadora, 2018.

Ao considerar o tipo de violência a qual foram submetidas, as mulheres indicam que a maior incidência ocorre no tipo de violência psicológica, com quantitativo de 2.547 casos; seguida pelas violências moral, 2.208 incidências, física (1.902) e patrimonial (588).

Nesse contexto, é importante ressaltar que uma mulher pode ter sofrido mais de uma forma de violência, explicando assim o número maior de respostas – 8.332 no total, para essa categoria de tipologia da violência do que para as outras categorias existentes, que serão apresentadas adiante.

Escolhemos colocar no Gráfico 2 – Tipologia da violência sofrida – aqueles casos com maior incidência. Dentro das possibilidades de resposta há outras alternativas, como tentativa de assassinato, assédio moral, cárcere privado, negligência/abandono, violência institucional, casos que não se tratavam de violência, tráfico de seres humanos e outros. Ao todo, estes correspondem a 1.087 ou 13% dos casos.

Como se nota, o número de casos de violência psicológica e moral é maior do que os casos de violência física. Isso pode significar que mulheres não têm mais tolerado o fato de serem violentadas, e em um primeiro episódio de violência buscam seus direitos para dar um término nessa situação. Entretanto, também acreditamos que algumas mulheres podem não identificar que estão sendo vítimas de violência

psicológica (por essa ocorrer de maneira simbólica), ao pensarem que é só física, quando deixa marcas e sangra a pele.

Muitas mulheres podem ter sofrido, ou ainda sofrem, algum tipo de violência ao longo de suas vidas, mas não identificá-la como tal. Pelo envolvimento de um conjunto de elementos culturais, sociais e subjetivos relacionados ao afeto, ganha-se certa condição de naturalização desse fenômeno, constituído em tempos e espaços de formas diferentes.

É importante enfatizar que um ou outro tipo de violência (física, moral e psicológica) não foge ao delito da agressão, embora em processo de judicialização seja considerado muitas vezes em graus e atributos diferenciados. Há uma tradição normativa de que a agressão física produz marcas ou mortes, por isso ganha as condições de evidências de provas. Um exemplo disto é o fato de a DEAM permitir que a mulher retrate um boletim de ocorrência registrado por violência moral ou psicológica (em período de até 6 meses após denúncia) e não permitir em casos de lesão corporal.

Os traumas psíquicos compõem as duas condições, ou seja, a objetiva e a subjetiva, sendo que a última não garante uma mensuração de seus efeitos. A violência psicológica e moral se manifesta de maneira mais sutil, refinada e simbólica, tornando-se de difícil reconhecimento para muitas mulheres que acreditam que discussões, ofensas, ciúmes e humilhações são algo “natural” dos relacionamentos afetivos.

Ao refletir sobre a ordem estabelecida nessas relações de dominação, tidas como aceitáveis e naturais, Bourdieu (2017) afirma que:

[...] no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2017, p. 11).

Vimos, em análises anteriores, que historicamente o macho detém a força e manda, entretanto nas relações sociais não há possibilidades de um poder centralizado ou exclusivo de alguém em qualquer tipo de interação (GROSSI, 1998; FOUCAULT, 1978), por isso há um movimento de concessões que se estabelece como procedimento das relações afetivas.

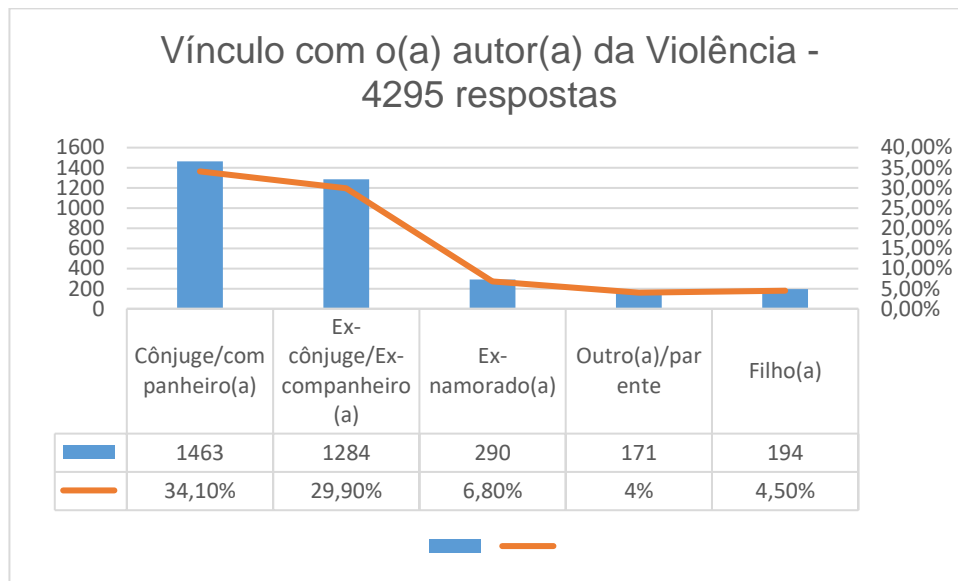
Os dados indicam que por detrás da violência praticada sobre as mulheres há aquilo que se denomina em nossa sociedade como afetivo-amor-outras formas de amar, agredindo ou produzindo estratégias para tal, não se limitando à ação, mas sim ao domínio, à posse, um novo poder de controle que agora envolve técnicas de sentimentos e de relações, e que, em dados momentos, guardadas as devidas proporções, há uma cumplicidade (OSÓRIO, 2010).

Grossi (1998), ao analisar as relações afetivas violentas, fala da existência de uma diferença entre violência e agressão. A primeira diz respeito ao fato de apenas um praticar a violência e o outro (vítima) não conseguir se defender ou reagir, ficando paralisado pela situação. A agressão, por sua vez, ocorre quando a vítima reage aos atos do agressor, havendo uma troca de violências.

A autora cita essa distinção, pois, ao analisar relações afetivas entre duas pessoas, independentemente de sua configuração (casais heterossexuais, homossexuais), acredita que exista maior incidência de agressões do que de violências, uma vez que a agressividade é exercida por ambos.

A agressão é considerada como forma de comunicação entre os casais. Assim, Grossi (1998) corrobora com o pensamento da existência de uma cumplicidade nessas violências, ao pensar a possibilidade da mulher que se encontra em situação de violência também a exercer com seu companheiro, como uma dinâmica da relação.

O Gráfico 3 – Vínculo com o(a) autor(a) da violência – explicita os propósitos em que foram enunciadas as observações anteriores, destacando o vínculo com o autor da violência.

**Gráfico 3 – Vínculo com o(a) autor(a) da violência**

Fonte: IRIS/CMB – Organizado pela pesquisadora, 2018.

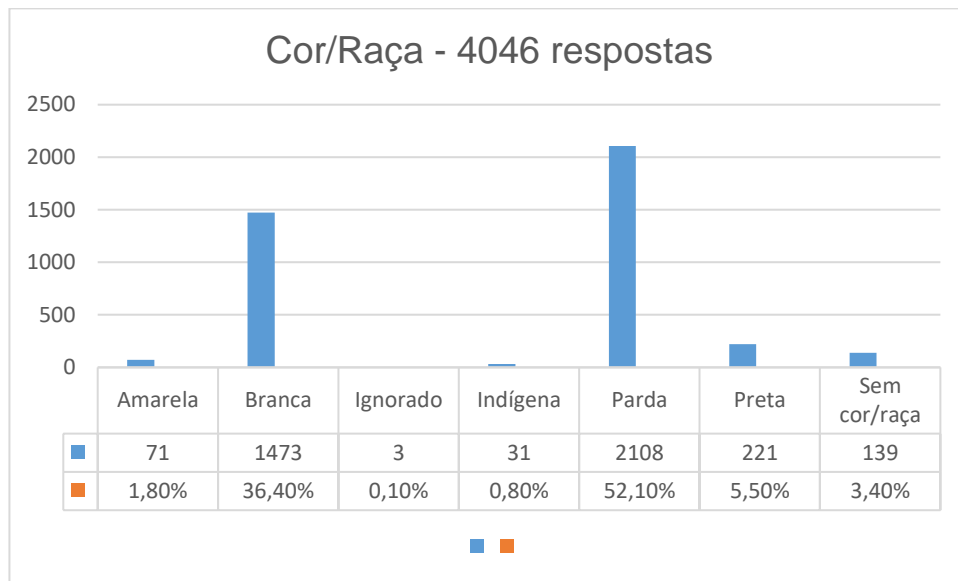
Na categoria autor(a) da violência, houve 4.295 respostas, nestas o vínculo de cônjuge/comparceiro(a) foi de maior ocorrência, com 1.463 casos. Em segundo lugar, com 1.284 casos, encontram-se ex-cônjuge e ex-comparceiro(a).

Nesta estatística de resposta constam também as opções de outro(a)/parente, irmão(ã), amigo(a), conhecido(a), desconhecido(a), namorado(a), pai/mãe, padrasto/madrasta, agente de segurança pública, empregador(a) e pessoa com relação institucional (servidor(a) do Estado), que juntos correspondem a 789 casos, ou seja, 18,3%.

Durante acompanhamento dos atendimentos, algumas mulheres relataram que a violência começou após a união – casamento, quando o cônjuge se transformou de parceiro a agressor. Desta forma, torna-se difícil para mulher romper com a relação, se reconhecer como vítima de violência e aceitar que o relacionamento não é saudável.

Dados fornecidos pelo Mapa da Violência 2015 Homicídio de Mulheres no Brasil (2015), de Julio Jacobo Waiselfisz (2015, p.72), mostram que em 2013 ocorreram 4.762 homicídios de mulheres no Brasil, desses 50,3% (2.394 casos) foram cometidos por um familiar da vítima e 33,2% (1.583 casos) ocorreram por parte de um parceiro ou ex-parceiro da vítima. Em 2013, ocorreram 7 feminicídios diários, cujo autor do crime era um familiar e 4 cometidos por um ex-parceiro ou atual parceiro.



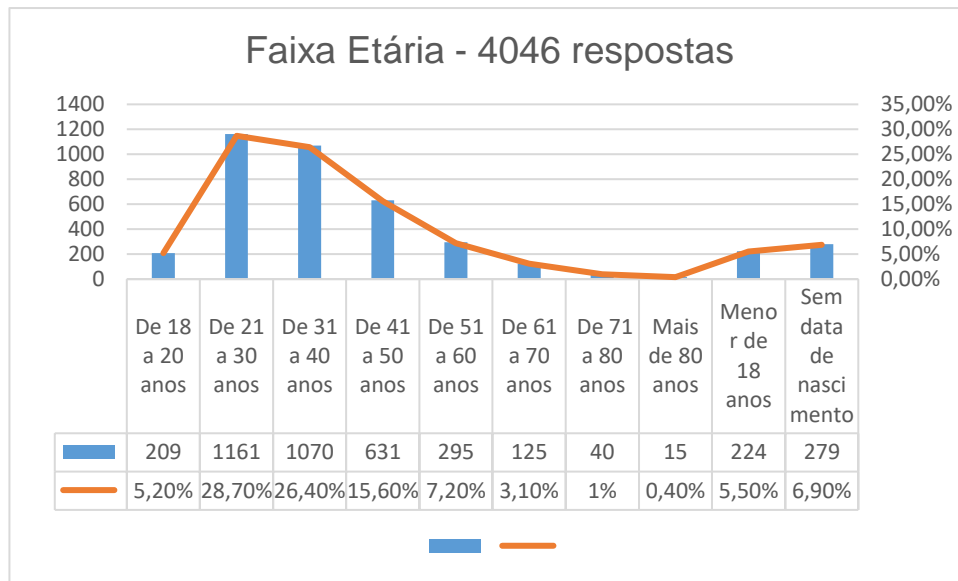
**Gráfico 4 – Cor/Raça**

Fonte: IRIS/CMB – Organizado pela pesquisadora, 2018.

Na estatística de cadastro de pessoas por cor/raça há 4.046 respostas. O índice mais elevado ocorre com 2.108 mulheres pardas, que corresponde a 52,1%, seguido de 1.473 mulheres brancas, equivalendo a 36,4%. As mulheres indígenas representam 0,8% dos casos – 31 mulheres.

As mulheres negras são vítimas prioritárias da violência homicida no Brasil. Ao longo do período de análise do Mapa da Violência 2015 Homicídio de Mulheres no Brasil (2015), a taxa de homicídios com mulheres negras aumentou, enquanto a taxa de mulheres brancas diminuiu.

No ano de 2003, foram 1.864 e em 2013 foram 2.875 as vítimas negras de homicídio, um aumento de 54,2% comparando esses períodos. Já as mulheres brancas vítimas de homicídio, foram 1.747 em 2003, e 1.576 no ano de 2013, configurando uma queda de 9,8% no total (WAISELFISZ, 2015, p.32).

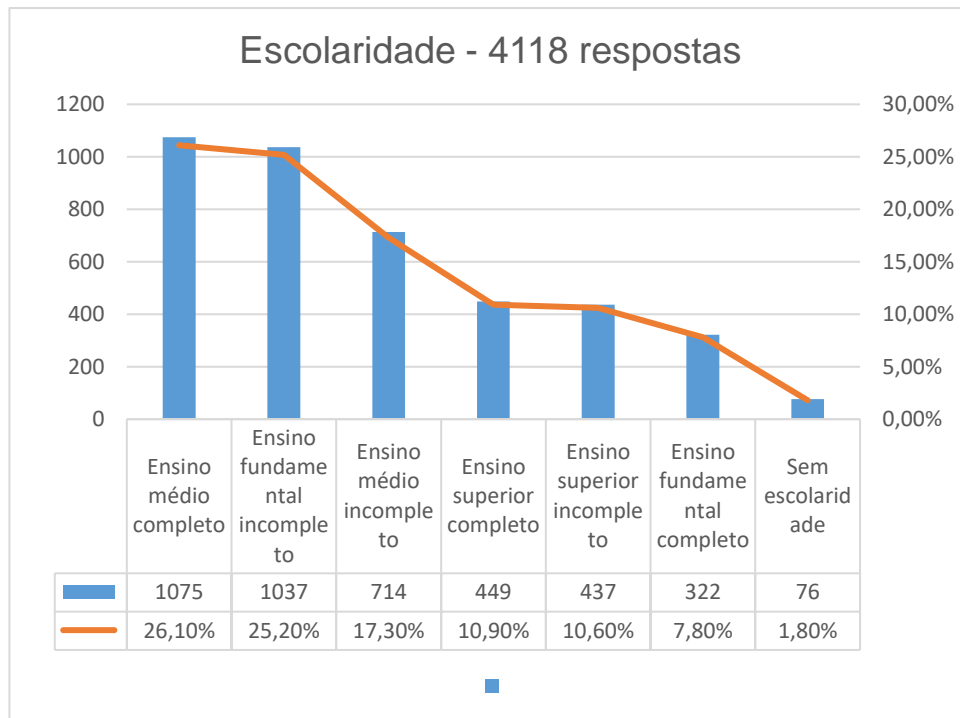
**Gráfico 5 – Faixa Etária**

Fonte: IRIS/CMB – Organizado pela pesquisadora, 2018.

No que se refere à quantidade de cadastros por faixa etária, houve 4.046 respostas. As mulheres que sofreram algum tipo de violência encontram-se em maior número na faixa etária compreendida entre 21 e 40 anos, sendo que destas os percentuais são muito próximos quando agrupadas pela faixa etária entre 21 e 30 anos (28,7%) e 31 a 40 anos (26,4%).

Os cadastros de menores de 18 anos (5,5%), que constam nos atendimentos da CMB, se referem àquelas meninas que utilizaram o serviço da brinquedoteca e do alojamento de passagem quando acompanhadas de sua mãe ou responsável. Menores de 18 anos vítimas de violência não são atendidas pela CMB, porque a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) é responsável por esses casos.

De acordo com do Mapa da Violência 2015 Homicídio de Mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015), mulheres de 18 a 30 anos de idade e menores de 1 ano (infanticídio) são consideradas as principais vítimas de violência no país. Destacamos que as práticas de violência independem da faixa etária, como aponta o universo dos registros no Banco de Dados da CMB/Campo Grande/MS, em que a violência também atinge mulheres consideradas idosas.

**Gráfico 6 – Escolaridade**

Fonte: IRIS/CMB – Organizado pela pesquisadora, 2018.

Na categoria escolaridade, houve 4.118 respostas. A maioria das mulheres – 51,3%, possui ensino fundamental incompleto ou ensino médio completo; apenas 10,9%, ou 449 mulheres, possuem ensino superior completo e 1,8%, que corresponde a 76 mulheres, não possui escolaridade.

É necessário continuar lutando para garantir o direito de mulheres à educação. De acordo com reportagem publicada no *sítio* G1, em julho de 2017, a igualdade educacional entre meninas e meninos continua longe de ser alcançada. Segundo a diretora da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 62 milhões de meninas permanecem sem direito à educação. As mulheres representam ainda dois terços dos 758 milhões de analfabetos no mundo<sup>22</sup>.

Outra pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada pelo meio de comunicação O Globo, em março de 2018<sup>23</sup>, apresenta um

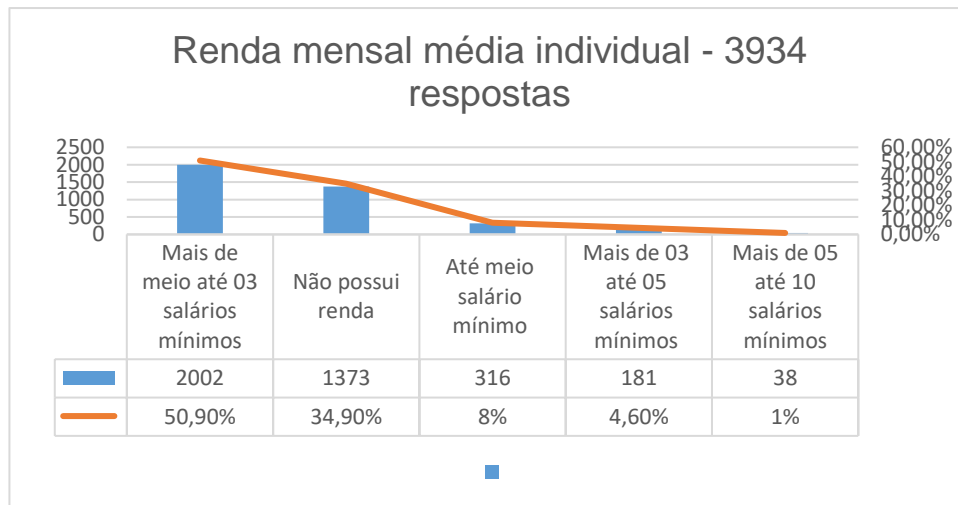
<sup>22</sup> <https://g1.globo.com/educacao/noticia/62-milhoes-de-meninas-nao-tem-acesso-a-educacao-no-mundo-diz-unesco.shtml>. Publicado em 24/07/2017, 22h55, por France Presse.

<sup>23</sup> O título da reportagem Mulheres estudam mais, mas recebem 23,5% menos do que homens – Nova pesquisa do IBGE mostra que enquanto o salário médio deles é R\$ 2.234 o delas é R\$ 1.764. Por Clarissa Pains, 07/03/2018, 10:00. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-estudam-mais-mas-recebem-235-menos-do-que-homens-22461826>

dado que se mostra alarmante: mulheres pretas e pardas possuem, em menor número, o ensino superior completo, quando comparado a mulheres brancas. Em relação à renda salarial média mensal, existe uma estimativa que mulheres negras e pardas recebem R\$ 1.283,00, enquanto as mulheres brancas recebem R\$ 2.234,00.

Por isso, que ao se pensar nas condições de vida das mulheres, é necessário levar em consideração algumas interseccionalidades, como raça e classe social, que subordinam e discriminam ainda mais mulheres negras e de classes menos favorecidas.

Em “Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)”, do Conselho Federal de Psicologia (2017), é dito que o racismo, o sexismo e o “classismo” estão presentes em nossa sociedade de forma sistêmica e estrutural, devido a isso “uma mulher negra com condições socioeconômicas satisfatórias terá, possivelmente, vantagens em relação a uma mulher negra e pobre, mas desvantagens em comparação a mulheres brancas, especialmente as ricas” (CFP, 2017, p. 53).

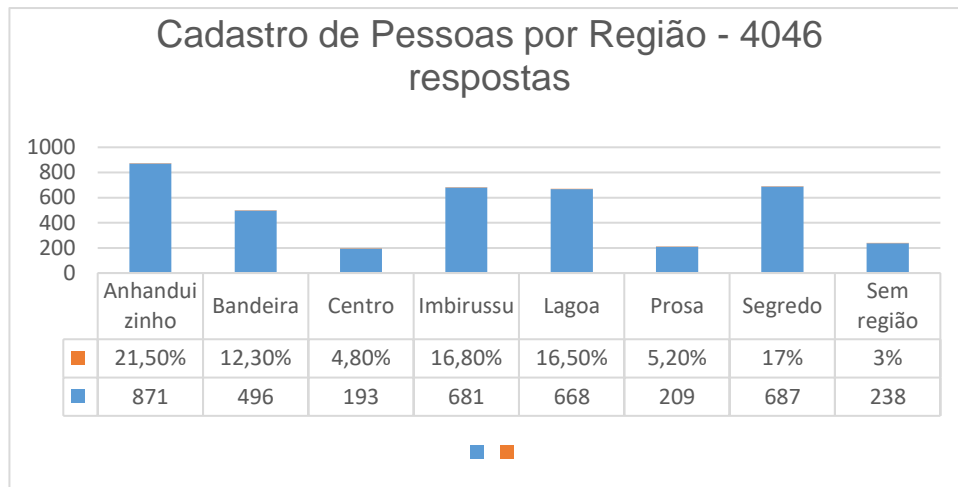
**Gráfico 7 – Renda mensal média individual**

Fonte: IRIS/CMB – Organizado pela pesquisadora, 2018.

O indicador que faz referência à renda média mensal individual, teve 3.934 respostas. Mais da metade dessas mulheres, 50,9%, têm uma renda mensal individual de meio até 3 salários mínimos. Dentre as possibilidades de alternativas, encontram-se ainda mais de 10 salários mínimos, com 14 casos, o equivalente a 0,4%, e mulheres que não informaram, sendo 10 casos, ou seja, 0,3%.

O baixo índice de mulheres com mais de 10 salários mínimos pode estar relacionado ao fato destas possuírem outras ferramentas para buscar seus direitos, que não passe necessariamente pelo sistema público, podendo, inclusive, arcar com gastos de apoio psicossocial e atendimento jurídico.

A Casa oferece às mulheres em situação de violência o serviço de autonomia econômica, em interface com a Fundação Social do Trabalho (FUNSAT), que auxilia as mulheres a serem inseridas no mercado de trabalho e promove cursos de qualificação profissional.

**Gráfico 8 – Cadastro de pessoas por região**

Fonte: IRIS/CMB – Organizado pela pesquisadora, 2018.

Na estatística de cadastros de pessoas por região do município de Campo Grande, foi registrado o total de 4.046 casos. O mapeamento foi realizado em 296 bairros. A maior incidência ocorreu na região do Anhanduizinho, com 871 casos, o que corresponde a 21,5%, local da região rural do município, a uma distância aproximada de 50 quilômetros.

O Brasil possui 26 estados, 5570 municípios e a rede especializada é composta por 977 serviços, o que significa que o atendimento atinge menos de 20% dos municípios brasileiros (BRASIL, 2013). Notamos que no decorrer dos anos ocorre uma interiorização da violência, uma vez que os casos letais se deslocam de grandes cidades para municípios de menor porte.

Isso pode estar relacionado ao fato de a maioria dos programas de combate à violência contra a mulher estarem concentrados em cidades maiores e perto de grandes centros urbanos. A concentração de serviços de atendimento à mulher em situação de violência não deveria acontecer apenas em grandes cidades, mas igualmente nos pequenos centros, onde mulheres estão mais isoladas, o atendimento é precário e não existem outras ferramentas de apoio e acolhimento.

Além do mais, os registros de violência podem não retratar uma realidade, por conta das dificuldades de acesso aos serviços, como é o caso das reservas indígenas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar os procedimentos arqueológicos, é possível afirmar que a problematização não se esgota aqui, pois, devido à própria natureza deste processo de investigação, ela abre outras possibilidades pelo conjunto de fontes apresentadas no trabalho, que, em verdade, merecem ser ainda extrapoladas, já que na arqueologia essas não se esgotam.

Chama a atenção que algumas fontes consultadas permitiram realizar certos cruzamentos das informações, outras forneceram pistas e outras ganharam condições de autônomas, não como um encerramento em si, mas indicando subsídios determinantes, como, por exemplo, o próprio número de atendimentos pela CMB/CG/MS.

Ainda se faz necessário realizar neste momento comentários sobre algumas constatações deste Relatório de Dissertação, que é fruto de uma pesquisa realizada sobre as diferentes formas de violência contra as mulheres existentes em nossa sociedade.

Em decorrência das inúmeras denúncias feitas por mulheres sobre as condições inaceitáveis que viviam, e ainda vivem, o Estado brasileiro estruturou um aparato de combate à violência contra as mulheres. A Casa da Mulher Brasileira, *locus* de nossa pesquisa, é um desses aparatos.

Para falar sobre a condição das mulheres, realizamos uma contextualização dos discursos existentes sobre sua vida na Idade Média (século X ao XV), sobre os discursos produzidos pelas ciências biológicas e pelo patriarcado, que engendram e legitimam a “inferioridade” feminina em relação aos homens. Esta está ancorada no fato de entender que transpor elementos do passado possibilita pensarmos sobre a condição das mulheres na atualidade. Não diríamos que são as bases de toda esta problematização, mas sim uma condição histórica que não se esgota, a da divisão binária entre homens e mulheres.

Sendo assim, nossa proposta era trazê-los como uma forma de reconhecer que, apesar das diferenças entre tempos e espaços, certos discursos e práticas continuam existindo, talvez em novas estratégias cujos propósitos permanecem os mesmos, nas tentativas de submissão e de controle sobre o feminino.

Apesar de colocadas nessa condição de submissão, servidão e exploração é possível notar, por meio de escritos que contam uma “outra” história (a do

protagonismo feminino), que as mulheres sempre estiveram resistindo a essas formas de dominação, em sua maioria machista e patriarcal, influenciadas pelas práticas culturais.

Foi por isso também que mencionamos o movimento brasileiro de mulheres e de feministas, que emergiu nos anos 1970, porque foi a partir desses movimentos que mulheres se uniram e denunciaram as violências sofridas. Essa mobilização rendeu frutos, como a estruturação de mecanismos de enfrentamento à VCM por parte do Estado brasileiro, embora venham sendo insuficientes para barrar as violências exercidas sobre as mulheres.

O propósito de trazer os escritos de Foucault sobre os mecanismos de segurança e o poder disciplinar, é para pensar que mesmo que o Estado crie leis, programas e medidas em uma tentativa de estabelecer um controle sobre as práticas de violência, essas dificilmente serão efetivas se não houver conjuntamente uma mudança em nossa cultura e em nossas práticas.

A Lei Maria da Penha, a Lei do Femicídio e a Casa da Mulher Brasileira são conquistas significativas para as mulheres, já que com a criação dessas é reconhecida a conjuntura de nossa sociedade, que se organiza pela violência contra as mulheres, embora esbarre nas distorções vigentes das estruturas das práticas sociais.

Sobre a Casa da Mulher Brasileira/CG/MS, observamos, subsidiados por documentos oficiais, que é um espaço de atendimento humanizado às mulheres e tem como uma das finalidades promover a autonomia, fortalecer a autoestima e enfrentar a violência contra as mulheres.

Enquanto um projeto do Estado brasileiro é considerado inovador, por integrar em um mesmo espaço serviços especializados como Setor Psicossocial, Defensoria Pública, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), alojamento de passagem e central de transportes, entre outros. Desta forma, evita que mulheres percorram vários locais de serviços para atendimento e acabem por desistir do processo de denúncia.

As operatividades dos serviços da CMB foram descritas e as práticas do Setor Psicossocial relatadas. O período de acompanhamento aos atendimentos foi rico em aprendizado, além de ter despertado alguns questionamentos sobre quais os saberes e práticas *psi* existentes para atendimento às mulheres em situação de violência.



Quando indagamos: “Será que as mulheres conseguiriam mudar de vida?”, ao referirmo-nos ao que aconteceria com a mulher depois que deixasse a CMB, acreditamos que não teremos acesso a esta resposta. Entretanto, mesmo sem ter uma informação oficial, acreditamos que algumas mulheres sim e outras não.

Preferimos, então, ser otimistas e pensar que cada vez menos mulheres precisarão desse tipo de serviço, uma vez que a violência que vivem não mais será uma realidade. Dizemos isso porque observamos várias mulheres que não aceitam ser violentadas, oprimidas; mulheres que questionam essas relações postas e lutam por igualdade de condições e por respeito.

Durante o período de acompanhamento aos atendimentos do Setor Psicossocial, tivemos contato com muitas histórias tristes de vida. Essa constatação de uma realidade cruel choca, indigna, mas, ao mesmo tempo, faz aumentar o desejo em lutar por melhores condições de vida para todos.

Acreditamos que a Psicologia pode ser uma das ferramentas para realizar essa transformação social. Foram essas questões que nos levaram a pesquisar quais os saberes e práticas *psi* disponíveis para atuar nesse contexto de violência contra as mulheres e como as(os) profissionais devem atuar diante das demandas existentes, aspecto que mereceu análise pelo movimento que o tema foi adquirindo durante esta pesquisa.

Julgamos, a partir das leituras realizadas para pensar o papel da Psicologia nesse campo, que seus saberes e práticas devem levar em consideração as influências de uma sociedade machista, preconceituosa e patriarcal que constitui os sujeitos e as relações. Fazer essa consideração implica em assumir que a violência contra as mulheres faz parte de um contexto muito amplo e não envolve apenas a mulher em situação de violência, mas os homens que a exercitam.

É dessa forma que pressupomos que a(o) profissional da Psicologia deve incentivar a mulher a buscar seus direitos e a compreender a violência vivida a partir de um contexto maior. Assim, o fortalecimento de sua subjetividade pode acontecer por meio da apresentação de que a sociedade também é responsável pela situação de violência e que, se a mulher desejar, poderá tentar mudar a situação em que vive.

Com base nos números de procedimentos e atendimentos prestados pela CMB, nosso propósito foi problematizar se os mesmos estão cumprindo com sua função social – enfrentamento à VCM e promoção de autoestima e autonomia. Os subsídios utilizados a partir dos dados estatísticos relacionados ao número de

atendimentos e procedimentos realizados entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2016, mostram um elevado índice de reincidência das mulheres em seus relacionamentos abusivos, ao evidenciar a quantidade de medidas protetivas concedidas que foram revogadas, cerca de 50% dos casos.

Ao verificar as informações sobre as mulheres, no período de janeiro a julho de 2017, há a incidência maior do(a) autor(a) da violência ser cônjuge/companheiro(a) ou ex-companheiro(a) da vítima. As violências psicológicas e morais tiveram maior prevalência, seguidas da violência física, patrimonial e sexual.

Utilizamos os escritos do Foucault para problematizar o uso da estatística como uma ferramenta de controle e governo do Estado. Os dados alinhavados mostram o efeito da intervenção por parte do poder público na vida da população, nesse caso a feminina. Porém, o que esses dados não mostram é o real efeito das intervenções na vida das mulheres que passaram por atendimento na CMB, já que pelos números não é possível saber se elas mudaram de vida, se a situação de violência que estavam vivendo chegou ao fim.

Enfatizamos que, ao problematizar se os atendimentos estão cumprindo seu propósito, e ao pensar que talvez os serviços oferecidos pela CMB não sejam suficientes para promover a emancipação das mulheres e a quebra do ciclo da violência, essa resposta não pode ser considerada como uma verdade absoluta, mas deve ser relativizada, posto que falamos de um tempo-espaço específico e de não termos acesso, no presente, aos dados mais recentes. Atualmente, o número de mulheres que reincidem em seus relacionamentos violentos pode ter diminuído, por exemplo.

Além do mais, não queremos atribuir total responsabilidade do enfrentamento à violência contra as mulheres apenas à Casa da Mulher Brasileira. A mudança deve vir também de uma mobilização da sociedade, que repudie quaisquer formas de violência.

Acrescentamos ainda que a quebra do ciclo da violência está implicada em uma decisão da mulher, uma vez que, mesmo com o apoio psicológico e com todos os recursos jurídicos existentes para auxiliá-la, cabe somente a cada uma decidir sobre sua vida.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. F. Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. In: BLAY, E. A. (Coord.). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

AMORIM, Maria Stella. Acesso à justiça e administração judicial da violência contra a mulher brasileira: políticas de despenalização e de penalização. **Anais do XIII Congresso da Anped 2008**. Disponível em: <[http://conpedi.org/manuel/manaus/ arquivos/anais/campos /maria \\_stella\\_de\\_amorim.pdf](http://conpedi.org/manuel/manaus/ arquivos/anais/campos /maria _stella_de_amorim.pdf)>.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 4 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRASIL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Relatório final. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Lei n. 11.340/2006**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2013/Decreto/D8086.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2013/Decreto/D8086.htm)>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>. Acesso em 13 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Especial de Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/janeiro/inaugurada-primeira-casa-da-mulher-brasileira-em-campo-grande-ms>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento do Programa Mulher, Viver sem Violência**, 2015.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-de-campo-grande-atendeu-mais-de-11-mil-mulheres-em-um-ano>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto n. 8.086**, de 30 de agosto de 2013. Institui o Programa Mulher, Viver sem Violência e dá outras providências. Disponível

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8086.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8086.htm). Acesso em 23 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Portaria n. 04**, de 21.01.2015. Dispõe sobre a implantação da Casa da Mulher Brasileira no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/01/2015&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=68>. Acesso em 23.jan.2015.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Indrig Muller Xavier. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de violência**. Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CFP. **Relações Raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017.

D'EAUBONNE, Françoise. **Mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Veja, 1977.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. As Representações Sociais de Gênero em Assentamentos de Reforma Agrária: olhares de uma trajetória de pesquisa. In: **Relações de gênero: dilemas e perspectivas**. FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Org.). Dourados-MS: Editora da UFGD, 2009.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

\_\_\_\_\_, M **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_, M. **Do governo dos vivos**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_, M. **História da loucura na idade clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

\_\_\_\_\_, M. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luís Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ética, sexualidade e política, por Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_, M. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, poder-saber. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_, M. Sexualidade e Poder. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Ditos e escritos V**: Ética, sexualidade, política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_, M. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Ditos e escritos IV**: Estratégia, poder-saber. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_, M. Poder e saber. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Ditos e escritos IV**: Estratégia, poder-saber. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_, M. **Problematização do sujeito**: psicologia, psiquiatria. Psicanálise. MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). Tradução Vera Lúcia A. Ribeiro, Ribeiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_, M. **Segurança, território, população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

\_\_\_\_\_, M. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Tradução Raquel Ramalheite. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_, M. A Psicologia de 1850 a 1950. In: **Ditos e Escritos I** – Problematizações do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

GUARESCHI, N. M. F.; HUNING, S. M. (Org). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: GROSSI, M. P.; PEDRO, J. **Masculino e feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, volume especial, p.473-484. 1994.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; HÜNING, Simone Maria. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; HÜNING, Simone Maria; FERREIRA, Arthur Leal. et al. (Orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

LINS, Regina Navarro. **Novas formas de amar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LOPES, Zaira de Andrade. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas**. Ribeirão Preto, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. DEL PRIORI, Mary. (Org.); PINSKY, Carla Bassenezi. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MARASCHIN, Cleci; PALOMBINI, Analice. Uma psicologia feita de entremeios. In: ARANTES, Esther M. M.; NASCIMENTO, Maria Lívia do; FONSECA, Tania Maria. (Orgs.) **Práticas PSI inventando a vida**. Niterói: EdUFF, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 35-42, jan. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1998000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 19 set. 2018.

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves da. Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; HÜNING, Simone Maria; FERREIRA, Arthur Leal. et al. (Orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. **Psicologia e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 43-64, jul./dez. 2003.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (Des)regularização do sujeito: constituições, mecanismos, concessões... In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Poderes e saberes: corpos em educação**. Campo Grande: Ed. Oeste, 2013.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos. In: \_\_\_\_\_. **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Ed. Oeste, 2010.

OSÓRIO, A. C. N. (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Ed. Oeste, 2010.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, agosto 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2015000200533&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200533&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 set. 2018.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, dezembro. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332011000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332011000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 set. 2018.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, p. 35-50, 2004.

SPERRHAKE, R.; TRAVERSINI, C. S. O uso do saber estatístico nos discursos acadêmicos da alfabetização. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 2, p. 67-87. 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3054>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

TEDESCO, Sílvia; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Conectando clínica e política. In: TEDESCO, Sílvia; NASCIMENTO, Maria Lívia do. (Orgs.) **Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel Edmundo L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai-ago, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são os direitos humanos das mulheres**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

UNBEHAUN, SANDRA. Paternidades e masculinidades em contextos diversos. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 632-633, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200023&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200023&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 jul. 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 02 jun. 2016.



**ANEXO A**

**FLUXO DE ATENDIMENTOS DA CASA DA MULHER BRASILEIRA**

**ANEXO B**

**RELATÓRIO DE DADOS**